UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MAURÍCIO IVAN DOS SANTOS

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DO INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR: UM ESTUDO SOBRE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Porto Alegre

2017

MAURÍCIO IVAN DOS SANTOS

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DO INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR: UM ESTUDO SOBRE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

.

Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Porto Alegre

2017

MAURÍCIO IVAN DOS SANTOS

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DO INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR: UM ESTUDO SOBRE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 21 de dez. 2017.

_____

Vera Maria Vidal Peroni – Orientadora

_____

Maria Clara Bueno Fischer – UFRGS

_____

Berenice Corsetti – UNISINOS

_____

Daniela de Oliveira Pires - FMP

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Maurício Ivan dos
A proposta de educação para o empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor: Um estudo sobre parceria público-privada / Maurício Ivan dos Santos. -- 2017.
170 f.
Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Educação. 2. Empreendedorismo. 3. Parceria Público - Privada. 4. Instituto Empreender Endeavor. 5. Democratização da Educação. I. Peroni, Vera Maria Vidal, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A minha querida família, Aline e Alícia, pelo apoio, compreensão e, mais do que isso, pelo amor incondicional que de forma singular me dedicaram e continuam a fazê-lo.

Aos meus pais, Vercedino e Juacemi que, com muito amor e carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Aos meus irmãos, Liú e Rodrigo, pelo carinho e exemplo de empenho aos estudos que procurei seguir.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação depende da contribuição de diversas pessoas, a estas agradeço imensamente o tempo e energia que dispuseram ao meu mestrado.

A minha querida orientadora, Vera Maria Vidal Peroni que, mesmo antes de orientar este trabalho, acolheu-me com muito carinho e respeito no grupo de pesquisa, estando sempre disposta a ajudar e compreender os limites e possibilidades da trajetória particular de um sujeito orientando.

As queridas professoras, Daniela de Oliveira Pires, Berenice Corsetti e Maria Clara Bueno Fischer, pela forma carinhosa com que emitiram suas opiniões e contribuições sobre o texto de projeto desta dissertação, as quais foram determinantes para o avanço e conclusão da mesma.

Aos colegas do grupo de orientandos, Adriano Pires, Monique Robain Montano, Scheiler Fagundes Carvalho e Cristina Maria Bezerra de Oliveira pelas preciosas contribuições teóricas.

Aos queridos colegas do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação, do PPGEDU/UFRGS: Otília, Alexandre, Raquel, Luciani, Jaqueline, Lucia, Liane e Fabíola pelo carinho, amizade e interlocução com a temática das relações público-privadas na Educação.

A minha querida sogra, Isabel Bueno, por todo o apoio e por representar um exemplo de educadora comprometida com a Educação pública que tanto me incentiva a seguir trilhando a mesma carreira.

Ao meu querido amigo, Romir de Oliveira Rodrigues, pelo exemplo de profissional e ser humano, sempre dedicado a nossa amizade.

RESUMO

A dissertação “A proposta de Educação para o Empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor: um estudo sobre parceria público-privada apresenta como temática central a relação público-privada na educação e tem como objetivo geral analisar o conteúdo da proposta de educação que fundamenta os cursos de empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor, promovidos em parceria com instituições públicas de educação no Brasil. Quanto à metodologia utilizada para realizar a pesquisa, o materialismo histórico representa o referencial teórico-metodológico, sendo a análise documental a principal ferramenta, a partir do trabalho com fontes primárias e secundárias. O marco teórico da presente pesquisa parte das crises do capitalismo de 1970 e 2008 e o decorrente processo de reestruturação do sistema, o qual apresenta o Neoliberalismo, a Reestruturação Produtiva, a Globalização e a Terceira Via como estratégias para superação deste quadro. No plano político-ideológico, tanto o Neoliberalismo quanto a Terceira Via apresentam a reforma do Estado baseada na lógica mercantil como padrão de qualidade, o que tem possibilitado o crescimento da influência dos setores privados na direção e execução das políticas públicas, em especial no campo social, como a educação, que é o foco deste estudo. Contudo, a proposta neoliberal consiste no amplo processo de privatização, já a Terceira Via privilegia como elemento central a atuação das organizações ligadas ao Terceiro Setor. Constituintes deste processo, a Reestruturação Produtiva legitimou formas de organização do trabalho que atendessem aos interesses do capital em crise, com destaque para o Empreendedorismo, e a Globalização potencializou a expansão do capitalismo reestruturado através das Redes. Desta forma, a redefinição das fronteiras entre o público e o privado tem influenciado no conteúdo da educação pública, pois as Redes de Empreendedores Sociais ligadas ao Terceiro Setor, como é o caso do Instituto Empreender Endeavor, que estabelecem parcerias com instituições públicas de educação, definem o conteúdo educacional ofertado à população. A influência exercida por estas instituições privadas junto ao campo público da educação constitui-se como o problema deste estudo, o que sugere o seguinte questionamento: poderá o conteúdo da educação proposto pelo Instituto Empreender Endeavor, através de cursos de empreendedorismo oferecidos em parceria com instituições públicas de educação, ter implicações para a Democratização da Educação? No desenvolvimento da pesquisa verificou-se que o empreendedorismo dialoga com todas as estratégias características do processo de reestruturação do capitalismo, contribuindo para assegurar a hegemonia e conseqüente reprodução do sistema. Isto é, sua proposta articula, ao mesmo tempo, o apassivamento dos sujeitos que, diante do contexto de crise econômica e social, passam a buscar individualmente as competências demandadas pelo mercado e assumem os riscos de empreender seu próprio negócio para garantir a sobrevivência. Nesse sentido, conclui-se que os cursos de empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor promovidos em parceria com instituições públicas da educação brasileira contribuem para a deteriorização dos princípios de uma educação democrática, proporcionando um único caminho, a adaptação dos sujeitos às demandas do mercado capitalista, através da incorporação de competências socioemocionais para empreender seu próprio negócio, uma realidade que, para a maioria dos empreendedores brasileiros, significa precarização das condições de vida.

Palavras-chave: Educação, Empreendedorismo, Parceria Público-Privada, Instituto Empreender Endeavor, Terceira Via, Neoliberalismo, Globalização, Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT

The dissertation "The Entrepreneurial Education Project of the Empreender Endeavor Institute: a study on public-private partnership presents as central theme the public-private relationship in education and its general objective is to analyze the content of the education proposal that bases the courses of entrepreneurship of Instituto Empreender Endeavor, promoted in partnership with public education institutions in Brazil. As for the methodology used to carry out the research, historical materialism represents the theoretical-methodological reference, and documentary analysis is the main tool, based on the work with primary and secondary sources. The theoretical framework of the present research starts from the crises of capitalism of 1970 and 2008 and the resulting process of restructuring the system, which presents Neoliberalism, Productive Restructuring, Globalization and the Third Way as strategies to overcome this framework. At the political-ideological level, both Neoliberalism and the Third Way present the reform of the State based on the mercantile logic as a quality standard, which has allowed the growth of the influence of the private sectors in the direction and execution of public policies, especially in the field social, such as education, which is the focus of this study. However, the neoliberal proposal consists of the broad process of privatization, since the Third Way privileges as a central element the performance of organizations related to the Third Sector. Constituents of this process, Productive Restructuring legitimized forms of work organization that served the interests of capital in crisis, with emphasis on Entrepreneurship, and Globalization enhanced the expansion of restructured capitalism through Networks. In this way, the redefinition of public-private boundaries has influenced the content of public education, since the Network of Social Entrepreneurs linked to the Third Sector, such as Instituto Empreender Endeavor, which establishes partnerships with public institutions of education, define the educational content offered to the population. The influence exerted by these private institutions in the public field of education constitutes the problem of this study, which suggests the following question: can the content of the education proposed by the Instituto Empreender Endeavor, through entrepreneurship courses offered in partnership with institutions education, have implications for the democratization of education? In the development of the research it was verified that entrepreneurship dialogues with all the characteristic strategies of the process of capitalist restructuring, contributing to ensure hegemony and consequent reproduction of the system. That is to say, its proposal articulates, at the same time, the apassivamento of the individuals who, faced with the context of economic and social crisis, begin to individually seek the competences demanded by the market and assume the risks of starting their own business to guarantee their survival. In this sense, it is concluded that the entrepreneurship courses of the Instituto Empreender Endeavor promoted in partnership with public institutions of Brazilian education contribute to the deterioration of the principles of a democratic education, providing a single path, the adaptation of the subjects to the demands of the capitalist market, through the incorporation of socio-emotional competences to undertake their own business, a reality that, for most Brazilian entrepreneurs, means the precariousness of living conditions.

Keywords: Education, Entrepreneurship, Public-Private Partnership, Instituto Empreender Endeavor, Third Way, Neoliberalism, Globalization, Productive Restructuring.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pontos principais do Neoliberalismo e da Terceira Via – semelhanças e diferenças 51

Quadro 2 – Características do Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social Empresarial, Empreendedorismo Privado 79

Quadro 3 – Taxas específicas de Empreendedorismo segundo faixa etária (18 – 24 anos) Brasil 101

Quadro 4 – Percentual do total de empreendedores (TEE) segundo a busca por órgãos de apoio – Brasil – 2016 103

Quadro 5 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial (TEA) segundo nível de escolaridade – países selecionados 113

Quadro 6 – Empreendedores cujos empreendimentos possuem CNPJ – Brasil – 2016 114

Quadro 7 – Faturamento anual e número de empregados dos empreendedores iniciais (TEA) - Brasil – 2016 115

Quadro 8 - Faturamento anual e número de empregados dos empreendedores estabelecidos (TEE) - Brasil – 2016 116

Quadro 9 – Relação entre Organismos Internacionais, BNCC e coleção de livros didáticos 131

Quadro 10 – Relação de sujeitos individuais e coletivos da Rede Endeavor Brasil por região 135

Quadro 11 – Mentores Endeavor – programa Bota pra fazer 144

Quadro 12 - Lista de instituições de ensino parceiras da Endeavor na execução do programa Bota Pra Fazer 151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA) dos países participantes do GEM agrupados segundo a fase de desenvolvimento econômico – 2015 96

Figura 2 - Taxas de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE – Brasil 2002/2016. Percentual da população de 18 a 64 anos 109

Figura 3 - Taxas de empreendedorismo Novo e Nascente – Brasil 2002/2016. Percentual da população de 18 a 64 anos 110

Figura 4 - Taxa de Desocupação e taxas de empreendedorismo Novo e Nascente 111

Figura 5 - Taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da taxa de empreendedorismo inicial – Brasil – 2002/2016 112

Figura 6 - Evolução total do número de Micro Empreendedores Individuais – 2009/2016 114

Figura 7 - Organograma do Instituto Empreender Endeavor 125

Figura 8 - Sujeitos individuais e coletivos da Rede Endeavor Brasil 128

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife

CGA - Conselho Global de Administração

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FEEC - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP

FEM - Fórum Econômico Mundial

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI– Fundo Monetário Internacional

FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

GEFEI - Gestão Empresarial de Formação Empreendedora

GEPE - Grupo de Estudos da Pequena Empresa

GPRPPE – Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação

IBQP - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IEE – Instituto Empreender Endeavor

IFRS - Canoas – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – campus Canoas

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MBNC – Movimento pela Base Nacional Curricular

MEC – Ministério da Educação

MEE - Movimento Educação Empreendedora

MEI – Micro Empreendedor Individual

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OI – Organismos Internacionais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPS - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Parceria Público Privada

PRELAC – Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT – Partido dos Trabalhadores

REE - Rodada de Educação Empreendedora

REUNE - Gestão Empresarial de Formação Empreendedora em Itajubá

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SOFTEX - Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro

TEA – Taxa de Empreendedorismo Inicial

TEE – Taxa de Empreendedorismo Estabelecido

TTE – Taxa Total de Empreendedorismo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

VC – Venture Capital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....**13**

2. ELEMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....**20**
2.1 A ESCOLHA DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA INVESTIGAR O INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR **20**
2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO.....**32**
3. O PROCESSO DE REESTRTURAÇÃO DO CAPITAL E AS REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO.....**37**
4. O EMPREENDEDORISMO.....**68**
4.1 HISTÓRICO DO EMPREENDEDORISMO E CONCEITOS.....**68**
4.2 EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO.....**84**
4.3 EMPREENDEDORISMO: AUTONOMIA OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?.....**107**
5. O INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR.....**118**
5.1 APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR.....**118**
5.2 INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR: SUA ESTRUTURA E FORMAS DE ATUAÇÃO.....**122**
5.3 O INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR NO BRASIL: OS SUJEITOS QUE COMPÕE A REDE ENDEAVOR BRASIL.....**127**
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**155**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....**164**

INTRODUÇÃO

Na última década, houve a expansão no âmbito federal das políticas públicas, este movimento torna-se perceptível, especialmente a partir do segundo mandato na presidência de Luis Inácio Lula da Silva (2007/2010), com continuidade nos mandatos de Dilma Roussef (2011/2014) e (2015 até o 1º semestre de 2016 quando a presidente foi afastada em função do processo de impeachment). Integrando a ampliação das iniciativas estatais no campo das políticas para a educação, destaca-se o crescimento da atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) do Terceiro Setor que estabelecem parcerias com o poder público para a execução de programas de educação.

Esta pesquisa propõe investigar o contexto acima referido, com foco na análise do conteúdo da proposta[1] que fundamenta as ações do Instituto Empreender Endeavor (IEE) a partir de cursos de empreendedorismo ofertados em parceria com instituições públicas de educação.

O Instituto Empreender Endeavor é uma organização sem fins lucrativos com sede em Miami – EUA, que atua fomentando a prática do empreendedorismo através de palestras, consultorias técnicas e programas de educação, "identificando e viabilizando a continuidade sustentada dos negócios de empreendedores de alto potencial de crescimento, atualmente o IEE atua em 20 países"[2].

O recorte temporal que delimita a pesquisa compreende-se entre o ano de 2000, que representa o marco inicial das ações do IEE no Brasil com a abertura do 1º escritório na cidade de São Paulo, até o 1º semestre de 2017 de acordo com os dados selecionados para a análise.

A fim de contextualizar os motivos que me levaram a pesquisar o Instituto Empreender Endeavor, julgo necessário comentar sinteticamente a trajetória que me trouxe a este momento. A definição do tema de pesquisa está diretamente relacionada,

---

[1] O conteúdo da proposta representa uma categoria de análise utilizada pelo grupo de pesquisa "Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE)", do qual participo desde 2011. O mesmo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) e é composto por bolsistas de Iniciação Científica, mestrandos e mestres, doutorandos e doutores, pós-doutorandos e docentes da UFRGS, bem como pesquisadores de outras instituições. Esse coletivo estuda o tema público-privado na educação desde 2002, analisando as redefinições do papel do Estado e, mais especificamente, as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado, tanto no que se refere à mudança de propriedade, quanto ao que continua como propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado. No campo da educação, as parcerias público-privadas interferem no conteúdo pedagógico que é ofertado nas redes públicas. Portanto, analisar o conteúdo destas propostas educacionais e suas implicações nos princípios de uma educação com propósitos democráticos, constitui-se como um dos objetivos centrais deste grupo e da presente dissertação.

[2] Disponível em: https://endeavor.org.br. Acesso em 20 de junho de 2017.

primeiramente, a minha inserção no quadro de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio grande do Sul (IFRS), enquanto docente desde 2010. Sendo que a escolha do IEE como objeto de pesquisa ocorreu em função de uma parceria estabelecida entre o IEE e o IFRS no ano de 2015, através do programa "Bota pra Fazer: crie seu negócio de alto impacto".

Em um segundo momento, reafirmo a já citada participação no "Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE)", coordenado pela Professora Doutora Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS. A vinculação a este coletivo de pesquisadores possibilitou-me avançar nas questões teórico-metodológicas que envolvem a investigação acerca da relação entre as políticas públicas para a educação e a interferência das intuições privadas e do terceiro setor na direção e execução das mesmas.

Como fruto deste processo de crescimento, destaco dois textos produzidos em parceria com o pesquisador Romir Rodrigues de Oliveira, os quais foram publicados em dois livros que reúnem a produção dos pesquisadores que compõem o referido grupo de pesquisa-UFRGS, ambos organizados pela professora Vera Maria Vidal Peroni. São eles, respectivamente: "Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)" e "O Pronatec na fronteira entre o Público e o Privado". Os dois artigos abordam a temática da Educação relacionada ao movimento de mudança no papel do Estado e os reflexos deste processo na formulação, concepção e implementação destas políticas, sendo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) o objeto da investigação e as relações público-privado o enfoque central da mesma.

Visando à continuidade da trajetória de pesquisa, ingressei, no segundo semestre de 2015, no curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da professora Vera Maria Vidal Peroni. Nesta nova etapa de formação acadêmica, minha pesquisa consiste em investigar as manifestações do Instituto Empreender Endeavor (IEE) junto ao campo público da Educação Brasileira, a partir do estabelecimento de parcerias com o objetivo de ofertar cursos de empreendedorismo.

Desta forma, a escolha por analisar o Instituto Empreender Endeavor surge a partir do estabelecimento de uma parceria entre esta organização e o IFRS no ano de 2015, com o objetivo de ofertar cursos de empreendedorismo para estudantes da rede

federal de educação profissional. Em um primeiro momento, analisar esta parceria específica representou um caminho natural. Entretanto, ao longo da trajetória de pesquisa, devido ao envolvimento profissional com o IFRS, decidi focar a análise nas iniciativas do IEE promovidas em parceria com instituições públicas de educação, sem estabelecer um estudo de caso, mas utilizando os dados sobre o programa "Bota pra fazer: crie seu negócio de alto impacto" a fim de ilustrar a atuação do IEE junto ao campo público da educação brasileira.

Para realizar a pesquisa, optei pela análise com base no Materialismo Histórico[3], pois acredito que o processo de construção de políticas é permeado por correlações de forças entre sujeitos em disputa por projetos societários distintos e que isso se relaciona com o contexto mais amplo do movimento do Estado em um determinado período e que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo (VIEIRA, 1992). Sendo que, a política educacional não é simplesmente determinada pelas mudanças macrossociais e econômicas, mas é parte constitutiva destas mudanças (PERONI, 2013).

Neste sentido, como características centrais do processo de reestruturação do capitalismo, Peroni (2013) salienta que para superar a crise nas taxas de lucro, especialmente a partir da década de 1980, foram implantadas estratégias como: neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via - que acabaram por redefinir o papel do Estado.

O modelo de regulação fordista-taylorista, consolidado nos países centrais do capitalismo durante as duas primeiras décadas do pós-guerra, ao fim dos anos de 1960, passou a apresentar significativas quedas nas taxas de lucro, resultando no agravamento das contradições próprias da estrutura capitalista (ANTUNES, 1999, MÉSZÁROS, 2014). Este contexto histórico desencadeou a crise da década de 1970, na qual os ideólogos ligados à tradição liberal responsabilizaram o Estado, que teria utilizado as políticas sociais para legitimar-se, sobrecarregando a máquina pública e gerando o desajuste fiscal. A partir deste diagnóstico, seguiu-se um movimento de reorganização do capital e de sua estrutura política-ideológica de dominação, que ficou conhecido como Neoliberalismo (ANTUNES, 1999).

Sob a orientação neoliberal, teve início um processo de reestruturação econômica, no qual a globalização, a partir do surgimento de novas tecnologias da

[3] O Materialismo Histórico representa o principal referencial adotado ao longo da minha trajetória de formação acadêmica e também pelo grupo de pesquisa GPRPPE - UFRGS.

comunicação e da microeletrônica na produção de bens, potencializou o crescimento do setor financeiro alterando profundamente as relações no setor produtivo, especialmente na relação entre capital e trabalho. Essas transformações de cunho estrutural marcaram os primeiros passos na direção de um novo regime de acumulação chamada *Acumulação Flexível* (HARVEY, 2008).

Como parte constitutiva deste processo, houve um reajustamento na vida social e política: o Estado, acusado por ser o causador da crise do capital, afastou-se da execução das políticas sociais e os sujeitos foram incentivados a buscar individualmente soluções para a melhoria de suas vidas. A redefinição no papel do Estado para com as políticas públicas, através deste intenso programa de privatização, gerou o aumento do desemprego e uma conjuntura de grandes oscilações na economia, com incertezas no horizonte futuro da classe trabalhadora.

Como resposta à intensificação da crise econômica e social do capitalismo, outro discurso político ideológico passou a ganhar espaço. Desta forma, a Terceira Via surgiu como uma alternativa entre a Antiga Social Democracia e o Neoliberalismo, apresentando em seu programa a reforma do Estado como premissa, não o afastamento deste por meio da privatização neoliberal, mas através da promoção de organizações da sociedade civil mercantil, o chamado Terceiro Setor. Sob a orientação da Terceira Via, a lógica do mundo dos negócios, defendida igualmente pelos neoliberais como a fórmula capaz de resolver os entraves que prejudicam a reprodução do capital, foi estendida às políticas sociais que passaram a ser atendidas por meio de duas estratégias: as parcerias envolvendo o Estado e o Terceiro Setor e através da incorporação do Gerencialismo no setor público.

Neste contexto de crise e, conseqüente reestruturação do capitalismo, cresce a pauperização da classe trabalhadora. O Estado, que deveria ser o defensor da democracia atuando em prol da materialização dos direitos da população através de suas políticas, sob a orientação da Terceira Via, incentiva os novos sujeitos representantes do capitalismo que, por meio das ONGs e sob o discurso de empreender pelo social, estruturam redes de relacionamento com o intuito de intervir nas políticas educacionais de modo a garantir os interesses de seus negócios. Desta forma, a questão social, especialmente as políticas educacionais que representam o campo de estudo desta pesquisa, tornam-se um novo nicho de mercado para as ações destes empreendedores e filantropos da educação. Tal realidade transforma direitos em mercadorias que terão de ser compradas pela população em um mercado de serviços, como é o caso da educação.

A ação destes sujeitos não se limita à comercialização, os representantes do capital podem permitir que o Estado continue ofertando a educação, mas não abrem mão de definir o que será ofertado. A educação representa uma estratégia fundamental para a reprodução da ideologia necessária à manutenção da condição hegemônica do capital frente à classe trabalhadora. Neste sentido, a lógica mercantil deve ocupar e controlar todos os espaços da sociedade, inclusive a subjetividade dos indivíduos. Para tanto, faz-se necessário articular consensos em torno da adaptação das pessoas às demandas de um mercado em constante metamorfose, as ocupações profissionais seguem a mesma dinâmica, na qual os trabalhadores deverão estar preparados para as incertezas futuras.

Desse modo, a "nova racionalidade" consiste em transferir as responsabilidades de formação aos sujeitos, estes deverão adquirir individualmente as competências necessárias que os tornarão aptos a disputar as escassas oportunidades de geração de renda. Diante disso, novas formas de organização do trabalho fora do regime salarial têm se proliferado na sociedade. Neste cenário, o empreendedorismo tem ocupado uma posição central nos debates que envolvem a qualificação dos trabalhadores, com a inclusão da educação empreendedora no currículo de instituições públicas e privadas por meio de disciplinas ou programas de formação para o empreendedorismo.

Esta pesquisa justifica-se a partir deste contexto, pois acredito que em uma sociedade democrática a educação representa um direito e não uma mercadoria, sua oferta deve ser promovida pelo Estado através das instituições públicas de forma gratuita e o conteúdo deve possibilitar a todos os sujeitos o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, para que estes possam construir uma realidade justa e igualitária nos aspectos político, econômico e cultural. Portanto, investigar o movimento das redes estruturadas por organizações não governamentais de empreendedores sociais que intervém no conteúdo da educação pública, como é o caso do Instituto Empreender Endeavor por meio de parcerias junto ao campo público, constitui-se em um problema de pesquisa muito relevante e que sugere o seguinte questionamento: *poderá a proposta educacional do Instituto Empreender Endeavor ter implicações para a Democratização da educação?*

Nessa direção, o objetivo geral da pesquisa *é analisar o conteúdo da proposta de educação que fundamenta os cursos de empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor promovidos em parceria com instituições públicas de educação no Brasil.*

Este objetivo geral vem acompanhado dos seguintes objetivos específicos:

- analisar, no atual momento particular do capitalismo, o movimento das redes estruturadas por organizações não governamentais de empreendedores sociais que promovem a difusão do empreendedorismo através da educação, como parte da estratégia hegemônica de redefinição do papel do Estado proposto pela Terceira Via;

- analisar a relação entre as recomendações dos organismos internacionais para a educação e a inclusão das competências socioemocionais empreendedoras nos conteúdos dos sistemas educacionais;

- compreender os principais conceitos de empreendedorismo, bem como a relação deste com a educação e as similitudes destes aspectos com o conteúdo da proposta educacional do Instituto Empreender Endeavor;

- compreender as concepções, a estrutura e as formas de atuação do Instituto Empreender Endeavor;

- construir a rede de sujeitos que fazem parte do Instituto Empreender Endeavor no Brasil e analisar a influência destes na concepção e definição do conteúdo dos cursos de empreendedorismo ofertados em parceria com instituições públicas de educação.

Para atingir os objetivos propostos, a dissertação está organizada em seis capítulos. Sendo que, o primeiro capítulo, constitui-se desta introdução, contendo a apresentação da temática da pesquisa, o problema, a justificativa, o objeto geral e os objetivos específicos da pesquisa. No segundo capítulo, tratarei dos caminhos teórico-metodológicos escolhidos para realizar a pesquisa, os quais apontam para a importância em analisar as políticas educacionais na perspectiva da totalidade, relacionando-as com o contexto mais amplo do capitalismo, não em uma relação de determinação, mas sim como parte constituinte do movimento de reestruturação do capital frente à sua crise. No terceiro capítulo, analisarei as estratégias adotadas para a superação da crise estrutural do capitalismo, tais como: Neoliberalismo, Globalização, Reestruturação Produtiva e Terceira Via, bem como o movimento de redefinição do papel do Estado para com as políticas públicas frente a estas mudanças Neste ponto, enfatiza-se o campo da educação, a partir do avanço das parcerias público-privadas, por meio das quais as organizações do Terceiro Setor influenciam na direção e execução das políticas educacionais, em que os elementos que consubstanciam a proposta do empreendedorismo representam parte da estratégia proposta pela Terceira Via. Ainda neste capítulo, abordarei o contexto histórico e particular brasileiro da redefinição do papel do Estado através do crescimento das parcerias público-privadas e a legislação que legitima este movimento. No quarto capítulo, o foco será a temática do

empreendedorismo. Inicialmente analisarei as principais concepções que historicamente definiram o tema, em seguida destacarei a educação como uma forma de difusão do empreendedorismo na sociedade, a partir das orientações dos organismos internacionais para a inclusão deste tema nas reformas dos sistemas de educação, bem como as bases da Educação Empreendedora que tem ganhado espaço nos currículos de instituições desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Na última seção deste capítulo, com base em dados extraídos de relatórios internacionais e na legislação brasileira, analisarei as condições de trabalho dos empreendedores brasileiros. O quinto capítulo destina-se à análise do Instituto Empreender Endeavor (IEE). Neste capítulo, apresentarei a estrutura do IEE a partir de aspectos como a visão de sociedade e a missão desta organização, suas formas de atuação, a captação de seus recursos e o recrutamento de adeptos a sua causa. Em seguida, o foco será a chegada do IEE no Brasil, com destaque para a rede de relações estruturada no país e o conteúdo dos cursos de empreendedorismo ofertados em parceria com instituições públicas de educação. No sexto e último capítulo da dissertação, serão apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa.

2. OS ELEMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo descrever os elementos teórico-metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa. Ao longo do mesmo, apresentarei o referencial teórico-metodológico e as categorias analíticas utilizadas na pesquisa. Em um segundo momento, o foco será a perspectiva da indissociabilidade entre as políticas sociais e econômicas para a compreensão da realidade enquanto totalidade.

2.1. *A escolha das categorias analíticas para investigar o Instituto Empreender Endeavor*

Investigar uma política educacional exige do pesquisador um grande esforço no sentido de compreender, a partir da análise minuciosa dos dados empíricos, as manifestações e relações dos sujeitos envolvidos nos diversos processos, seja de direção ou execução[4] destas políticas, a fim de desvelar seu conteúdo e suas intencionalidades. Neste sentido, a pesquisa possui um caráter descritivo-analítico com base no Materialismo Histórico, pois acredito que tal referencial possibilita a compreensão da realidade de forma dialética, indo além da aparência dos fenômenos, desafiando-nos a contextualizar e a compreender o processo histórico – as relações sociais e produtivas que conformam o objeto e a temática de pesquisa.

Dentro deste quadro, a pesquisa sobre o Instituto Empreender Endeavor, tendo por orientação os objetivos já colocados na introdução desta dissertação, propõe investigar as manifestações do IEE junto ao campo público da educação brasileira e as relações que tem estabelecido com outros sujeitos individuais e coletivos[5] em escala nacional e internacional, especialmente a partir da formação de redes de interesse que, baseadas na lógica de mercado, promovem a circulação de ideias, pessoas e negócios.

---

[4] Em tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, ao analisar os processos de privatização no contexto das parcerias público-privadas na educação brasileira, Vera Peroni aponta que o privado atua junto ao campo público de duas formas: i - Direção, quando os empresários influenciam o Estado no estabelecimento de uma agenda educacional, inclusive através da venda de produtos que serão comprados pelo governo e repassados aos estabelecimentos públicos de ensino. ii – Execução, quando os serviços são ofertados pelas instituições privadas em parceria com o Estado. Podendo ainda ocorrer, na direção e execução, ao mesmo tempo, quando as instituições privadas definem o conteúdo da educação e "[...] executam sua proposta através da formação, avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado" (PERONI, 2016, p. 13).

[5] Sujeitos na perspectiva de Thompson (1981) como relação e processo.

Estes movimentos, por sua vez, materializam parte do atual contexto de desenvolvimento do capitalismo, nos quais as organizações não governamentais têm exercido um papel significativo na concepção e execução de políticas destinadas ao atendimento das questões sociais, sendo o foco desta pesquisa as políticas educacionais.

Desta forma, a pesquisa está estruturada através de um processo que vai do micro ao macro, da parte ao todo, para que as determinações particulares que consubstanciam o movimento do real, no qual as ações do Instituto Empreender Endeavor se efetivam possam ser compreendidas, desvelando a estrutura deste sujeito, quais as relações que estabelece e o conteúdo da educação para o Empreendedorismo que propõem por meio das parcerias.

Passarei agora ao detalhamento dos principais pressupostos teóricos do materialismo histórico que foram utilizados no processo de pesquisa. Iniciando com a perspectiva da Totalidade.

A totalidade consiste no conceito central do materialismo histórico, é concebida como a síntese do pensamento que os seres humanos elaboram a fim de compreender a realidade na qual vivem.

> [...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. (MARX, 2008, p. 259)

Segundo Karel Kosik, o homem na sua vida cotidiana interage com a natureza e com os outros homens de maneira objetiva “tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais”. (KOSIK, 1976, p. 10). Nesta experiência diária, os sujeitos deparam-se com a ocorrência única e irrepetível dos fatos e, a partir disso, criam suas próprias representações fenomênicas da realidade, cujo conteúdo não corresponde à “estrutura essencial” desta realidade. Esta formulação não significa que o fenômeno não tem relação alguma com a essência, pois: “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (Ibid, 1976, p. 12).

A essência denota-se no fenômeno, mas de maneira “parcial”, ou seja, fenômeno e essência fazem parte do mesmo mundo. Sem o fenômeno, que é a manifestação imediata dos fatos, a essência seria “inatingível”. É a representação fenomênica que possibilita a percepção do inacabado, da parte, o que desperta no pesquisador o interesse

em desvelar a estrutura ainda oculta. Em outro extremo, a parte analisada isoladamente, não permite a compreensão do todo, da diversidade e complexidade da estrutura que engendra o movimento do real.

Diante disso, a relação “parte” e “todo”, enquanto conceitos interpretativos da realidade, representam polos indissociáveis na perspectiva do método dialético-materialista. A correlação entre o específico e o geral, estrutura-se a partir do desvelamento dos vínculos internos que remetem às determinações dos dois polos. Em conformidade com Kosik, o filósofo húngaro George Lukács, coloca que, metodologicamente, a compreensão da realidade, na perspectiva da totalidade, prescinde de um constante processo de aproximação entre o Singular (específico) e o Universal (geral), pois tanto o singular quanto o universal representam abstrações se tratados isoladamente, o conteúdo de ambos somente ganha sentido através das interconexões complexas que os conformam. (LUKÁCS, 1978)

No intuito de desenvolver o método materialista-histórico, Lukács coloca que existe uma tensão dialética entre o singular e o universal e, nessa relação, ambos identificam-se, contrapõem-se e transformam-se. Esse movimento oscilante das partes com o todo é mediado pelas particularidades, as “múltiplas determinações” que consubstanciam a totalidade. As particularidades representam as interconexões existentes entre o singular e o universal, os vínculos complexos que conferem conteúdo e sentido aos dois polos.

Para o historiador inglês Edward Palmer Thompson, a construção do conhecimento acerca de um dado fato histórico, na perspectiva da totalidade, desenha-se através da relação dialética entre sujeito e objeto e, nessa dinâmica, o pesquisador organiza o pensamento ajustando os métodos de trabalho em conformidade com as propriedades determinantes do objeto, a teoria existente sobre a temática e seus pressupostos de análise. O objeto possui propriedades específicas que exigem ferramentas de pesquisa adequadas. Portanto, não cabe ao pesquisador escolher previamente as perguntas que utilizará para interrogar as evidências sobre objeto. O objeto real, embora “epistemologicamente inerte”, possui outras manifestações sociológicas, ideológicas que, através das evidências, expressam comportamentos, atitudes, modos de pensar, correspondentes ao espaço-tempo que se desenvolve e à “adequação ou inadequação” dos procedimentos a serem utilizados na pesquisa devem dar conta destas especificidades (THOMPSON, 1981). O pesquisador, como agente do

processo, também deve atentar-se para o quadro teórico produzido até o momento da pesquisa sobre a temática em questão, de acordo com seus referenciais de análise.

Desta forma, o processo de investigação é marcado por avanços e retrocessos, uma vez que os procedimentos são delineados na relação que o pesquisador estabelece com o objeto e o conhecimento de suas propriedades, podendo parecer por vezes caótico e desordenado. Contudo, a construção do objeto, como parte do processo de pesquisa, exige rigor metodológico e científico, já que o pesquisador não coletará dados aleatoriamente, pelo contrário, deverá seguir critérios de seleção para organização da teoria e dos fatos, tendo por norte os objetivos da pesquisa. Estes critérios serão estabelecidos a partir da escolha das categorias analíticas que servirão como as lentes que o pesquisador utilizará no trabalho com o objeto de estudo.

Desse modo, a pesquisa vai tomando corpo através da ação do pesquisador em um constante movimento de aproximação entre o concreto e o abstrato, da apreensão das determinações imediatas e mais gerais do objeto a fim de elencar as categorias analíticas. Estas, por sua vez, serão fundamentais para dar o tom das questões que interrogarão o objeto, agora não mais como uma manifestação caracterizada pela imediatez, mas como a "síntese de múltiplas determinações" (MARTINS; PASQUALINI, 2015).

Na perspectiva da totalidade, a singularidade do Instituto Empreender Endeavor (IEE) materializada nas suas ações, ganha sentido se compreendida no quadro do processo de reestruturação do capitalismo que, no intuito de manter-se como sistema dominante, portanto universal, operou um processo de reestruturação. A expansão das organizações não governamentais (ONGs) com foco de atuação no campo social constitui-se como uma manifestação muito relevante das políticas orientadas pela Terceira Via, que corresponde a uma das ideologias características do atual momento histórico do capitalismo. Neste sentido, o Empreendedorismo representa uma importante forma de organização do trabalho, cujo conteúdo corresponde às particularidades que caracterizam a reconfiguração das relações entre capital e trabalho no atual momento histórico.

Outro elemento fundamental que sustenta a concepção do materialismo histórico é a categoria da historicidade. Sobre esta perspectiva, Thompson aponta que, embora os eventos históricos sejam de fato únicos, muitos possuem regularidades que os aproximam, semelhanças profundas que ultrapassam a superficialidade, expressando a existência de continuidades. Não se trata do sentido linear de uma lógica atemporal, mas

a tônica de um processo no qual homens e mulheres dotados de interesses relacionam-se entre si e com a natureza e, desta relação, resulta a transformação dos próprios sujeitos e do meio em que vivem, pois os seres humanos expressam visões de mundo que são construídas a partir da vida destes sujeitos em sociedade. Esta vivência efetiva-se a partir da ação mediada pela experiência oriunda de saberes acumulados, fruto de práticas de outras sociedades que, por sua vez, são passíveis de redefinição quando confrontadas com novas realidades. "[...] é a experiência que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento" (THOMPSON, 1981, p. 112).

Essa perspectiva é corroborada por Kosik:

> A história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto. (KOSIK, 1976, p. 218)

Desta forma, a história como um movimento processual, em constante mudança, que ocorre no "vir-a-ser" como a lógica do movimento, exige que a pesquisa sobre qualquer temática tenha por princípio a historização, o estudo das condições históricas que conferem às manifestações do objeto plena validez. Ou seja, a concretude do objeto depende das relações que estabelece com as múltiplas determinações que caracterizam seu tempo e espaço, o que reafirma a importância da perspectiva da totalidade e coloca em evidência a categoria da historicidade.

Se a história se faz e é feita em todos os momentos, os conceitos interpretativos dos fatos devem orientar-se pela lógica do processo, ou seja, as categorias analíticas são históricas,

Para Thompson:

> A relação entre o pensamento e seu objeto torna-se agora extremamente complexa e mediata; e, ademais, o conhecimento histórico resultante estabelece relações entre fenômenos que nunca poderiam ser vistos, sentidos ou experimentados pelos atores desse modo naquela época; e organiza as constatações de acordo com conceitos e dentro de categorias que desconhecidas de homens e mulheres cujos atos constituem o objeto de estudo. (THOMPSON, 1981, p. 28)

Nessa direção, Cury aponta:

> [...] as categorias não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideradas isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real. (CURY, 1985, p.22).

Nessa linha, embora tenha se manifestado em outros períodos históricos, o que será abordado no quarto capítulo desta dissertação, a temática do empreendedorismo através de sua crescente representatividade dentre as modalidades ocupacionais no atual mercado de trabalho, denota sua correlação com os movimentos particulares que caracterizam o processo contemporâneo de reestruturação do capitalismo. Nessa direção, apreender a essência do Instituto Empreender Endeavor, através de suas manifestações e relações que estabelece com sujeitos e outras instituições, públicas ou privadas, significa tomá-lo como mediação para a compreensão da totalidade de um processo histórico do qual é parte constituinte.

A história constitui-se a partir das relações ativas de sujeitos e seus interesses que, na vivência marcada pela interseção de pressupostos dados e na superação destes através da ação consciente, constituem a unidade do "ser social" e da "consciência social", sempre mediados pela categoria fundamental da experiência. Como coloca Kosik: "Os homens agem dentro da situação dada e na ação prática conferem um significado à situação" (KOSIK, 1976, p. 220). Nesta dialética, os sujeitos criam e identificam as formas com que a sociedade se organiza, as quais se aproximam ou não dos seus valores e passam a formar/integrar grupos, constituindo as classes sociais:

> [...] as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob condições que são dadas. (THOMPSON, 1981, p. 121)

É a partir da ação dos sujeitos, do confronto de aspectos e tendências contrários, que a história ganha sentido e movimento, possibilitando a transformação de realidades dadas e a "energia" que move isso é a contradição (Ibid).

Desta forma, a contradição faz-se presente na história em todos os momentos, cabendo ao pesquisador, através de seus métodos de investigação, captar a riqueza e

complexidade do movimento do real que se expressa nessa relação dialética de contrários em busca de superação (KUENZER, 2001).

Nesse sentido, a sociedade é o campo da luta de classes, das relações que se estabelecem e se movimentam a partir da contradição que no capitalismo é uma característica intrínseca e, portanto, diretamente relacionada ao universal. As formas nas quais estes embates se dão são históricas, portanto, singulares e específicas, as quais evidenciam contextos particulares a partir do desenvolvimento das forças sociais e produtivas, consubstanciando diferentes realidades.

O conteúdo que move a luta dos contrários é a consciência, a identidade de uma classe. O filósofo italiano de tradição marxista Antonio Gramsci dedicou boa parte de seu trabalho analisando a formação da consciência dos grupos sociais a partir de conflitos de cunho coletivo que se desenvolviam na Itália durante o período da unificação ao longo do século XIX e o desenvolvimento da sociedade capitalista no século XX. Para Gramsci, o modo de pensar, a concepção de mundo representa a ideologia de uma classe. Embora o conceito de ideologia tenha sido trabalhado pelo próprio Marx e outros intelectuais dentro do materialismo histórico, foi Gramsci que ampliou sua dimensão no sentido de que as diferentes posições ideológicas dão origem à luta de classes, o que modifica a situação social tanto no sentido evolucionário, ou seja, manutenção da ordem dominante, quanto revolucionário, quando ocorre o rompimento com o *status quo* através de um projeto emancipatório.

Outro autor que nos ajuda a compreender a categoria da ideologia é István Mészáros. Segundo ele, nas sociedades de classes, como é a capitalista, “tudo está impregnado de ideologia”.

> A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Esta disputa de poder entre as classes pela condição de dominante coloca em evidência projetos societários distintos que, ancorados em posições ideológicas, estabelecem diferentes estratégias de luta. Mészáros identifica três formas ideológicas:

> A primeira apóia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e exaltando a forma vigente do sistema dominante – por mais que seja problemático e repleto de contradições – como o *horizonte absoluto* da própria vida real. A segunda, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, revela acertadamente as irracionalidades da *forma específica* de uma anacrônica sociedade de classes que ela rejeita a partir de um novo ponto de vista. Mas, sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social – igualmente determinada pela classe, ainda que seja historicamente mais evoluída. E a terceira, contrapondo-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, propondo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismo de classe (MÉSZÁROS, 2004, p. 67-68).

As duas primeiras ideologias defendem a essência da sociedade estratificada, mesmo que a primeira enalteça as virtudes da ordem dominante e a segunda identifique problemas nesta estrutura, pois seus mecanismos de atuação disseminam discursos que mascaram as reais contradições da sociedade capitalista. Já a terceira, representa a ideologia socialista, única capaz de acabar com a contradição da divisão em classes da sociedade através de um projeto calcado no potencial emancipador do trabalho.

Se a primeira ressalta as potencialidades do sistema vigente, contrapondo diretamente os valores e princípios da ideologia emancipatória, a segunda atua incorporando reivindicações pautadas pelas demais ideologias sem colocar em cheque a ordem dominante. O propósito é negar a própria existência de outras ideologias, através de artifícios como a objetividade e neutralidade da ciência.

Este embate travado no amplo tecido social entre as diferentes ideologias ocorre no intuito de estabelecer a dominação de uma classe perante as demais. Nesta dinâmica, as estratégias utilizadas pelas classes para atingir este objetivo evidenciam outra categoria fundamental, amplamente discutida na tradição marxista, a saber, a hegemonia. A fim de definir uma concepção de hegemonia que contribuirá para a análise das formas como atuam os sujeitos comprometidos com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no atual processo de reestruturação do capital, contexto no qual as práticas do Empreendedorismo estão diretamente relacionadas, buscarei novamente fundamentação nos trabalhos de Antonio Gramsci, especialmente a partir do conceito de Estado Ampliado e Sociedade Civil.

Gramsci, no intuito de compreender as relações sociais de seu tempo e desenvolver um projeto que possibilitasse a superação do capitalismo, critica as ideologias liberal e totalitária que dominavam o debate acerca do papel que o Estado deveria desempenhar na sociedade do século XX. Para o autor, ambas, além de não representarem visões de mundo capazes de promover os valores democráticos no

sentido da socialização do poder na sociedade, os quais ele defendia, esboçavam compreensões equivocadas a respeito das relações entre o Estado e a sociedade civil, segmentando-a em setores desarticulados, através de perspectivas economicistas e estatistas, respectivamente.

Assim, Gramsci aponta para a compreensão da realidade como um todo articulado. Para atingir a hegemonia, a classe deve operar a articulação entre sociedade civil e sociedade política: "[...] a primeira – composta de organismos privados e voluntários – indica a "direção", enquanto a segunda – estruturada sobre aparelhos públicos – caracteriza-se mais pelo exercício do "domínio" (SEMERARO, 1999, p. 69).

O Estado ampliado representa a criação de um espaço público fertilizado pelos valores "ético políticos" dos sujeitos que, através de estratégias "associativas e colaboracionistas", seriam capazes de representar as "identidades coletivas" da sociedade. Portanto, na concepção gramsciana, a participação efetiva da sociedade civil constitui-se em aspecto central para a construção da democracia. Cabendo ao Estado promover o crescimento da sociedade civil sem anular suas liberdades, sendo que esta, ao amadurecer as noções de responsabilidade e socialização do poder, não aceitará a coerção.

> O que interessa a Gramsci, portanto, não é tanto a consistência do aparelho de Estado ou o vigor econômico de grupos privados, mas a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil, com os indivíduos aprendendo a política do autogoverno e a gestação de valores democráticos. (Ibid, p. 70)

Entendendo que a sociedade civil é a arena da luta de classes, Gramsci observa que as disputas para obtenção do poder são determinadas pela relação entre direção e dominação, elementos constitutivos da hegemonia. Direção como o ato de guiar, conduzir, liderar, governar. Dominação entendida como a criação de estratégias para obtenção do consenso na sociedade visando à efetivação de um projeto de classe, que para Gramsci significa a superação do capitalismo e, através de métodos democráticos, a construção de uma nova sociedade.

Nesse sentido, a sociedade civil para Gramsci:

> É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto

> hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder. (SEMERARO, 1999, p. 70)

Desta forma, o trabalho de Gramsci tem por objetivo a construção de um projeto de classe voltado ao atendimento dos anseios dos trabalhadores vitimados pela lógica exploratória da sociedade capitalista. Portanto, o espaço público na perspectiva do Estado Ampliado não pode ser confundido com a sociedade civil regulada pela lógica de mercado defendida pela elite hegemônica do processo de reestruturação do capitalismo. Pelo contrário, o público é o local onde os sujeitos, privados dos benefícios oriundos da riqueza socialmente construída, encontram condições para desenvolver através de suas organizações coletivas soluções visando à melhoria das condições de vida da sociedade.

Para Gramsci, a hegemonia possui um caráter eminentemente pedagógico, pois a produção e a disseminação da ideologia com vistas ao estabelecimento da hegemonia estão diretamente relacionadas à elevação intelectual e moral dos sujeitos. Desta forma, toda ideologia expressa uma visão de mundo de acordo com os valores e comportamentos de uma determinada classe social. "Por isso, a verdadeira função de um Estado democrático deve ser "ética", "educativa", de "impulso histórico", de "elevação intelectual e moral das massas" (Ibid, p. 70). Nesta tarefa, os intelectuais[6] possuem um papel fundamental, de educar os sujeitos para que as classes atinjam seus objetivos, seja na manutenção da ordem vigente ou sua superação através de uma nova sociedade. Cada classe cria organicamente seus intelectuais que serão responsáveis por um trabalho educativo-formativo na elaboração da consciência do grupo a partir de valores e princípios oriundos das experiências dos sujeitos inseridos em uma realidade concreta.

Dentre os elementos destacados anteriormente, necessários para atingir a hegemonia, o consenso – na concepção de Gramsci – é construído a partir da utilização de mecanismos pedagógicos chamados "aparelhos privados de hegemonia", como por exemplo, a escola, a igreja e os meios de comunicação. A escola representa um lócus privilegiado nesse sentido, na medida em que serve tanto para a propagação,

---

[6] O termo intelectual, na concepção de Gramsci, designa a função profissional que o sujeito desempenha na ordem social vigente, não suas reais potencialidades. Todo o trabalho exige uma determinada atividade intelectual criadora, não havendo, portanto, trabalho exclusivamente físico.

assimilação de concepções de mundo, quanto para a formação dos próprios intelectuais orgânicos.

> A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a 'área' escolar e quanto mais numerosos forem os 'graus' 'verticais' da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (GRAMSCI, 2001, p. 19).

A partir do trecho acima, podemos identificar a importância da educação para o pensamento de Gramsci, pois a escola, como o principal aparelho privado de hegemonia, reflete a organização da sociedade como um todo. Esta percepção origina-se do contexto histórico vivido na Itália dos anos de 1930, quando a estrutura capitalista encontrava-se em processo de consolidação e na qual a educação passava pela transição da escola exclusivamente clássica, de formação humanista, para uma nova concepção formativa dual, materializada a partir de dois formatos de instituições. Estes dois formatos traduziam-se na escola clássica – que propunha a formação de dirigentes – e na escola profissional – responsável pela formação de trabalhadores para atender às demandas da indústria. Estes dois formatos de instituições refletiam a fragmentação social, pois cada grupo demandava um tipo específico de escola, voltado a manter as estratificações da sociedade.

Em oposição à proposta burguesa, Gramsci, através da escola unitária, defende um projeto societário na perspectiva da democratização, que corresponde à capacidade da escola de formar dirigentes. Não no sentido estrito da proposta burguesa, na qual o dirigente desempenha o papel de gestor dos trabalhadores. Mas a partir de um novo princípio educativo, em que o trabalho na concepção ontológica, como produção e realização do ser humano, passa à centralidade do processo de formação integral do sujeito. Um programa formativo fundamentado no equilíbrio entre atividade manual e intelectual.

> Gramsci defende uma escola única, elementar e média, que até o momento da preparação profissional forme o jovem como pessoa [...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 1977, p. 1547 apud DORE, 2014, p. 303)

A proposta de Gramsci transcende a incorporação técnica de saberes, mas enquanto formação integral, busca promover no sujeito a capacidade de autodireção nas suas mais diversas relações, sejam políticas, sociais, ou produtivas (NOSELLA, 2004, apud COSTA; RAMALHO, 2008). O autogoverno representa a superação da condição de excluídos e assalariados por parte dos sujeitos, à condição de direção dos processos políticos, culturais e econômicos. "O valor mais importante não é que o camponês se torne agrônomo ou que o pedreiro se torne mestre, mas que o cidadão chegue a ser governante" (GRAMSCI, apud SEMERARO, 1999, p. 78).

As formulações de Grasmci e Mészáros sobre ideologia e hegemonia fornecem importantes elementos visando ao desenvolvimento dos objetivos desta dissertação, pois o conteúdo da educação para o empreendedorismo congrega um conjunto de aspectos, como individualismo e incentivo à competitividade, que são funcionais ao projeto de sociedade defendido pela ideologia dominante do processo de reestruturação do capitalismo em curso. Neste sentido, o protagonismo da sociedade civil, baseada na lógica de mercado como padrão de qualidade e evidenciado através do crescimento das organizações não governamentais que atuam no campo da educação, como é o caso do Instituto Empreender Endeavor (IEE), representa uma estratégia dos grupos ligados ao capitalismo financeiro global para a resolução dos problemas sociais, na qual os intelectuais orgânicos ligados a este movimento buscam a criação de um consenso em torno de seus paradigmas para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

No terceiro capítulo, analisarei as ideologias dominantes que sustentam as bases do processo vigente de reestruturação do capitalismo, bem como as estratégias implementadas para resolver os problemas de acumulação do sistema em função da crise instaurada a partir dos anos de 1970, com foco na redefinição do papel do Estado para com as políticas sociais, especialmente para a educação.

Quanto às ferramentas que serão utilizadas na pesquisa, focarei na análise documental, pois os documentos são considerados um objeto de interpretação, unidades de análise que possibilitam o acesso ao discurso dos sujeitos envolvidos na sua elaboração e, através deste exame, é possível identificar diagnósticos, direcionamentos e orientações para a agenda política (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Nesse sentido, André Cellard aponta:

> As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes ou deformar acontecimentos. Por possibilitar alguns tipos de

> reconstrução, o documento escrito constituiu, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2012, p. 295)

Em seguida, o autor destaca a importância para o pesquisador que pretende empreender um estudo tendo por base o aporte documental, ao analisar suas fontes, conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a produção de um documento determinado. Ainda que já tenha sido mencionada sua importância, os documentos não representam versões imparciais sobre os fatos, pois sempre representam a interpretação da realidade por sujeitos que, através de suas conjecturas, expressam os interesses e motivações que o levaram a produzir determinado texto.

O corpus documental da dissertação está composto por fontes primárias e secundárias, documentos elaborados pelo Instituto Empreender Endeavor e seus parceiros, tais como: artigos disponibilizados no site oficial do IEE, artigos acadêmicos que abordam questões relativas a esta organização e o conteúdo de dois programas baseados na educação para o empreendedorismo elaborados pelo IEE. Também foram analisados documentos nacionais e internacionais de instituições que recomendam as práticas do empreendedorismo para o desenvolvimento, principalmente de "países emergentes", como relatórios sobre desenvolvimento social e educação, emitidos pela UNESCO, Banco Mundial, Cepal, entre outros.

2.2. *As Políticas educacionais e o papel do Estado no contexto do Capitalismo*

Dando continuidade à construção do referencial teórico-metodológico que embasa esta pesquisa, nesta seção utilizarei autores que analisam a temática das políticas educacionais na perspectiva da totalidade dentro do materialismo histórico.

As políticas educacionais, como as demais políticas sociais, devem ser analisadas a partir do movimento do Estado, visto que através de suas políticas, o Estado expressa intencionalidades que são fruto das relações estabelecidas entre as classes sociais que, por sua vez, representam um contexto particular de desenvolvimento do capitalismo. Nesta linha, a política educacional não é, apenas, determinada pelas transformações que ocorrem nas relações políticas e produtivas da sociedade, mas é parte constitutiva desse processo (PERONI, 2013).

Evaldo Vieira aponta que, para analisar as políticas sociais, é imprescindível remeter-se à questão do desenvolvimento econômico, que corresponde "à transformação qualitativa e quantitativa das relações econômicas, decorrentes do processo de acumulação particular do capital" (VIEIRA, 2007, p. 142).

Por conseguinte, a política econômica e a política social relacionam-se intimamente com o desenvolvimento do capitalismo.

> Qualquer exame da política econômica e da política social deve fundamentar-se no desenvolvimento contraditório da história. Em nível lógico, tal exame mostra as vinculações destas políticas com a acumulação capitalista. Em nível histórico, verifica se consistem em respostas às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não (Ibid, p. 136)

Desta forma, para (Ibid), as políticas sociais e econômicas sempre fizeram parte do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, que após uma etapa inicial chamada "Capitalismo Concorrencial", que corresponde ao período da conquista da hegemonia política pela burguesia europeia, respectivamente nos séculos XVII e XVIII, quando prevaleceu a lógica do livre mercado com um estado pouco intervencionista, seguiu-se o "Capitalismo Industrial" que, a partir da crescente urbanização ao longo do século XIX, teve como consequência a ascensão das grandes cidades como cenário protagonista das tensões sociais. Neste momento, deflagrava-se o principal conflito resultante do processo de desenvolvimento capitalista entre a classe burguesa, detentora dos meios de produção; e os trabalhadores, que representavam a força de trabalho.

A respeito desta característica estrutural do capitalismo, Ellen Wood aponta que, ao contrário de outros modos de produção, tais como o asiático e o feudal, o capitalismo, em seu movimento de reprodução, tende a separar o econômico do político, concentrando no "ponto da produção" a luta de classes gerada pela "apropriação de excedentes" (consagrada na tradição marxista através do conceito da mais-valia), mantendo, sempre que possível, o embate entre produtor e apropriador dentro da "unidade altamente organizada e integrada da produção fabril". Assim,

> [...] a administração de relações antagônicas de produção é inseparável da administração do processo de produção em si. Apesar de continuar a ser parte integrante do processo de produção, que ela não pode interromper, a luta de classes deve ser domesticada. (WOOD, 2003, p. 47).

Desse modo, a separação entre o econômico e o político no capitalismo tende a resultar na manutenção da estrutura desigual entre "produtores e apropriadores", tornando as disputas "aparentemente não-políticas".

> Em geral, somente quando sai para a rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que confrontações violentas, quando acontecem, não se dão geralmente entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta (Ibid, p. 47)

Nesta composição, a ação do Estado, através de suas políticas, faz-se necessária a fim de controlar as tensões sociais. Assim, as políticas sociais[7] surgiram das disputas entre capital e trabalho, assegurando por um lado direitos à classe trabalhadora em maior ou menor medida, ao mesmo tempo em que criavam as condições necessárias à consolidação e reprodução do capitalismo (VIEIRA, 2007).

Em síntese, Vieira (2007) e Wood (2003), corroboram com a ideia de que as políticas sociais no capitalismo surgiram da necessidade de estabelecer condições mínimas de convívio entre as classes, diante do conflito de interesses entre capital e trabalho próprio das relações sociais capitalistas. Ou seja, as políticas expressam a correlação de forças estabelecida na sociedade capitalista, pois são a materialização do movimento contraditório do Estado que, ora garante direitos aos trabalhadores, ora incentiva a ampliação do capital.

E, diante disso, como fica a questão da democracia no capitalismo? Para Ellen Wood, o modelo de democracia adotado pela sociedade moderna foi construído no processo de independência dos Estados Unidos, em que: "[...] os federalistas tinham pela frente uma tarefa sem precedentes, a de preservar o que fosse possível da divisão entre massa e elite no contexto de franquias crescentemente democráticas e de um corpo de cidadãos cada vez mais ativos" (WOOD, 2003, p. 185).

Desta forma:

> Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificaram, e simultaneamente limitaram, o poder popular, num contexto em que já não era

[7]Segundo Vieira (2007), inicialmente a intervenção do governo central nas questões sociais deu-se através da organização de serviços sanitários, do auxílio aos desempregados e a estruturação das atividades educacionais.

> possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado. (Ibid, p. 185)

Através da separação entre o econômico e o político, que é a principal tese de Wood, os capitalistas estadunidenses foram capazes de criar mecanismos formalmente democráticos, amparados na igualdade jurídica[8], mantendo assim a desigualdade econômica. "Então o capitalismo tornou possível conceber uma *democracia formal*, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a *elite* e a *multidão trabalhadora* (Ibid, p. 184).

Nesta linha, Evaldo Vieira, acrescenta:

> [...] a democracia liberal organiza-se com base na igualdade de oportunidades conforme a capacidade de cada indivíduo, não tensionando a igualdade real na sociedade. Esta democracia se assenta no equilíbrio de forças entre governantes e governados no plano político e não no plano econômico. A desigualdade no âmbito econômico está na situação desproporcional existente entre os poucos possuidores de capital e os muitos vendedores de força de trabalho, trazendo consigo a dominação de uma classe social sobre a outra. (VIEIRA, 2007, p. 214)

Sendo assim, o campo das políticas, especialmente as sociais, representa cada vez mais, um espaço de luta entre as classes, entre sujeitos com projetos societários distintos. Peroni (2015), destaca que a democracia não pode ser vista como uma abstração e sim como a materialização de direitos sociais assegurados através de políticas construídas coletivamente.

Acompanhando essa linha, Vieira define:

> Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo, portanto, real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões, principalmente nas diversas formas de produção. (VIEIRA, 2007, p. 134)

Desta forma, concordamos com Peroni (2015), Vieira (2007) e Wood (2003), os quais apontam que a construção de uma sociedade democrática implica na luta por direitos sociais, que tem por objetivo a igualdade social através da coletivização das

---

[8] Neste contexto, é fundamental enfatizar que escravos e mulheres permaneceram excluídos dos direitos à cidadania.

decisões, uma vez que a luta por direitos materializa-se através das políticas, tendo o poder público, ou seja, o Estado, como garantidor.

Nesse sentido, o papel do Estado, através de suas políticas, constitui-se como parte de um momento específico do desenvolvimento capitalista que caracteriza um determinado contexto histórico. A análise destes movimentos, na perspectiva da totalidade, torna-se fundamental para a compreensão do conteúdo que sustenta as políticas que vêm sendo construídas para a educação, bem como as implicações destas, visando às práticas democráticas em nossa sociedade.

No próximo capítulo, abordarei o atual momento de desenvolvimento do capitalismo, a partir do processo de reestruturação do sistema iniciado nos anos de 1970, assim como as redefinições no papel do Estado como parte deste processo e as implicações destes movimentos para as políticas educacionais.

3. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E AS REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO

Neste capítulo analisarei as particularidades do atual momento do capitalismo a partir do processo de reestruturação do sistema, com foco nas estratégias implementadas para superar a crise que abalou o modelo do Welfare State na década de 1970 e determinou a reorientação do papel dos Estados Nacionais, através de suas políticas a fim de assegurar a recuperação da acumulação capitalista.

A análise dos elementos constitutivos do atual cenário de desenvolvimento do capitalismo, implementados em decorrência das crises de 1970 e 2008, será fundamental para compreender as posições ideológicas adotadas pelos Estados Nacionais, que estabeleceram novas diretrizes políticas destinadas ao atendimento das questões sociais. Nesse ponto, é importante retomar a questão da historicidade dos fatos, pois o modelo do Welfare State não foi adotado por todos os Estados-Nação no período pós-guerra, desta forma, o contexto brasileiro relativo a este período será abordado na sua especificidade.

Durante seu curso de desenvolvimento histórico, o capitalismo tem sido afetado por crises de acumulação, pois a lógica estrutural de reprodução do sistema consiste na absorção do excedente de capital traduzido na forma de taxas de lucro.

Segundo Wood (2003), a geração deste excedente implica na expropriação direta ou indireta do produtor por parte do apropriador capitalista, fato que dota a sociedade capitalista de uma contradição estrutural, materializada a partir das relações conflitantes entre Capital e Trabalho.

Devido à concorrência, os capitalistas são obrigados a reinvestir parte deste excedente na expansão do sistema. É exatamente neste ponto que as contradições estruturais do sistema, o conflito entre capital e trabalho, impõem novas estratégias lucrativas, uma reestruturação no sistema a fim de garantir a continuidade da acumulação do capital (ANTUNES, 1999), (HARVEY, 2008), (MESZÁROS, 2011), (WOOD, 2003).

O atual período particular do capitalismo é resultado da crise de acumulação que se estabeleceu ao longo da década de 1970, tendo como resultado um processo de reestruturação do sistema. Dentre as causas que levaram à formação deste processo, destaca-se o recrudescimento da concorrência na produção internacional capitalista, a partir do crescimento de polos produtores como a Alemanha e Japão, que passaram a

fatiar o mercado e as taxas de lucro com seus rivais que, segundo Brenner (2008), representou um fator determinante para a redução nas taxas de acumulação do capital.

Antunes (1999) coloca que, no final dos anos de 1960, o padrão de acumulação fordista-taylorista, que triunfara no mundo capitalista avançado durante o pós-guerra, começou a apresentar os primeiros sinais de seu esgotamento a partir da tendência decrescente das taxas de lucro.

Sobre o mesmo contexto David Harvey aponta:

> Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda a parte, desencadeando uma fase global de "estagflação" que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76) enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. (HARVEY, 2008, p. 22)

Em relação à crise estrutural do capitalismo, István Mészáros analisa que o sistema foi incapaz de administrar suas três dimensões fundamentais: "produção, consumo e circulação-distribuição-realização":

> As dimensões internas e condições inerentes à autoexpansão do capital constituíram desde o início uma unidade *contraditória*, e de modo algum não problemática, na qual uma tinha que ser "subjulgada" à outra (como Marx colocou: para "subjulgar todo momento da produção em si à troca) de modo a fazer funcionar o complexo global [...] A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e "disfunções" antagônicas, ao invés de serem absorvidas-dissipadas-desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições. (MÉSZÁROS, 2001, p. 799-800)

Sendo assim, a crise do capitalismo iniciada na década de 1970 foi resultado das suas próprias contradições internas. Entretanto, Ricardo Antunes coloca:

> Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a esta crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. (ANTUNES, 1999, p. 38)

Nessa perspectiva, refuta-se o diagnóstico que aponta o Estado como culpado pela crise, entre outras razões, por atrapalhar o livre andamento do mercado, ao regular

a economia e gastar mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, provocando uma crise fiscal.

> Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte. (Ibid, p. 33)

Segundo Moraes (2001), o neoliberalismo representa a ideologia política predominante no processo de reestruturação do capital. Seus principais fundamentos teóricos encontram-se nos trabalhos de duas escolas acadêmicas, respectivamente: a escola austríaca representada por Friedrich August Von Hayek, em que se destaca a obra de sua autoria "O caminho da servidão" e a escola de Chicago representada por Milton Friedman, autor de "Capitalismo e liberdade", e Theodore Schultz, autor de "Capital Humano". A partir deste conjunto de trabalhos, é possível identificar nas concepções neoliberais a defesa do liberalismo em detrimento do keynesianismo, especialmente por meio do ataque ao modelo de regulação do *welfare state*, que predominou nos países de capitalismo avançado durante o pós-guerra. São enaltecidas as qualidades que o livre mercado, através da concorrência, pode oferecer à sociedade. Em contrapartida, é exaltada a incapacidade das políticas de intervenção estatal e o resultado negativo que estas ações podem gerar na economia, não representando uma resposta "eficiente" para as problemáticas de uma sociedade capitalista. No desenvolvimento de suas argumentações, os intelectuais neoliberais explicitam o paradigma que fundamenta a teoria, a partir do deslocamento da perspectiva coletiva, do "bem estar social", para a dimensão individual, o chamado "individualismo metodológico"[9], no qual o indivíduo passa a ser o único responsável por seu sucesso ou fracasso em uma sociedade orientada pelas leis da competição do mercado.

Harvey (2008), ao abordar as práticas efetivas da teoria neoliberal, utiliza o termo neoliberalização, pois, segundo o autor, quem regula o bem-estar humano é o mercado e a competição é o mecanismo dessa regulação. Assim, o sucesso e o fracasso são considerados individualmente por meio das virtudes empreendedoras de cada pessoa. Tudo pode ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais.

---

[9] Sobre este conceito ver Frigotto (1993).

> O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2008, p. 12)

Ou seja, sob a orientação neoliberal, o Estado passa ter a função de regular, quando necessário, as assimetrias do mercado, que é apresentado como o padrão de qualidade. Essa participação do Estado deve ser estratégica, especialmente nas questões sociais, nas quais as políticas estatais são vistas com maior cuidado pelos teóricos neoliberais, pois na social democracia, a perspectiva coletiva na condução das políticas teria prejudicado o andamento do mercado e a consequente expansão do capital[10].

Com a crise do Estado de bem Estar Social, sob a orientação neoliberal, o poder público paulatinamente passou a afastar-se da execução das políticas sociais, devido especialmente às restrições expostas pelos teóricos neoliberais à democracia,

> Para o pensamento neoliberal, há uma tensão entre a liberdade individual e a democracia. Conforme Hayek, a maximização da liberdade está em proteger o sistema de mercado como necessário e suficiente para a existência da liberdade. Assim, o mercado deve ser protegido contra o Estado e da tirania das maiorias. E adverte que se o Estado é influenciado, ou vulnerável às influências das massas, os dois perigos se fundem. [...] o cidadão, através do voto, decide sobre bens que não são seus, gerando conflitos com os proprietários, já que é visto como uma forma de distribuição de renda. Hayek denuncia que a democracia faz um verdadeiro saque à propriedade alheia. E, como em muitos casos não se pode suprimir totalmente a democracia (voto, partidos), o esforço é para esvaziar seu poder. (PERONI, 2016, p. 6)

Portanto, para o Neoliberalismo a democracia é prejudicial ao livre mercado, ainda que não seja possível eliminá-la, a questão é esvaziar seu poder. Ela deve servir como um meio para resguardar as liberdades individuais dos sujeitos e, para tanto, estes devem estabelecer a lógica de mercado em todas as relações sociais, através da teoria da "Eleição Pública", a chamada *Public Choice*[11],

> A ideia chave da Public Choice é de que o paradigma da ação humana em todas as dimensões passa pela relação de troca, pelo jogo de interesses. [...] Para a Public Choice, a democracia e as regulações sobre o Estado são geradoras do Leviatã, por isso é preciso estabelecer limites constitucionais

---

[10] Na visão de Hayek a democracia é totalitária, ver: HAYEK, F. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Livraria O Globo, 1983.

[11] Ver BUCHANAM (1984).

> contra as instituições democráticas vigentes: eliminando o voto, o que é mais difícil, ou restringindo o impacto do voto através da privatização e desregulamentação, provocando o desmantelamento do Estado. (Ibid, p. 7 e 8)

Sob o ponto de vista histórico, os EUA de Ronald Reagan e o Reino Unido de Margaret Thatcher, durante a década de 1980, foram os principais centros irradiadores da ideologia neoliberal. A respeito das políticas neoliberais Thatcheristas, Ricardo Antunes, coloca:

> Seu impacto se sente no resultado: menos industrializante e mais voltado para os serviços, menos voltado para a produção e mais financeiro, menos coletivista e mais individualizado, mais desregulamentado e menos contratualista, mais flexibilizado e menos "rígido" nas relações entre capital e trabalho, mais fundamentado no laissez-faire, no monetarismo e totalmente contrário ao estatismo nacionalizante da fase trabalhista. (ANTUNES, 1999, p. 35)

No trecho acima, podemos perceber que as políticas neoliberais de Thatcher se fizeram sentir com maior intensidade no contexto social, especialmente, a partir da redução de direitos e oportunidades para os trabalhadores, face à expansão do setor financeiro e de serviços privados baseados na lógica da flexibilização. Esta conjuntura torna-se mais aguda, no que tange às relações entre Capital, Trabalho e Estado, pois o Reino Unido foi uma das sociedades que mais avançaram durante o pós-guerra no que diz respeito à organização e luta dos trabalhadores, a fim de garantir conquistas através da legislação. Desta forma, no Reino Unido, o *modus operandi* neoliberal levou a uma agudização das relações entre a classe trabalhadora e o Estado, abrindo caminho para um novo discurso político-ideológico defendido pelo partido trabalhista que, ao longo dos anos 80, voltou a ganhar espaço nos processos eleitorais ingleses. Neste contexto, a Terceira Via representa outro discurso ideológico importante do processo de reestruturação do capitalismo.

Historicamente, as bases teóricas da Terceira Via surgiram a partir dos trabalhos do sociólogo britânico Anthony Giddens que, durante sua participação como assessor do então primeiro ministro inglês Tony Blair em 1994, colocou em prática suas ideias no contexto da reformulação do partido New Labour[12]. Nessa conjuntura, Ricardo Antunes destaca que:

---

[12] Sobre o debate acerca da reforma no New Labour britânico, melhor ver Antunes (1999).

> O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a propriedade comum dos meios de produção), resultou na criação de um substitutivo que expressa exemplarmente o conjunto de mutações em curso no interior do Labour Party. Em substituição à cláusula que se referia à propriedade coletiva nasceu a defesa do empreendimento do mercado e rigor da competição, selando, no interior do NL, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior. (Ibid, p. 97)

Desta forma, embora a Terceira Via seja definida por seus intelectuais como uma alternativa entre o neoliberalismo e a antiga social democracia, ela não rompe com o diagnóstico neoliberal. Pelo contrário, reafirma a ideia de que o Estado capitalista no pós-guerra construiu uma estrutura de "benefícios sociais" incompatível com a dinâmica de funcionamento do sistema, sendo que, este Estado, teria sido o responsável pelo déficit fiscal e a consequente queda nas taxas de lucro.

Embora, em consonância com a premissa de que o Estado fora o culpado pela crise, a Terceira Via busca não reduzir o Estado como proclama o neoliberalismo, mas sim reformá-lo, reconstruí-lo.

> A reforma do governo e do Estado é uma alta prioridade. Os socialdemocratas modernizadores devem evitar a tradicional estratégia esquerdista de confiar mais e mais tarefas às mãos do Estado. Não se pode enfatizar em excesso, contudo, que isso não equivale a degradar as instituições públicas. Um Estado sobrecarregado e burocrático não é apenas pouco propenso a prestar bons serviços públicos; é também disfuncional para a prosperidade econômica. (GIDDENS, 2007, p. 23)

Sendo assim, a reforma do Estado é tratada com primazia pela Terceira Via, não se trata de uma ojeriza pela atuação estatal e sim o precípuo objetivo de corrigir as falhas da estrutura do "Welfare negativo". Para os teóricos da Terceira Via, como Antony Giddens, as políticas de redistribuição de renda consagradas na ação dos estados de bem estar social do pós-guerra representaram formas "negativas" de administrar as questões sociais, pois incentivam os beneficiários ao "não trabalho", tendo como resultado a "passividade" dos sujeitos que reconhecem no Estado uma instituição assistencialista e inibidora da competitividade no mercado de trabalho e na economia em geral (Ibid).

Acompanhando a leitura negativa sobre o Welfare State, Gaebler e Osborne apontam:

> As burocracias hierárquicas, centralizadas, concebidas nas décadas de 30 e 40, simplesmente não funcionam bem no quadro altamente mutável da sociedade e da economia dos anos 90, rico de informações e conhecimento.

> São como transatlânticos de luxo numa era de jatos supersônicos: grandes, caros e pouco ágeis. (GAEBLER, OSBORNE, 1994, p. 12)

Para a Terceira Via, reformar o Estado significa, antes de tudo, responder às transformações mais substanciais que as condições contemporâneas colocam, com destaque para o processo da globalização.

> A era do "Estado sem inimigos", ou seja da terceira via, pretende a reconstrução do Estado, utilizando para isso o próprio movimento da globalização. Fazendo o Estado elemento de resistência à globalização, por um lado, com sua atuação orientada no sentido da "democratização da democracia" e, por outro, aproveitando-se da dinâmica da globalização, para criar uma ordem que não é nem um super estado nem apenas uma área de livre comércio (GIDDENS, 1999, p. 82).

Ao utilizar a expressão "era do Estado sem inimigos", Giddens considera que o conflito entre Capital e Trabalho é uma questão superada, em função do término da relação bipolar característica da Guerra Fria, já que as "condições contemporâneas" indicam um novo cenário no qual as tensões sociais irão desenvolver-se. Nesta perspectiva, mesmo que o debate proposto por Giddens reconheça que a globalização é responsável por questões prejudicais ao bem estar social como a crescente desigualdade econômica e a "ineficiência" dos sistemas democráticos, o mesmo não propõe combater a globalização, mas sim minorar seus efeitos mais deletérios às questões sociais, incentivando o Estado inclusive a criar condições para que a sociedade civil possa beneficiar-se com o movimento do capital global.

No que concerne à importância do Estado e suas políticas no contexto da globalização, julgo importante trazer alguns apontamentos de Ellen Wood, que analisa a globalização como parte integrante do processo de reestruturação do capitalismo, como uma estratégia do capital para superar sua crise estrutural. Nesse sentido, a globalização não representa a "causa fim" dos problemas sociais contemporâneos, mesmo que contribua para a intensificação deste processo:

> [...] o capitalismo global é o que é não somente por ser global, mas, acima de tudo, por ser capitalista. [...] Estes problemas existem porque o capitalismo, seja ele nacional ou global, é movido por certos imperativos sistêmicos: o imperativo da concorrência, da maximização dos lucros e da acumulação, que inevitavelmente exigem a colocação do valor de troca na frente do valor de uso e do lucro na frente das pessoas. (WOOD, 2014, p. 24)

Na avaliação de Wood, a globalização é fruto do movimento de reestruturação do capital e, como tal, tem por objetivo resolver os problemas de acumulação impostos ao capital pela crise através de seus "imperativos sistêmicos", que por sua vez atingem diretamente os direitos dos trabalhadores. É justamente neste ponto, a fim de equacionar os entraves existentes para a acumulação do capital, que o Estado-Nação através de suas políticas torna-se imprescindível: "A forma política da globalização é, mais uma vez, não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais, estruturados numa relação complexa de dominação e subordinação" (Ibid, p. 28).

Embora as duas visões enfatizem a importância da atuação do Estado no contexto da globalização, diferentemente de Wood, o discurso social da Terceira Via considera a globalização como uma realidade dada, um movimento decorrente dos avanços tecnológicos, da emergência de uma economia do conhecimento, das 'transições geopolíticas' como o fim da guerra fria, na qual os sujeitos devem adaptar-se, buscar os requisitos necessários visando a sua inclusão. Ao Estado, cabe premiar aqueles 'vencedores' que possuem as habilidades, ou habilitar, através da educação, os "perdedores" (GIDDENS, 1999).

Para Wood, não devemos desmerecer os impactos destes elementos na sociedade e, muito menos, negar que são constitutivos do atual movimento do capital global. Mas torna-se fundamental enfatizar que a crise é do capital e, mais uma vez, a estratégia é operar uma reengenharia social de modo que o sistema possa reativar seus mecanismos de acumulação a fim de recuperar o crescimento das taxas de lucro.

Analisando criticamente a perspectiva dos teóricos da Terceira Via sobre a questão da globalização, Groppo e Matins colocam:

> [...] é a estrutura quem age, os indivíduos tão somente "reagem" e devem fazer isso com criatividade. Assim se fundamenta a assertiva de que não é possível nem desejável recuperar o Estado de Bem-Estar, e que a globalização e o capitalismo de livre mercado são imponderáveis, aos quais é preciso nos submetermos e adequarmos, ainda que de forma criativa e reflexiva. (GROPPO e MARTINS, 2008, p. 221)

Acompanhando a perspectiva crítica sobre a globalização, Milton Santos alerta:

> [...] no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações. (SANTOS, 2010, p. 19)

Para o autor, a globalização "é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" e como tal, deve ser analisada na sua essência, como parte do processo histórico mais amplo da reestruturação do capitalismo que está em curso, no qual se destacam dois elementos: o estado das técnicas e o estado da política.

Todo contexto histórico corresponde a um particular estágio de desenvolvimento das forças produtivas e sociais que compõem a estrutura de uma dada sociedade. Nesse sentido, ao longo da história os seres humanos produziram técnicas para atingir determinados objetivos, inicialmente a fim de garantir subsistência frente aos obstáculos que a natureza lhes impunha e, em segundo momento, também para estabelecer-se como grupo dominante da sociedade. O conjunto de técnicas caracteriza um período histórico, uma vez que o surgimento de novas técnicas não elimina as existentes, mas a apropriação do sistema de técnicas mais avançadas estabelece a hegemonia de um determinado grupo frente aos demais da sociedade. A apropriação e finalidade desta técnica é politicamente definida a partir da correlação de forças estabelecida pelos grupos que disputam a hegemonia na sociedade.

No atual processo de globalização, a tecnologia da informação, especialmente a partir da cibernética, da informática e da eletrônica, constitui-se como a manifestação preponderante do sistema de técnicas produzidas socialmente. "É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais valia" (SANTOS, 2010, p.27).

A "unicidade das técnicas" apontada por Santos, potencializa a difusão da "mais valia" que é o "motor único" da globalização, que se expressa através das relações de poder estabelecidas pelos atores hegemônicos. A informação é o veículo capaz de tornar este processo universal – o "capitalismo globalizado", uma vez que nunca antes na história da humanidade as informações alcançaram com tamanha rapidez um número tão considerável de sujeitos.

> Estamos diante de um novo "encantamento do mundo", no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. (Ibid, p.39)

Para Milton Santos, dentre os dois sentidos da informação, o convencimento ocupa hoje um espaço de maior relevância, pois a notícia inclusive antecipa, na ordem, a produção das "coisas" e das "normas". Antes de fabricar determinados produtos as empresas devem, através da publicidade, gerar a necessidade de consumo para o respectivo objeto, ou sensibilizar a opinião pública e as autoridades visando à elaboração e aprovação de políticas que atendam aos seus interesses particulares. O poder da notícia, potencializado pela tecnologia da informação, cria discursos falsos, como é o caso da ideia de uma "Aldeia Global", na qual todos os grupos sociais, nos mais diversos espaços do globo teriam acesso às informações e conhecimentos, caracterizando uma espécie de democratização dos fatos e saberes produzidos pelas sociedades. Entretanto,

> Quando essa comunicação se faz, na realidade, ela se dá com a intermediação de objetos. A informação do que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos. (Ibid, p.41)

Neste contexto, ocorre a propagação em larga escala de um conjunto discursivo, com objetivo de estabelecer um consenso em torno do modelo de sociedade defendido pelos sujeitos hegemônicos do atual processo de reestruturação do capitalismo. Nesta perspectiva, a lógica de mercado configura o conteúdo do "motor único", no qual a "competitividade induz a ação dos sujeitos", "o consumo induz a inação" e a informação, que é produzida – enquanto principal vetor deste processo – estabelece "a confusão dos espíritos", impedindo o entendimento dos reais impactos que a globalização gera na sociedade (Ibid).

A atual crise do capitalismo possui uma dimensão estrutural, como já foi colocado no início deste capítulo. As alternativas operadas pelos sujeitos hegemônicos buscam solucionar os problemas particulares que envolvem tão somente seus negócios:

> Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política e moral – que caracteriza o nosso tempo. (Ibid, p. 36)

O estado das técnicas e da política convergem para a estruturação do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas do capitalismo globalizado, a "tirania do dinheiro" articulada à "tirania da informação" representam os alicerces deste sistema

(Ibid). Estes elementos são fundamentais para a criação do consenso, pois legitimam o pensamento único da inexorabilidade da globalização, naturalizando o espírito da competitividade, materializada na busca incessante pela mais valia como remédio para as mazelas da sociedade. A procura por lucro, por "capitalização", desenvolve em todos os planos da sociedade, das empresas, passando pelos governos, até os indivíduos, um novo *ethos* que altera as relações sociais e interpessoais.

> Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (Ibid, p. 49)

Este contexto de um capitalismo globalizado, de expansão da mais valia, da lógica de mercado como padrão de qualidade para resolver os problemas da sociedade contemporânea, que objetiva, na realidade, recuperar tão somente as finanças dos grupos hegemônicos, é a base da reforma que pretende a política da Terceira Via.

> Um tema fundamental da política de terceira via é redescobrir um papel ativista para o governo, restaurando e renovando as instituições públicas. Na prática, reformar o Estado está longe de ser fácil, mas a meta deve ser tornar o governo e as agências estatais transparentes, voltados ao consumidor e ágeis. (GIDDENS, 2007, p. 23)

Sobre a concepção de uma nova realidade colocada presente no discurso da Terceira Via, Saul (2003) analisa:

> O que hoje ocorre é uma disputa em torno e dentro de mercados, e o decisivo é ser competente e superar os riscos, ou assumir a incompetência e aceitar o destino que a nova economia reserva para os incompetentes. O trabalhador deve ter o espírito do empresário, da competição e da aceitação de desafios. Ambos são "empreendedores sociais". A empresa é o modelo tanto de competição quanto de criação de riqueza e nele deve inspirar-se a sociedade tanto civil quanto política (Estado ou governo). (SAUL, 2003, p. 153)

O programa político-ideológico da Terceira Via apresenta o mercado como o paradigma para o desenvolvimento social na contemporaneidade, cabendo aos sujeitos a incorporação dos elementos que constituem a fórmula mercantil. Esta é a missão para os que ainda não tomaram a atitude, especificamente trabalhadores e governo: todos devem adquirir as habilidades necessárias para atingir o sucesso nesta realidade dominada pelo Mercado.

Desse modo, a centralidade no Mercado como padrão de qualidade, como *fórmula ideal* para a resolução da crise do capital é a premissa do processo de reestruturação do capital que, por sua vez, potencializado pela globalização, articula aos discursos político-ideológicos do Neoliberalismo e da Terceira Via a base material que é a Reestruturação Produtiva.

A reestruturação produtiva consiste na base material do processo de reengenharia operada pelo capital em sua estrutura como resposta à crise que abalou o sistema a partir de meados da década de 1970. Os reflexos destas mudanças são perceptíveis em todos os setores da sociedade mundial, mesmo que os impactos possam ser medidos em graus diferenciados devido a questões histórico-geográficas (Harvey, 2001). Contudo, como é característica da estrutura capitalista, o epicentro das tensões sociais ocorreu com maior intensidade nas relações entre capital e trabalho: a fim de resolver os problemas oriundos da redução nas taxas de lucro, a estratégia consistiu em atacar as bases contratuais trabalhistas consagradas no modelo fordista-taylorista.

Analisando este contexto, Harvey aponta: "Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho [...] E toda a tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora" (Ibid, p. 135).

Desta forma, a fim de resolver os entraves que a regulação sobre os mercados de trabalho representavam para a acumulação do capital, entrou em operação uma nova forma de administração das relações entre capital e trabalho, chamado por David Harvey de "Acumulação Flexível".

Em sua análise do mercado de trabalho no regime de acumulação flexível, (Ibid) identifica uma reestruturação radical em relação aos padrões anteriores, pois, ao enfrentar um mercado mais volátil, competitivo e com estreitas margens de lucro, os patrões passaram a tirar proveito do enfraquecimento dos sindicatos e da grande mão-de-obra excedente para impor contratos de trabalho mais flexíveis. Com isso, ocorre uma redução do emprego regular, acompanhada por um incremento do uso da força de trabalho em tempo reduzido.

Antunes e Alves (2004) apontam transformações significativas no mundo do trabalho, decorrentes do processo de reestruturação produtiva, tais como: a redução dos postos de trabalho formais de tempo integral, seguida da expansão de novas formas de trabalho baseadas em contratos flexíveis, tanto no que diz respeito à jornada de trabalho, quanto à redução da formalidade. Nestas novas formas de contratos flexíveis, destaca-

se: o crescimento gigantesco do setor de serviços (inclusive nos países centrais do capitalismo), uma acentuada incorporação do público feminino e o processo de exclusão que afeta tanto os jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho, quanto os trabalhadores acima de 40 anos. E, especialmente, como desdobramento destas tendências anteriormente citadas, os autores apontam para a crescente expansão do trabalho no chamado Terceiro Setor.

É justamente na adoção destas tendências constitutivas do processo de reestruturação do capital que os discursos político-ideológicos do Neoliberalismo e da Terceira Via diferem-se. Para os neoliberais, a prescrição consiste na redução do Estado, o chamado "Estado Mínimo", cuja receita caracteriza-se pelo avanço do programa de privatizações, especialmente no que tange às políticas sociais, acusadas de representarem uma forma de distribuição de renda "passiva". Para a Terceira Via, embora o diagnóstico de que o causador da crise tenha sido o Estado que se expandiu através dos "benefícios" sociais para legitimar-se politicamente, a estratégia é reformar o Estado para que este seja mais eficiente a fim de promover uma Sociedade Civil mais "ativa".

Desta forma, a Terceira Via propõe um "novo contrato", um "elo" de ligação entre Estado e Sociedade Civil com a finalidade de resolver questões de "interesse público". Todavia, o interesse público não representa mais a ação do Estado no sentido de controlar as tensões sociais estabelecidas entre as "classes" e seus interesses, mas parte do princípio de que as políticas estatais devem fomentar o espírito da "comunidade", definida por grupos de interesse que se auto-organizam em torno da concretização de empreendimentos econômicos e sociais (SAUL, 2003).

Assim, tal proposta gira em torno de uma "nova economia mista", que se difere do ambiente econômico-social criado no chamado "welfare negativo", "isto é, o da conquista de benefícios por inércia, de um sistema equivocado, que premiava igualmente os competentes e os negativamente preparados e incompetentes" (Ibid, p. 152).

Para Mark Latham:

> Isso exige um novo contrato social entre os vencedores e os perdedores da globalização. Se, como dizem alguns, os vencedores – cidadãos altamente qualificados e internacionalmente competitivos – estão cada vez mais dissociados de sua nação e comunidade, a terceira via precisa proporcionar-lhes uma razão para continuarem próximos do bem público. Caso contrário, não será possível lidar com os crescentes custos sociais da nova economia.

> Se, como parece certo, os perdedores – aqueles sem habilidades e recursos para competir – já não são capazes de participar ativamente de nossa sociedade, a terceira via precisa proporcionar-lhes um caminho de regresso à capacidade social. Caso contrário, enfrentaremos o terrível prospecto de uma subclasse permanente em nossa sociedade. (LATHAM, 2007, p. 55)

Nesta composição, o Estado deve incentivar, através de suas políticas, os "novos grupos de interesse" da sociedade civil detentores de um espírito empreendedor, o que, por sua vez, denota um conjunto de capacidades cognitivas e emocionais que os sujeitos devem adquirir para alcançar o sucesso nesta nova realidade pautada pelo discurso único da globalização.

Vera Peroni aponta: "A Terceira Via trabalha com o conceito de sociedade civil modernizada, o que quer dizer bem sucedida no mercado, empreendedora" (PERONI, 2003, p. 10). Essa é a parcela da sociedade civil que o Estado deve incentivar para que assuma as políticas sociais, como podemos verificar nas palavras a seguir do próprio Giddens:

> O governo deve contribuir diretamente para a modernização da sociedade civil, e ao mesmo tempo manter suas fronteiras com ela. O empreendedorismo civil é a qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e energéticas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou propiciar outros recursos a tais iniciativas. E lucrará por sua vez, já que projetos colaborativos entre governo e grupos da sociedade civil exigirão que tais grupos sejam engajados, determinados e competentes. (GIDDENS, 2007, p. 26)

Sob a orientação da Terceira Via, o Estado redefine seu papel para com suas políticas, entre outras formas, através do estabelecimento de uma "nova sinergia" com a sociedade civil. Mas não toda a sociedade civil, pois o padrão de qualidade é o mercado e os sujeitos destacados para essa missão são os que detêm as habilidades necessárias para o enfrentamento das intempéries que a "nova realidade" impõe. "Isto torna possível e igualmente necessário, no entender de Giddens, a criação de uma 'sociedade civil ativa', em que indivíduos atentos e inteligentes atuem menos na reivindicação de direitos e mais na 'prestação de serviços' – tais como o de nosso propalado voluntariado" (LIMA e MARTINS, 2005, p. 50).

Lúcia Neves (2011), ao analisar, no campo da educação, as reformas institucionais adotadas pelos países capitalistas durante a década de 1990, face ao descalabro das políticas neoliberais, aponta:

> Mercado com justiça social foi a solução encontrada pelos governos capitalistas para a correção de rumos do projeto político neoliberal para o século XXI. Nem social-democracia clássica, nem "fundamentalismo de mercado", mas uma Terceira Via. Neste refinamento teórico e prático, que chamamos de neoliberalismo de Terceira Via, são mantidos os fundamentos do capitalismo neoliberal, acrescidos de medidas paliativas para minorar as condições miseráveis de vida de grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, garantir a "paz social". (NEVES, 2011, p. 237)

Para a autora, o conjunto de diretrizes que compõem a agenda do Neoliberalismo de Terceira Via representa: "um projeto político da burguesia mundial para o século XXI", no qual é possível identificar:

> [...] o conceito de sociedade, a formulação de um Estado de novo tipo, a criação de um espaço social novo – o terceiro setor – ou simplesmente o social, constituído por uma "sociedade civil ativa", espaço de harmonização de interesses, de concertação social. Esses fundamentos teóricos e políticos nos ajudaram a ver que estava em curso uma estratégia mundial capitalista de repolitização da política. (Ibid, p. 232)

Vera Peroni (2012), através de um quadro comparativo, busca ilustrar as diferenças entre os projetos do Neoliberalismo e da Terceira Via:

Quadro 1 – Pontos principais do Neoliberalismo e da Terceira Via – semelhanças e diferenças

	Neoliberalismo	**Terceira Via**
Estado	Mínimo	Reforma do Estado Administração gerencial parcerias
Gestão	Gerencial	Gerencial
Democracia	Totalitária, culpada pela crise, Estado gastou demais atendendo à demanda dos eleitores	Deve ser fortalecida Democratizar a democracia "participação da sociedade na execução das políticas"
Políticas Sociais	Privatização	Parcerias com o Terceiro Setor
Sujeitos	Individualismo – teoria do capital humano	Individualismo – teoria do capital humano

Fonte: Quadro elaborado pela autora (Peroni, 2012, p. 21).

De acordo com a autora, é importante identificar as especificidades das duas propostas, pois a análise deve contribuir para a compreensão das estratégias implementadas pelo capitalismo contemporâneo: "a ideia é visualizar alguns pontos chave das suas teorias, para verificar as continuidades e as descontinuidades que elas propõem, e é claro que, nas práticas sociais, há um grande hibridismo entre as propostas nos países" (Ibid, p. 21).

A partir das formulações de Neves e Peroni, é possível verificar a reorientação das políticas neoliberais que, especialmente a partir da década de 1990, passaram a incluir na sua agenda novas estratégias para tratar as questões sociais. Nesse sentido, minha intenção em dialogar com as duas autoras não tem por objetivo uma análise comparativa sobre o entendimento de ambas referente à questão da Terceira Via, mas sim, a partir de seus trabalhos, compreender de que maneira as políticas sociais, especialmente destinadas à educação, orientadas pelas ideologias dominantes do processo de reestruturação do capitalismo são concebidas e efetivadas, bem como quais são os sujeitos sociais que participam da elaboração e execução destas políticas.

A temática social representa o conteúdo substancial da reorientação ideológica do capitalismo no plano da Terceira Via, pois nesta concepção as bases estruturais do neoliberalismo são mantidas, a saber: a constatação de que o Estado foi o causador da crise na queda das taxas de lucro do capitalismo devido ao atendimento das demandas sociais. A lógica de mercado, enquanto parâmetro de qualidade, estrutura a solução para a superação deste quadro, seja através da gestão gerencial, ou do individualismo a partir de uma retomada da teoria do capital humano.

Entretanto, enquanto o Neoliberalismo defende o afastamento do Estado das políticas sociais, repassando-as ao mercado através da privatização, com a Terceira Via surge uma nova concepção de sociedade civil, "ativa e empreendedora", que atuará em um "novo espaço social" através de novos atores sociais – o Terceiro Setor. Nesta composição, o Estado não repassa a propriedade para o privado, mas estabelece parcerias com a sociedade civil para a execução das políticas – as chamadas parcerias público-privadas, ou incorpora a lógica de mercado através do *Gerencialismo* – o que caracteriza a constituição de *Quase Mercados*[13].

[13] Tanto o Gerencialismo quanto Quase Mercados são conceitos que serão debatidos ao longo deste capítulo.

As formulações sobre ideologia e hegemonia de Gramsci e Mészáros, analisadas no capítulo anterior, possibilitam a compreensão das estratégias neoliberais e da Terceira Via. Gramsci e Mészáros enfatizam que para manter sua condição de dominante na sociedade, as classes criam e recriam suas estratégias de luta através de discursos ideológicos, flexibilizados a fim de construir o consenso e transformar seu projeto particular em uma concepção que passa a ser aceita pela ampla maioria. Nesse sentido, o discurso da Terceira Via ao apontar para a "sensibilização com a questão social", tem o intuito de: primeiro, incorporar demandas próprias dos grupos subordinados, como a defesa da democracia, o que representa uma pauta histórica da classe trabalhadora no contexto do capitalismo, falseando as reais contradições estruturais da sociedade, como a desigualdade no que concerne à participação da população nas decisões políticas, no acesso à riqueza socialmente construída, seja econômica ou cultural, propondo reformas superficiais dentro da ordem estabelecida. Segundo, negar a existência de outras ideologias, abrindo caminho para a imposição do discurso único, baseado na objetividade de sua proposta para resolução das problemáticas sociais.

> Em outras palavras, a consciência social prática de tais sociedades não pode deixar de ser ideológica – isto é, idêntica à ideologia – em virtude do caráter insuperavelmente antagônico de suas estruturas sociais. A realidade dessa orientação conflituosa e estruturalmente determinada da ideologia não é de modo algum eliminada pelo discurso pacificador da ideologia dominante. Esta última deve apelar para a "unidade" e para a "moderação" – a partir do ponto de vista e em defesa do interesse das relações de poder hierarquicamente estabelecidas – precisamente para legitimar suas reivindicações hegemônicas em nome do "interesse comum" da sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2004, p. 67)

Esta estratégia é destacada por Giddens (2007) "democratizar a democracia" e Neves (2011) "harmonização de interesses" e "repolitização da política", pois, para a Terceira Via, a participação ativa da sociedade civil é a chave para resolver os problemas sociais, criando assim um "novo espaço social" o "Terceiro Setor" – capaz de ampliar a participação dos sujeitos – valorizando as iniciativas de novos atores privados, as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs).

Segundo Lúcia Neves,

> Essa mudança se efetiva por meio de três movimentos concomitantes: o primeiro refere-se à conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo. São responsáveis principais pela difusão desses valores: a escola, a igreja e a

> mídia. O segundo corresponde à assimilação dos movimentos sociais classistas ao projeto neoliberal "requentado e requintado" da Terceira Via. [...] Além da formação de novos valores, da desarticulação de um projeto político das classes trabalhadoras, inicia-se um movimento caracterizado pela proliferação de novos aparelhos privados de hegemonia, denominados genericamente de ONG (organizações não governamentais). (NEVES, 2011, p. 232)

A Terceira Via opera a redefinição da participação política no contexto democrático, modificando o conteúdo da democracia. O aspecto principal desta mudança é o deslocamento da dimensão coletiva para a individual, o que sobremaneira desarticula a luta dos estratos subordinados na sociedade capitalista, cujas reivindicações deixam de ser coletivas, passando à busca individual por melhores posições no mercado de trabalho em um ambiente produtivo de constantes mudanças, o que obriga o trabalhador a adaptar-se às demandas deste mercado (PERONI, 2013).

Neste sentido, como estratégia, a Terceira Via não somente admite os valores democráticos como elementos importantes para reformar o Estado, mas advoga no sentido de questionar a eficácia da democracia representativa, propondo avançar em direção ao aperfeiçoamento das instituições democráticas. "A chave do estado democrático é 'democratizar a democracia', alcançando mais transparência nos negócios públicos e experimentando novas formas de participação democrática não ortodoxa" (VIEIRA, 2013, p. 197).

Contudo, o conceito de democracia presente no discurso da Terceira Via difere e muito da visão de Ellen Wood e Evaldo Vieira quanto aos valores democráticos analisados na seção 2.2 do capítulo anterior. Para a Terceira Via, democratizar, antes de tudo, significa descentralizar através da reforma gerencial (PERONI, 2013).

Sobre esta questão, Bresser Pereira, um intelectual identificado com a Terceira Via, aponta:

> A reforma gerencial só é viável em regimes democráticos quando a sociedade civil desempenha um duplo papel. Provê serviços sociais e científicos em bases competitivas e exerce controle social. Cabe ao Estado transferir ao setor público não estatal (ou setor não lucrativo) a execução de serviços sociais e científicos, como escolas, hospitais, institutos de pesquisa, mas manter seu papel social democrata de principal provedor de fundos para estas atividades. Se a reforma gerencial significa descentralização e transferência, significa também controle de resultados por funcionários e políticos no centro estratégico do Estado, e controle social por parte da sociedade civil. Os esforços não deveriam se limitar à democracia representativa, mas também incluir formas de democracia direta, particularmente aquelas que envolvam controle social pelas ONGs". (PEREIRA, 2007, p. 529)

Portanto, na concepção da Terceira Via, a democracia no plano da reforma do Estado, deve conjugar os seguintes elementos: descentralização e controle social. Repassando ao setor público não estatal os serviços sociais, pois essa medida representaria um indicativo de efetiva participação da sociedade no provimento das questões sociais, aumentando assim o teor democrático através da maior aproximação entre as políticas públicas e os sujeitos, alvo destas.

Quanto à atuação das organizações não governamentais no atendimento das políticas sociais e as implicações disso para a questão da democracia, David Harvey aponta:

> [...] as ONGs não são organizações inerentemente democráticas. Tendem a ser elitistas, a não dar satisfação a ninguém (a não ser a quem as financia) e, por definição, são distantes daqueles a quem buscam ajudar ou proteger, por mais bem intencionadas e progressistas que possam ser. Costumam esconder sua pauta de interesses e preferem a negociação direta com o Estado e o poder de classe, ou a influência sobre eles costumando antes controlar sua clientela do que representá-la. Alegam e presumem falar em favor daqueles que não podem falar por si mesmos, e até definem os interesses daqueles em cujo nome falam – como se as pessoas não pudessem elas mesmas fazê-lo. (HARVEY, 2008, p. 190-191, Apud, PERONI, 2016, p. 40).

Gramsci destaca que, para alcançar a hegemonia, a luta pelo poder ideológico antecede inclusive a conquista do poder político e econômico, e que o espaço privilegiado da chamada “guerra de posições” ideológicas seria justamente a sociedade civil, tendo a cultura como vetor deste processo. Nesse sentido, toda classe é capaz de criar organicamente seus intelectuais responsáveis pela elaboração e difusão da visão de mundo, do modelo de sociedade, ou seja, da ideologia defendida pelos sujeitos que a compõe. Sendo assim, os fundamentos apresentados pelos teóricos da Terceira Via tem como premissa a ligação orgânica com a defesa de um projeto societário capitalista, o que, justamente, contraria o pensamento organizado a partir de uma proposição contra hegemônica, no qual Gramsci objetivava a construção de um projeto socialista. Tal prescrição evidencia-se através da expansão do chamado Terceiro Setor, que é uma das tendências mais significativas do processo de reestruturação do capital.

Para Montaño (2002), o Terceiro Setor representa a resposta prática para o enfrentamento das problemáticas sociais de acordo com as diretrizes impostas pelo processo de reestruturação do capital. Desta forma, a temática é de extrema relevância, especialmente por congregar um número muito grande de organizações e instituições, dentre elas: Organizações Não Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos (OSFL),

instituições filantrópicas, empresas “cidadãs”, entre outras (MONTANÕ, 2002, p. 14). Segundo o autor, outra face muito importante deste movimento, constitui-se na participação do Estado, que se torna um ator destacado na promoção das instituições que representam o Terceiro Setor, promovendo-as jurídica e financeiramente.

Desta maneira, a Reforma Gerencial que significa descentralização e transferência, sugerida por Pereira (2007) no provimento das políticas sociais, através não somente do incentivo, mas da promoção efetiva do público não estatal ou Terceiro Setor a partir de uma legislação específica, representa a tônica dos governos orientados pela Terceira Via. “A parceria é, nesse caso, o novo patamar das relações entre Estado (ou governo) e sociedade civil, buscando a efetivação do welfare positivo” (SAUL, 2003, p. 152). As parcerias público-privadas (PPPs), entre o setor público (representado pelo Estado) e a sociedade civil mercantil, caracterizam-se, por conseguinte, como o meio prescrito pela Terceira Via para a promoção das políticas públicas.

No contexto das políticas educacionais, Robertson e Verger observam que:

> [...] a ideia das parcerias, portanto, parece agir como um mecanismo útil, não apenas por colocar diferentes atores juntos e, por isso, diferentes grupos e diferentes tipos de conhecimento, mas por intermediar, mais do que mitigar ou mediar, a privatização na e da educação. (ROBERTSON, VERGER, 2012, p. 1141)

Nesta composição, além de assumir algumas atividades que seriam do Estado, como a promoção ou manutenção de bem estar social, o Terceiro Setor acaba também por influenciar diretamente nas definições das políticas públicas e na organização do poder, especialmente econômico e político, na sociedade. O conteúdo destas políticas é definido a partir das demandas do mercado: cada vez mais, o público passa a incorporar a lógica mercantil, “A maioria dos governos ainda tem um bocado a aprender com a melhor prática empresarial” (GIDDENS, 1999, p. 84).

O Terceiro Setor, através de um grande número de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, representa um “sujeito” coletivo protagonista no programa da reforma do Estado proposto pela Terceira Via, pois modifica inclusive a questão social. Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá através da autoajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo assim seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas,

porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las (MONTAÑO, 2002).

Nesse sentido, um importante conceito para a compreensão dos processos de incorporação da lógica mercantil nas políticas públicas é o Gerencialismo. Como apontam Clarke e Newman:

> O gerencialismo como ideologia era essencial para o processo de reforma das décadas de 1980 e 1990 no Reino Unido porque traduzia um ethos de negócios do setor privado no estado e no setor público. Ocorre que, mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo". [...] Os gerentes representavam uma contrapartida ao profissionalismo de gabinete porque se imaginava que habitassem o mundo da ação de mercado e eram os carreadores naturais de seu empreendedorismo e dinamismo. Podiam oferecer toda a gama de boas práticas em negócios que as organizações no setor público precisavam aprender. (CLARKE; NEWMAN, 2012, p. 358)

Neste cenário, ocorre o avanço da privatização no setor público nas suas mais diversas formas, seja através da transferência da propriedade pública para o setor privado; ou das parcerias, quando o privado determina o conteúdo das políticas em que, como podemos perceber a partir dos autores anteriormente citados, a lógica mercantil é a tônica destes processos. Ou seja, fundamentado no argumento dos empresários e organismos internacionais de que o Estado é ineficiente, o mercado deve "compensar suas falhas", assumindo no interior do próprio aparelho de Estado a lógica mercantil via gestão gerencial e repassando as políticas sociais para o mercado, através da privatização total, ou através das parcerias (PERONI, 2013).

O discurso da ineficiência dos governos e inclusive dos setores mais tradicionais das organizações filantrópicas[14] no atendimento das políticas sociais, abriu caminho para a expansão de grupos de empresários que passaram a tratar o campo social como um nicho de mercado com reais possibilidades de investimento. O poder público, por sua vez, sob orientação da Terceira Via promove a ascensão destes grupos que passam a intervir na direção e execução das políticas sociais.

> As formas como a política educacional, as empresas, a filantropia e o desenvolvimento internacional se organizam e se inter-relacionam estão mudando em função dos métodos daquilo que pode ser entendido como "capitalismo social global". Dentro desta nova configuração, soluções

[14] Discurso de Bill Gates em 2008 no Fórum Econômico Mundial em Davos, apud: BALL e OLMEDO (2013).

> inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento 'baseados no mercado' estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e 'novos filantropos'. O que há de 'novo' na 'nova filantropia' é a relação direta entre a caridade e os 'resultados' e os envolvimento direto dos doadores nas ações filantrópicas e nas comunidades de políticas. (BALL;OLMEDO, 2013, p. 33)

A atuação destes sujeitos detentores de um perfil moderno, dinâmico e inovador, capaz de solucionar as problemáticas sociais, é fomentada através da possibilidade de lucro e reconhecimento social, o que na concepção de Ball e Olmedo (2013) representa a "Filantropia 3.0". Segundo estes autores, a grande novidade neste conceito de filantropia fica por conta da ação de sujeitos que, organizados em redes, investem no campo social com planejamento estratégico visando à obtenção de retorno financeiro direto, ou mais que isso, a possibilidade efetiva de intervir na formulação de políticas que atenderão aos objetivos de seus negócios. "Essas redes trabalham e repovoam a comunidade de políticas de ajuda e desenvolvimento, conectando de novas maneiras os interesses e as atividades de empresas, governos, filantropia e agências não governamentais" (Ibid, p. 40).

Os sujeitos envolvidos neste processo possuem posições definidas de acordo com os objetivos da rede que, embora seja uma estrutura com funções descentralizadas, possui hierarquia de poder definida. Este aspecto fundamental para a compreensão da dinâmica das redes pode ser analisado através do conceito de "Nó Gerador" formulado por Ball e Olmedo (2013), no qual a ação de "atores-chave" propicia a participação de novos sujeitos, através de parcerias com investidores e governos, o que estabelece uma divisão interna a partir da formação de núcleos que irradiam poder, dinamizando o fluxo e, consequentemente, o crescimento e alcance das redes. "A principal atividade desses nós geradores é facilitar parcerias, novos projetos e agendas de investimento. Eles criam 'redes dentro de redes', baseadas no capital simbólico e econômico dos participantes que conseguem mobilizar" (Ibid, p. 41). Assim, a formação de estruturas com funções descentralizadas, como é o caso das redes, não significa que as diretrizes da mesma sejam estabelecidas democraticamente, pelo contrário, a percepção espacial da distribuição horizontal das redes mascara a hierarquia de poder existente, que não se dilui ao longo das suas ramificações, mas se reafirma a cada "nó gerador".

As redes enquanto *modus operandi*, como uma singularidade que potencializa a expansão do capitalismo/universal no atual/particular momento histórico, possibilitam o fluxo de pessoas, ideias, poder e recursos, funcionado como um "guarda-chuvas" que

congrega sujeitos individuais e coletivos a partir de um conjunto discursivo que conecta seus elos. Nas palavras de Manuel Castells "[...] as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede" (CASTELLS, 1999, p. 23).

Ao contrário de Castells, em uma análise crítica sobre o papel das redes no atual processo de reestruturação do capitalismo, Robertson e Verger (2012, p. 1137), apontam: "Elas surgem da capacidade de se articular com uma gama de preocupações, alinhando-as com determinados tipos de soluções possíveis: neste caso, o mercado, em oposição ao Estado".

Retomando Thompson, Gramsci e Mészáros, as redes articulam os sujeitos em torno de valores e interesses forjados na dinâmica da prática social, na qual as classes se formam e estabelecem no seio da sociedade a "guerra de posições" no intuito de afirmar sua ideologia como hegemônica. Portanto, a sociedade é o palco da luta de classes e as estratégias implementadas pelos sujeitos, visando à manutenção ou superação da situação vigente, representam o movimento da história. As redes são uma destas estratégias, na qual os sujeitos comprometidos com o desenvolvimento do capitalismo buscam resolver os problemas de seus negócios, prospectando no social – mesmo que este seja o campo mais afetado pelas políticas de um capitalismo reestruturado – formas de mobilizar recursos financeiros e, principalmente, intervir nas tomadas de decisão a fim de assegurar um metabolismo social que continue atendendo aos seus interesses.

As redes como uma forma de atuação do capitalismo reestruturado e globalizado, com a "sensibilização social" da Terceira Via, proporcionam aos sujeitos hegemônicos deste atual processo novos locais e possibilidades de, por meio de discursos que incorporam demandas das classes subalternas, estabelecer o consenso em torno de seus projetos particulares. Este processo não somente negligencia as reais causas da desigualdade social, como intensifica a extração da mais valia na relação entre Capital e Trabalho. Resta aos sujeitos alvo das políticas sociais adaptarem-se a nova realidade e buscar individualmente as habilidades e competências necessárias para superação da condição de exclusão gerada pela própria dinâmica capitalista.

No campo acadêmico, bem como no "universo dos negócios", estes administradores e investidores de organizações não governamentais que atuam no campo social são denominados como "Empreendedores Sociais". No quarto capítulo, que é destinado a desenvolver especificamente a temática do empreendedorismo,

abordarei, dentre os vários conceitos e vertentes do mesmo, o Empreendedorismo Social.

Impulsionado pelo discurso ideológico-político da Terceira Via, o crescimento destes sujeitos hegemônicos do atual processo de reestruturação do capitalismo, seja administrando ou investindo nas ações das organizações não governamentais que compõem o Terceiro setor, tem influenciado em grande medida o conteúdo das políticas sociais. Este movimento está ancorado na premissa de que grandes transformações modificaram o panorama da sociedade mundial contemporânea, sendo uma delas a emergência de uma "economia do conhecimento", na qual:

> A inovação tecnológica é o principal fator envolvido no rápido e progressivo encolhimento do setor manufatureiro nas economias avançadas. [...] São os trabalhadores especializados, especialmente os "trabalhadores simbólicos", que estão em demanda na economia do conhecimento, e não o trabalhador sem especialização (GIDDENS, 2007, p. 21).

Em função deste processo, são retomadas antigas concepções presentes nas análises econômicas da segunda metade do século XX, em que o desenvolvimento e o crescimento econômico passam a ser tomados como sinônimos, desconsiderando as desigualdades características das sociedades capitalistas. É a chamada Teoria do Capital Humano difundida por Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago nos anos de 1950, a qual se sustenta no fundamento de que as desigualdades existentes entre nações, grupos e indivíduos são explicadas pelos investimentos feitos na qualificação dos mesmos através da educação. Ou seja, a educação representa um importante meio para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital (MINTO, 2008).

> Nessa composição, a qualificação da mão de obra é compreendida como investimento econômico, insumo para o aumento da produtividade e competitividade e não como direito dos trabalhadores. É a Teoria do Capital Humano resgatada em suas bases, reafirmando o tecnicismo na busca de superar a defasagem entre os avanços tecnológicos e a capacidade dos trabalhadores em lidar com eles, reduzindo a educação ao componente econômico. (RODRIGUES, SANTOS, 2013, p. 295)

A partir da década de 1980, esta fórmula foi amplamente difundida pelos organismos internacionais, como: Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas, a fim de resolver os problemas de desenvolvimento presentes nos países

da periferia capitalista. A concepção educacional que subjaz a Teoria do Capital Humano prevê que, para alcançar o desenvolvimento na sociedade, os indivíduos "desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade e, consequentemente, para a empregabilidade" (FRIGOTTO, 1995, p. 45). Nesta concepção de educação, merece destaque a mudança de perspectiva da busca pelo emprego, para a empregabilidade. Segundo Ibidem (1995), a sociedade do conhecimento produz a noção de que o indivíduo deve preparar-se para um contexto de incertezas, de crescente insegurança, uma vez que a única maneira de inserir-se no mercado de trabalho é adquirir determinadas competências[15] através da educação.

Sendo assim, a centralidade no individualismo, na valorização do capital humano, no desenvolvimento de habilidades capazes de proporcionar aos indivíduos a inserção num mercado de trabalho em constante transformação, tem proporcionado o crescimento de novas formas de organização do trabalhado fora do regime salarial.

A fim de inserir-se neste contexto, o trabalhador passa a ter a obrigação de desenvolver suas capacidades empreendedoras, não apenas no sentido de atender os requisitos de uma gestão por objetivos, característica das diretrizes presentes no gerencialismo, mas um empreendedor capaz de gerir sua própria força de trabalho.

Segundo Gortz:

> A grande firma não conserva senão um pequeno núcleo de assalariados estáveis e em período integral. O restante de seu pessoal, ou seja, 90% no caso das cem maiores empresas americanas – será formado de uma massa variável de colaboradores externos, substitutos, temporários, autônomos. [...] A firma pode se desincumbir, no que diz respeito a estes externos, de uma parcela crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, as expensas deles, dos custos da sua formação contínua, de seu seguro-saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar. O futuro pertence aos auto empreendedores. (GORTZ, 2005, p. 24)

Ou seja, a exacerbação do individualismo atinge tal estágio que, o indivíduo passa a garantir, ou não, seu sucesso no mercado de trabalho a partir do seu auto investimento em educação, a fim de adquirir as habilidades necessárias para essa finalidade. Esta lógica atende integralmente às novas diretrizes da reestruturação do

[15] Sobre o debate acerca da concepção da pedagogia das competências ver RAMOS (2002)

capital, porque distensiona o conflito entre capital e trabalho. Este processo acentua a informalidade, transferindo para o indivíduo a responsabilidade de gerenciar sua empregabilidade e a queda dos seus rendimentos, obrigando o mesmo a contratar privadamente planos de sua saúde, previdência, entre outros serviços (Ibid).

Essas transformações "têm promovido alterações substantivas nos saberes, na matriz de valores morais e de referências simbólicas que sustentam a configuração do trabalho na sociedade contemporânea e, consequentemente, definem as tendências recentes do processo de qualificação dos trabalhadores (COLBARI, 2007, p. 1).

Desta forma, o Empreendedorismo tem ocupado uma posição central nos debates que envolvem a formação de trabalhadores, desde ambientes acadêmicos, passando por setores formuladores de políticas, tendo grande aceitação nos discursos do senso comum.

No ideário da Terceira Via o empreendedorismo tem um papel central, pois, segundo seus ideólogos, as práticas empreendedoras respondem às demandas de um mercado em constante mutação, em que o trabalhador deve desenvolver suas habilidades, ter uma postura "ativa", "ser criativo" a fim de adaptar-se a esta nova realidade de "incertezas" (GIDDENS, 1999).

Para Renato Saul:

> O enfrentamento do risco é inerente à atividade empresarial e à força de trabalho. Os agentes devem assumir riscos com responsabilidade, nas esferas dos mercados, governamental, empresarial e do trabalho. O Estado deixa de ser referência para conflitos derivados da desigualdade. A questão da desigualdade se resolve pela eliminação das discrepâncias criadas pela "meritocracia". Ela deve ser conduzida através de reformas que proporcionem oportunidades de formação pessoal e iniciativa individual. (SAUL, 2003, p. 152)

Dessa forma, a renovação da social democracia dar-se-ia através de uma nova postura de welfare, mais "positivo", no sentido de oferecer direitos atrelados a deveres, pois "não há futuro para o igualitarismo a todo o custo". "A diretriz é o investimento em capital humano sempre que possível, em vez de fornecimento direto de sustento". (GIDDENS, 1999, p. 22). "A esquerda contemporânea precisa desenvolver uma abordagem dinâmica e de chances na vida diante da igualdade, enaltecendo primariamente a igualdade de oportunidades" (Id. 2007, p. 253).

Isto significa que, através das políticas, o Estado deve premiar os indivíduos que se destacam na sociedade através de suas ações empreendedoras.

> A possibilidade de se tornar muito rico não é, presumivelmente, algo que se deva negar às pessoas, já que ela pode motivar os talentos excepcionais. [...] a maioria dos analistas do modelo sueco concordam hoje que a estrutura salarial extremamente igualitária gera desincentivos para trabalhar horas adicionais ou melhorar a qualificação ou a educação". (Ibid, p. 261 e 263)

Para aqueles que não dispuserem de recursos, o Estado deve fornecer programas de qualificação profissional a fim de oportunizar as condições de aperfeiçoamento necessárias para que os sujeitos possam competir. Significa dizer que, cada vez mais, a educação torna-se um campo profícuo e instrumental com vistas à "igualdade de oportunidades".

É, neste ponto, que a Terceira Via propõe a estratégia mais efetiva para promover a lógica mercantil em todos os ambientes da sociedade, abrindo espaços de poder que serão ocupados pelos novos atores detentores da competitividade exigida pelas condições impostas pelo capitalismo contemporâneo, os chamados "vencedores da globalização" (LATHAM, 2007). O Estado deve promover estes sujeitos para "empreender pelo social" auxiliando na qualificação dos demais tidos como "desqualificados" e sem recursos para competir.

O grande diferencial desta proposta reside na afirmação de que todos os sujeitos podem alcançar o sucesso na vida se adquirirem as tais competências demandadas pelo mercado. Pois, como afirma Giddens (2007), se "não há mais espaço para a igualdade a todo custo", a estratégia é construir o consenso em torno da "igualdade de oportunidades". Nesse sentido, é necessário dominar a subjetividade dos indivíduos através de uma "nova racionalidade" calcada na "valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade" o que possibilitará o surgimento do "Homem empresa" ou "Empreendedor" (DARDOT; LAVAL, 2016. p. 133 e 134). O veículo mais eficiente para a difusão desta "nova racionalidade" é a educação para o empreendedorismo, que representa o conteúdo da proposta que analisarei investigando as ações do Instituto Empreender Endeavor.

O movimento de redefinição do papel do Estado no contexto brasileiro

Se nos países centrais do capitalismo o processo de reestruturação do capital enfrentou as estruturas sociais regulatórias consolidadas pelas políticas do Estado de Bem Estar Social, no Brasil, bem como na maioria da América Latina, os sujeitos

comprometidos com a adoção das diretrizes neoliberais e da Terceira Via atuaram em um contexto de redemocratização, com o declínio da ditadura civil militar e a crise econômica. Esse contexto histórico da política brasileira, a partir da eleição indireta do primeiro presidente civil pós 1964, foi chamado de Nova República.

A Nova República não rompeu com as forças políticas que compuseram durante duas décadas os governos militares, a organização da hegemonia que caracterizou este período buscou criar um consenso em torno da redemocratização, mas o fez através de um "pacto pelo alto". A nova ordem, "[...] não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada na sua pia batismal. O Colégio Eleitoral tinha de ser o seu berço e, também, o seu leito de morte" (FERNANDES, 1986, p. 20).

Desta forma, não houve a punição dos responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a ditadura, pelo contrário, foi concedida anistia irrestrita a todos, apesar da efervescência política e cultural que caracterizou a década de 1980, fundamentalmente em torno da pauta pela democracia.

Em 1988, foi aprovada a nova Constituição Federal, marcada por intensos debates em torno da conquista de direitos e de democratização da sociedade e da educação. A constituição restabeleceu as eleições diretas e consagrou avanços importantíssimos no sentido de construção da democracia, os quais destacam-se: a educação como um direito e a gestão democrática como um princípio no ensino público.

Nos anos de 1990, já com presidentes eleitos de forma direta, as diretrizes neoliberais com maior intensidade passaram a compor a pauta da política brasileira. Quanto aos pressupostos da Terceira Via, sua influência é mais nítida a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, através do projeto da Reforma do Estado apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) sob o comando do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. O projeto da Reforma do Estado previa implantar a administração pública Gerencial, Flexível e Eficiente, a fim de superar as distorções presentes no Estado brasileiro, especialmente, a partir dos anos de 1970 quando, através de sua administração burocrática, foi responsável pela redução nas taxas de crescimento econômico, elevação do desemprego e inflação. Segundo o documento: "a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para

fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento" (PDRAE, 1995, p. 12).

Segundo os intelectuais responsáveis pela redefinição do papel do Estado brasileiro,

> A crise do Estado definiu-se então como: 1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; 2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, que se reveste de várias formas: o Estado de bem estar dos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo e o estatismo nos países comunistas; 3) superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática (PEREIRA, 1998, p.15).

O Ministério propôs a redefinição do papel do Estado, menor e mais forte, com tarefas bem definidas, enquanto outras atividades deveriam ser repassadas ao mercado que passou a ser visto como a melhor forma de controle da sociedade. Em nome de uma maior eficiência, pregou-se a necessidade de uma nova administração pública e, para substituir a burocracia, propôs-se o Estado gerencial.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) promovido pela coalizão entre centro-esquerda e centro-direita, buscava um Estado forte, eficiente, tendo nos mecanismos de mercado seu padrão de qualidade, voltado para as atividades que lhes são específicas, financiando e regulando as políticas econômicas e sociais, mas não necessariamente executando-as. Esta nova forma do Estado de gerir as políticas, torna-se mais clara através do seguinte trecho do PDRAE:

> [...] a descentralização para o setor **público não-estatal** da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de **educação**, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a este processo de publicização. (PDRAE, 1995, p. 13, grifo nosso)

Desta forma, o plano da reforma do Estado representou um dos principais marcos políticos da adoção de elementos do programa da Terceira Via, especialmente, através da introdução do setor público não estatal que é representado pelo Terceiro Setor. De acordo com Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Reforma do Aparelho do Estado:

> A reforma da administração pública será executada em três dimensões: a) a institucional – legal, por meio do qual se modificam as leis e se criam ou modificam instituições; b) a cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais; e c) o da cogestão. Na dimensão

> institucional-legal será preciso modificar a Constituição, as leis e os regulamentos [...] Por outro lado, o passo à frente representado pela transição para a cultura gerencial é um processo complexo, mas que já está ocorrendo. Todo o debate travado em 1995 sobre a reforma constitucional do capítulo da administração pública foi um processo de mudança de cultura. Finalmente, a dimensão da gestão será a mais difícil. Trata-se aqui de pôr em prática as novas ideias gerenciais e oferecer à sociedade um serviço público efetivamente mais barato, mais bem controlado e de melhor qualidade. Para isso, a criação das agências autônomas, no nível das atividades exclusivas do Estado, e das organizações sociais, no setor público não-estatal, serão as duas tarefas estratégicas (PEREIRA, 2003, 265 e 266 apud PIRES, 2009, p. 55).

Segundo Peroni (2013), as bases da reforma do Estado permaneceram nos governos posteriores dirigidos por presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT) que, inclusive, intensificaram o processo das parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor no provimento das políticas públicas.

Nesse sentido, em 31 de julho de 2014 foi sancionada a lei 13.019, posteriormente alterada pela lei 13.204 de 2015 que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Esta legislação constitui-se como o Marco Regulatório da atuação do Terceiro Setor no Brasil, criando condições muito favoráveis para a captação de recursos públicos para estas organizações, além da influência que passaram a exercer no conteúdo das políticas sociais.

Analisando este quadro de avanço das parcerias público-privadas no Brasil é possível estabelecer relações entre o ideário da Terceira Via e o discurso do Novo Desenvolvimentismo.

Segundo Pereira (2006), o Novo Desenvolvimentismo consiste “em um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos”. Assim, o Estado passa a ter a função de propor um “grande acordo” entre as classes sociais, uma integração entre os diferentes estratos, visualizando o horizonte comum do desenvolvimento econômico. No Novo Desenvolvimentismo, o Estado apresenta-se como complementar ao mercado na promoção do desenvolvimento econômico (BRANCO, 2009), ou seja, Estado e Mercado fortes, sem contradições entre ambos (PEREIRA, 2006).

Segundo Branco (2009), no Novo Desenvolvimentismo o Estado passa a atuar como uma instância reguladora das atividades econômicas, criando as condições propícias para o capital realizar seus empreendimentos. Essa mudança no papel do

Estado consolida-se, entre outras formas, pelo repasse de verbas públicas para o setor privado nas chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Desta forma, tanto a Terceira Via quanto o novo desenvolvimentismo defendem a reforma do Estado através da introdução de elementos da lógica gerencial na administração pública, com destaque para as PPPs como mecanismo privilegiado da nova concepção de Estado reformado, em que o Terceiro Setor surge como o principal sujeito responsável pela execução das políticas públicas. Outras características presentes nos dois discursos são: a promoção de um consenso em prol do desenvolvimento econômico, bem como a noção de justiça social baseada na igualdade de oportunidades, definida a partir da formação de capital humano para que os sujeitos adquiram as habilidades necessárias visando à sua inclusão no mercado de trabalho capitalista.

Neste capítulo foram discutidas as principais transformações postas em prática pelo processo de reestruturação do capitalismo a partir da crise estrutural de 1970. Com destaque para a reorganização do setor produtivo, na qual as concepções do *Toyotismo* foram adaptadas à realidade ocidental, o que resultou na desverticalização da produção, abrindo caminho para novas formas de organização, impulsionado as terceirizações como estratégia para distensionar a relação capital/trabalho, desarticulando as representações coletivas dos trabalhadores que passaram a reivindicar suas demandas individualmente. Este processo foi articulado, no plano político, pelas diretrizes ideológicas do Neoliberalismo e da Terceira Via que, através das elites hegemônicas, orquestraram reformas que redefiniram o papel e o conteúdo do setor público, privilegiando a lógica de mercado como padrão de qualidade e as novas organizações do chamado Terceiro Setor como atores que protagonizaram o atendimento das políticas sociais.

No próximo capítulo, analisarei a temática do Empreendedorismo, como uma das estratégias do capitalismo contemporâneo para o enfrentamento de sua crise e a difusão desta lógica através da educação.

4. O EMPREENDEDORISMO

Neste capítulo analisarei a temática do Empreendedorismo, a partir de três seções. Na primeira seção apresentarei um histórico do empreendedorismo, no qual serão desenvolvidas as principais concepções que estruturam a lógica do empreendedorismo. Em seguida, na segunda seção, destacarei a relação do empreendedorismo com a educação, com destaque para a concepção da "educação empreendedora" de Fernando Dolabela. E, por fim, na última seção, a análise terá como foco as condições de trabalho do sujeito empreendedor, de que forma a atividade empreendedora, especialmente no contexto brasileiro, contribui para a autonomia do trabalhador, ou representa uma nova forma de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

4.1. Histórico do Empreendedorismo e conceitos

Nesta seção apresentarei as principais vertentes conceituais do empreendedorismo, as quais decorrem de contextos históricos e áreas do conhecimento diferentes, como os autores renomados da economia dos séculos XVIII e XIX que analisavam o empreendedorismo na dinâmica das empresas; ou intelectuais do século, XX ligados à administração que trabalhavam na linha do perfil do empreendedor, a partir de características particulares que o sujeito deveria desenvolver para obter sucesso.

Nos dicionários da Língua Portuguesa, o termo empreendedorismo deriva do empreendedor que está associado ao ato de mudar e inovar. Portanto, não designa naturalmente, como é conhecido no senso comum, o sujeito empresário, que juridicamente possui uma empresa ou negócio. Tal caracterização do termo ocorre devido às correntes contemporâneas que entendem a natureza do empreendedorismo como um conjunto de valores e habilidades que os sujeitos devem desenvolver individualmente nas suas trajetórias de vida. Esta perspectiva evidencia o contexto de desemprego estrutural que caracteriza o atual período particular do capitalismo, no qual empreender significa uma alternativa de geração de renda fora das relações salariais.

Richard Cantillon (1680 – 1743)[16] é considerado o precursor da temática do empreendedorismo. Em sua obra "Ensaio sobre a natureza do comércio em Geral", de

[16] Richard Cantillon nasceu na Irlanda, tendo passado a maior parte de sua vida na Inglaterra.

1755, que só veio a ser publicada vinte anos após sua morte, o autor define o empreendedor como empresário, sujeito que possui empresa e que busca crescer economicamente aventurando-se em novos investimentos, através da compra e da venda, aceitando os riscos que as oscilações do mercado lhe impõem.

Contudo, é necessário destacar que o contexto histórico de Cantillon, século XVIII, não representa a consolidação do capitalismo industrial, mas o declínio do sistema feudal, sendo a terra a principal propriedade referida pelo autor.

> [...] Todos os demais são empresários. Quer eles disponham de um fundo para movimentar sua empresa, quer sejam empresários apenas do seu próprio trabalho, sem nenhum fundo, todos vivem na mesma incerteza. Até os mendigos e ladrões são empresários desse tipo. Enfim, todos os habitantes de um país retiram sua subsistência do fundo dos proprietários de terra, e todos são deles dependentes (CANTILLON, 2002, p. 47 apud – COAN, 2011, p. 72).

A questão central é a dicotomia dos possuidores de propriedades, como reis e príncipes que vivem da renda de suas propriedades e os sujeitos que dependem do seu trabalho para sobreviver. Estes últimos divididos em assalariados e os empresários que possuem renda incerta.

O empreendedor/empresário arrisca-se no jogo da compra e venda, já que pode perder ou ganhar, para isso deve ter a capacidade de superar os obstáculos que o mercado lhe apresenta. Sua maior habilidade é compreender e saber jogar com as regras e incertezas do mercado, sempre em busca de lucro.

Jean Baptiste Say (1767 – 1832), entusiasta da industrialização, defendia a propagação da revolução industrial para todos os países, especialmente a França, onde vivia. Destacou-se por sua obra, o “Tratado de Economia Política”, de 1803, na qual procura estabelecer um corpo teórico para a implementação da estrutura do capitalismo industrial francês. Neste período, princípio do século XIX, a França vivia as transformações oriundas da Revolução burguesa de 1789 que derrubara o absolutismo monárquico. Nessa conjuntura, o pensamento de Say apresentava uma forte influência do liberalismo de Adam Smith, através da livre iniciativa dos sujeitos que, através de empreendimentos inovadores, buscam lograr ganhos na competição do mercado.

Para o autor, a nova classe em ascensão, a burguesia, representava o núcleo onde nascem estes sujeitos, os empresários industriais que se destacam do resto da sociedade por serem capazes de empreender autonomamente, admitindo todos os riscos possíveis. O fundamental da Economia Política, na visão de Say, é defender uma legislação capaz

de assegurar o direito à propriedade, para que, a partir disso, o empreendedor possa utilizar seus talentos e produzir. A origem desta propriedade pouco importa, se ela provém de terras herdadas, espólios de guerra, ou até manobras políticas ilícitas. Sobre este aspecto da natureza da acumulação de capital no período de transição da economia feudal para o modelo capitalista, em que a principal riqueza ainda consistia na propriedade fundiária, Eric Hobsbawn esclarece que o manejo da política nas mãos da burguesia operou uma verdadeira revolução na lógica da posse das terras. Com diferentes soluções práticas, de acordo com a especificidade de cada país, o resultado foi a quebra do monopólio feudal e a transformação da terra em mercadoria, privilegiando, através da legislação, a comercialização destas no mercado a fim de propiciar o acesso a "compradores economicamente mais competentes" (HOBSBAWN, 2009, p. 213). Ou seja, os critérios para distribuição da propriedade acompanhavam a lógica do sistema: se no feudalismo a política absolutista empenhou-se em transmitir hereditariamente a riqueza socialmente construída para a nobreza; no capitalismo, as revoluções que derrubaram o Antigo Regime, objetivaram disponibilizar o maior número de terras possíveis aos empresários burgueses.

Citado anteriormente, o liberalismo é a principal influência do pensamento de Say, que visualiza na capacidade do sujeito empreendedor, o empresário industrial, o vetor do progresso para a sociedade francesa. Este seria capaz de criar novos produtos e multiplicar as necessidades dos consumidores, o que representa a fórmula da prosperidade de uma nação, segundo Say. Pois, se a produção depende do consumo, a receita está na criatividade individual do sujeito que empreende, não somente produtos, mas novas necessidades de consumo que irão multiplicar as possibilidades de formar e acumular capitais. Assim, a produção nunca ultrapassaria a demanda pelos produtos, possibilitando a autorregulação dos mercados.

O autor resume as capacidades que o empreendedor/empresário deve reunir para alcançar sucesso, tais como:

> [...] tino, constância e conhecimentos dos homens e das coisas. Trata-se de avaliar adequadamente a importância de determinado produto, a necessidade que dele haverá e os meios de produção, trata-se, às vezes, de por em jogo um grande número de indivíduos. É preciso comprar ou fazer comprar matérias-primas, reunir operários, procurar consumidores, ter espírito de ordem e de economia; numa palavra, é preciso ter o talento de administrar. É necessário ter uma cabeça acostumada ao cálculo, capaz de comparar os

> custos de produção com o valor que o produto terá quando posto à venda (SAY, 1983, p. 312 – apud, COAN, p. 80).

Em síntese, os responsáveis pelo progresso da sociedade serão os sujeitos que conseguirem conjugar as capacidades individuais necessárias com a ousadia de assumir os riscos inerentes da atividade empresarial quando regida pelas leis do mercado.

Segundo as formulações de Cantilhon e Say, o empreendedor está constantemente sujeito às incertezas e oscilações impostas pelas leis do mercado e, diante disso, deve empreender, ousar e assumir os riscos.

Ludwig Heinrich Edler Von Mises (1881 – 1973) membro da escola austríaca do pensamento econômico, contemporâneo e teoricamente próximo de Friedrich August Von Hayek, defensor do *laissez-faire*, creditava a regressão econômica às políticas keynesianas, podendo inclusive, desencadear o totalitarismo socialista. Em sua obra mais conhecida, "A Ação Humana: Um tratado de economia", lançada em 1949, Mises advoga em prol de uma economia de mercado na qual os indivíduos "livres" poderiam realizar suas escolhas econômicas sem medo de serem reprimidos por regramentos éticos ou morais previamente definidos por um Estado interventor. Contudo, para Dardot e Laval (2016) a teoria de Mises não pode ser confundida com o liberalismo clássico, o que: "Significaria, sobretudo, desprezar uma mudança importante na argumentação, que reside na valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade" (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 135-136).

Nesta linha de argumentação, Mises desenvolve o conceito de *Praxeologia* como a ciência da ação humana, pois no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo o progresso depende da conduta dos sujeitos que, em situação de concorrência e munidos das informações mais pertinentes para realização de negócios, fariam as melhores escolhas, sendo o agente protagonista deste processo o empreendedor.

Sobre o conceito de empreendedor em Mises, Dardot e Laval (2016) colocam:

> O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador. [...] É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e que ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens [...] O empreendedor é o homem que age para melhorar sua sorte, utilizando as diferenças de preço entre os fatores de produção e os produtos. O espírito que ele desenvolve é o da especulação, que mistura risco e previsão. [...] Se não podemos conhecer o futuro, podemos, graças ao processo concorrencial e empresarial, adquirir a informação que favorece a ação. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145 - 146)

O empreendedor é capaz de desenvolver as faculdades mais avançadas do mundo dos negócios que, na visão de Mises, confunde-se com a própria sociedade, uma vez que o lucro e a competição são características que definem o *ethos* do ser humano contemporâneo. Orientado por esta racionalidade, inicia o processo de descoberta das informações corretas, superando os demais concorrentes em busca de novas oportunidades de lucro, o segredo do sucesso consiste em prever quais serão as demandas dos consumidores, assumir os riscos e empreender – esse sujeito representa o "Homem-Empresa".

Para Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), o empreendedor é o empresário que a partir de sua criatividade gera uma inovação modificando a lógica tradicional do mundo da produção, exercendo um papel diferenciado do capitalista que será o financiador da nova ideia. Ou seja, para Schumpeter, o risco ficaria para o financiador capitalista, enquanto o empreendedor dificilmente utilizaria seus próprios recursos.

Das diversas obras de Schumpeter, a "Teoria do Desenvolvimento Econômico" representa o texto no qual o autor mais referencia a temática do empreendedorismo, através do empresário/empreendedor como o sujeito inovador. Enquanto pensador do século XX, diferentemente dos autores trabalhados anteriormente, Schumpeter elabora sua teoria no contexto de um capitalismo consolidado, no qual a superação da crise do final do século XIX encaminhou a ampliação das áreas de influência, o que implicaria no acirramento das disputas geopolíticas, uma vez que, além da concorrência entre os capitalistas, o socialismo soviético também representava uma nova ameaça ao capitalismo.

Desta forma, embora alguns autores atribuam uma tendência em Shumpeter ao rompimento com o capitalismo, fica claro nesta obra seu entendimento de que o progresso através da inovação seria possível dentro da ordem capitalista. Sendo o empreendedor capaz de protagonizar o desenvolvimento modificando a situação existente através da inovação.

> O empreendedor, nesse contexto, é aquele que sabe utilizar os recursos existentes e que não estão no fluxo de produção. No caso, combinar ou saber utilizar a força de trabalho desempregada e os recursos materiais existentes para produzir algo novo, uma vez que "há sempre trabalhadores desempregados, matérias-primas não vendidas, capacidade produtiva não realizada, e assim por diante" (SCHUMPETER, 1982, p. 49 – apud, COAN, p. 90).

No trecho acima, o autor aponta elementos da estrutura de produção capitalista que naturalmente se encontram disponíveis para utilização em “novas combinações”, cabendo ao empreendedor captar fundos para financiar sua nova ideia. Fica evidente que a proposta de Schumpeter encontra-se dentro da perspectiva capitalista que, devido às contradições próprias do sistema, não aloca todos os recursos humanos ou materiais, o que em certa medida está em consonância com a lógica do mercado (exército de mão de obra reserva). Por outro lado, gera desequilíbrio, uma vez que, tanto o desemprego generalizado, quanto a grande oferta de matéria-prima, reduzem o consumo. Justamente nestas lacunas, o empresário/empreendedor schumpeteriano deve agir mobilizando os recursos disponíveis para realizar, através da inovação, o aumento da produção. Desta forma, o empreendedorismo pode representar uma estratégia, dentro da ordem capitalista, com vistas à resolução dos entraves existentes que inibem a reprodução do próprio sistema.

O empreendedor possui características que o diferencia dos demais sujeitos da sociedade, especialmente a atitude de romper com o tradicional, de tomada de decisão para fugir do cotidiano e inovar/empreender. As forças que o movem nesta direção não são somente financeiras, mas morais, culturais, especialmente sociais: o empreendedor busca galgar espaço, almeja o reconhecimento social de seu sucesso. Portanto, na visão de Schumpeter, a inovação representa a força motriz do desenvolvimento econômico, com o empreendedor como agente deste processo.

Theodore William Schultz (1902 – 1998), economista estadunidense, reconhecido mundialmente como um dos intelectuais mais renomados da teoria do Capital Humano. Seus estudos foram premiados diversas vezes, com destaque para o prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1979. No pós-guerra, dedicou-se à pesquisa da recuperação econômica, a partir dos programas de industrialização, na Alemanha e no Japão, concluindo que o progresso econômico nestes países e, também nos EUA, atribuía-se aos altos níveis de educação de sua população, visto que a educação tornava as pessoas mais produtivas, o que teria um reflexo direto na economia da nação.

O pensamento de Schultz serviu de base para diversos intelectuais, especialmente Gary Becker, que ao longo das décadas de 1970 e 1980 difundiram a teoria do Capital Humano. A partir disso, vários países começaram a realizar investimentos em educação incentivados e financiados por organismos internacionais que se destacaram neste período, como: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o

Banco Mundial (BM). Schultz trabalhou na universidade de Chicago - EUA, onde ministrou a disciplina de Economia da Educação, na qual se dedicou a estabelecer a relação entre o desenvolvimento das principais sociedades capitalistas e a qualificação do trabalho humano.

Também na linha de Schultz, outro autor de destaque na abordagem da temática do empreendedorismo, relacionado diretamente ao grau de educação de uma sociedade com a capacidade desta de produzir riqueza, é Peter Ferdinand Drucker (1909 – 2005). De origem austríaca, Drucker é considerado o pai da administração moderna por desenvolver teorias de gestão articulando às tendências mais significativas do universo empresarial com as transformações tecnológicas predominantes do atual processo histórico, especialmente – o espírito de gestão no contexto da globalização. É autor de diversos artigos e livros, dos quais se destacam: "Desafios Gerenciais para o Século XXI", "Administrando em Tempos de Grandes Mudanças" e "Sociedade Pós-Capitalista". Na esteira de Shumpeter, o empreendedor para Drucker é o sujeito capaz de, por meio da inovação e dos recursos disponíveis, realizar negócios e novos empreendimentos lucrativos.

Para Drucker, o desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias inauguraram um novo conceito de sociedade e um novo contexto histórico, "a sociedade do conhecimento" na "era pós-industrial". Neste contexto, as transformações impulsionadas pela globalização da economia redefiniram o perfil do setor produtivo, bem como as relações sociais que, segundo o autor, não são mais pautadas pela luta de classes e a contradição entre capital e trabalho. O conhecimento torna-se o elemento capaz de resolver os problemas sociais desencadeados pela desigualdade econômica entre os indivíduos. O que difere os membros da sociedade é a capacidade de inovar, que está diretamente relacionada à aquisição de conhecimentos e disciplina próprios do meio empresarial. O grupo que protagoniza o desenvolvimento econômico e social são os "trabalhadores do conhecimento", sujeitos que souberam aproveitar as oportunidades, pois a inovação está disponível a todos os indivíduos, basta disciplina para utilizar os conhecimentos adequados no trabalho.

Independentemente do tamanho do negócio, Drucker destaca que o empreendedor deve dedicar-se aos conceitos da gestão, pois a maioria dos empreendimentos não atinge sucesso, porque negligenciam os aspectos administrativos. É necessário planejar e realizar uma administração profissional, pois somente os princípios gerenciais são eficazes, minorando os riscos característicos de qualquer

empreendimento. Estas ideias foram sistematizadas no livro “A Prática da Gestão”, lançado em 1954, cujo conceito central é a “Gestão por Objetivos”, método que compreende planejamento e avaliação dos resultados obtidos. Nesta teoria, o trabalhador é instigado a participar como sujeito ativo na “Missão da empresa”, suas atividades diárias contribuem para os objetivos organizacionais, tornando-se um colaborador.

Centrada na inovação, na administração e no espírito empreendedor, a visão gerencial de Drucker, representa um projeto de sociedade baseado na difusão da lógica do mercado como fórmula de sucesso para todos os sujeitos da sociedade. O autor cita os Estados Unidos como uma sociedade modelo:

> A gestão empresarial é a nova tecnologia que, melhor do que qualquer ciência ou invenção, fez a economia norte-americana passar para o estágio da economia de empreendedores, e está transformando os Estados Unidos numa sociedade de empreendedores. (DRUCKER, 1985 – apud – DARDOT; LAVAL, 2016, p. 154)

O espírito do empreendedor deve alcançar todos os ambientes coletivos da sociedade, desde as organizações associativas e comunitárias até os serviços públicos, todos os problemas devem ser solucionados pela lógica gerencial. O interesse de Drucker na adoção de sua teoria por parte do Estado é referido por Coan (2011), quando analisa o texto “Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio” (2006) de Pereira e Misoczky, no qual é explicitada a funcionalidade do modelo gerencial para a disseminação da ideologia neoliberal.

> Pode-se dizer que os mestres da administração tentam inculcar, em toda sociedade, uma espécie de indústria da administração que consiste na divulgação e implementação dos valores, símbolos, linguagens e crenças do mundo dos negócios, nesse caso, também, para o campo educacional, sendo que a essência desse projeto é o de impor a supremacia dos interesses econômicos de grupos particulares sobre os interesses do conjunto da população. Dito de outra forma, consolidar os interesses econômicos de uma determinada classe social que se tornou hegemônica. [...] O esquema ideológico montado por Drucker consiste em afirmar que o conhecimento é o principal recurso da sociedade atual, o que lhe permite simultaneamente afirmar o surgimento e configuração da sociedade do conhecimento; o trabalhador do conhecimento como o maior ativo nas organizações e a administração como órgão central e característico da sociedade do conhecimento. (COAN, 2011, p. 116)

A autora pondera que, na realidade, as mudanças mais significativas que caracterizam o contexto histórico atual ficam por conta dos novos processos de trabalho,

cada vez mais baseados na introdução da ciência e da técnica, mas que não são suficientes para modificar as relações sociais de produção. Estas novas formas de organização do trabalho, com destaque para o empreendedorismo, pelo contrário, intensificam a produção da mais valia na sociedade capitalista.

Peroni (2016), em sua tese apresentada como requisito parcial para a promoção a Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada "Implicações da relação público-privada para a Democratização da Educação", analisa a reincidência do termo *aprendizagem* nos programas de educação do Instituto Ayrton Senna (IAS) e o Instituto Unibanco (IU), promovidos em parceria com instituições públicas de ensino. Para a autora, existe um deslocamento conceitual do *ensino* para a *aprendizagem*, um processo que tem sido estabelecido desde as orientações dos organismos internacionais como a ONU/UNESCO a partir dos Cinco Pilares da Educação para o Século XXI, que serão analisados na seqüência desta seção; e incorporado às reformas dos sistemas educacionais através das competências socioemocionais. Para Peroni, as competências socioemocionais representam a base do conteúdo proposto nos programas educacionais das instituições do Terceiro Setor nas parcerias com o poder público, com "currículos prescritivos", "padronizados" e "replicáveis" sendo, inclusive, mais apropriados ao contexto *Fordista* do que à *Acumulação Flexível,* pois a lógica incorporada é a do "adestramento" e não da "criatividade" e "flexibilidade".

Ou seja, o empreendedorismo representa uma estratégia de legitimação para os sujeitos hegemônicos do capitalismo contemporâneo, suas manobras ideológicas consistem em deslocar as reais contradições da sociedade, afirmando que o antagonismo entre capital e trabalho desapareceu e que, nesta nova realidade, o conhecimento é fator de ascensão econômica e social, cabendo aos governos incorporar a lógica do mundo dos negócios e incentivar os sujeitos empreendedores.

Neste cenário, ocorre o crescimento das organizações não governamentais voltadas ao campo social, o que tem representado uma das vertentes de maior destaque do empreendedorismo, o chamado Empreendedorismo Social.

A bibliografia existente sobre o empreendedorismo social é bastante diversificada. No entanto, sua estreita relação com a lógica empresarial, recorrente em textos de diferentes autores, possibilita uma primeira aproximação com o termo (DEES, 1998; NORUZI, WESTOVER e RAHIMI, 2010). Nesse sentido, a justificativa para o surgimento, ou expansão das ações dos empreendedores sociais, parte dos mesmos

pressupostos que justificaram no plano macro a adoção do programa político ideológico da Terceira Via para o enfrentamento das problemáticas sociais no processo contemporâneo de reestruturação do capitalismo. Segundo Dees,

> Muitos esforços governamentais e filantrópicos ficaram muito aquém das nossas expectativas, para além de importantes instituições do sector social que são frequentemente consideradas ineficientes, ineficazes e indiferentes. São necessários empreendedores sociais para desenvolver novos modelos para um novo século. (DEES, 2001, p. 1)

Da mesma forma, David Bornstein em entrevista à revista Época sobre a importância do empreendedor social complementa:

> [...] os governos devem se limitar à definição de políticas sociais. E transferir sua execução para as ONGs desses empreendedores. Elas podem ser mais ágeis e menos assistencialistas, funcionando com os padrões de eficiência do mercado. Os empreendedores sociais são mais eficientes em inovar. (BORNSTEIN, 2006, p. 2)

Para Martin e Osberg,

> O empreendedorismo social surgiu nas últimas décadas como uma forma de identificar e promover mudanças potencialmente transformadoras na sociedade. Um híbrido de intervenção governamental e puro empreendedorismo de negócios, o empreendimento social é capaz de tratar problemas cujo âmbito é estreito demais para instigar o ativismo legislativo ou para atrair capital privado. (MARTIN, OSBERG, 2015, p. 1)

Na visão de seus defensores, o empreendedorismo social, como uma derivação do empreendedorismo empresarial, representa a fórmula capaz de incorporar os elementos mais avançados do mundo dos negócios para resolver com eficácia a situação das populações em condição de vulnerabilidade social. Destacando a pró-atividade e a criatividade como habilidades fundamentais a serem desenvolvidas pelos sujeitos.

> Os empreendedores sociais são reformadores e revolucionários, de acordo com a descrição de Schumpeter, mas têm uma missão social. Levam a cabo mudanças fundamentais na forma como as coisas são feitas no sector social e têm perspectivas ousadas. Vão diretamente às causas dos problemas, em vez de lidar simplesmente com os sintomas e, com frequência, reduzem as necessidades em vez de se limitarem a satisfazê-las. (DEES, 2001, p. 3-4)

Para Edson Marques Oliveira, o empreendedorismo social pode ser considerado como:

> Um indutor de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, mas, ao contrário, necessita da articulação e participação da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que atendam às reais necessidades da população, tendo de ser duradouro e de alto impacto social. Não é privativo, pois a principal característica e a possível multiplicação da ideia/ação partem de ações locais, mas sua expansão é para o impacto global. Dessa forma, é um sistema dentro de um maior, que é a sociedade, gerando mudanças significativas a partir do processo de interação, cooperação e estoque elevado de capital social. (OLIVEIRA, 2004, p. 16)

Para Rosanvallon (1997), em decorrência da reestruturação do capitalismo, novos processos de regulação social foram colocados em prática, a partir de "fórmulas associativas encontradas na sociedade civil", como as ONGs voltadas ao empreendedorismo social. Desta forma, esta vertente do empreendedorismo seria capaz de propiciar novas formas de "sociabilidade" que representariam a expressão da chamada "cultura cívica".

> [...] as associações voluntárias têm sido vistas não somente enquanto instrumentos que podem reduzir a pobreza, mas também enquanto importantes instrumentos que podem ser usados para aprimorar as instituições democráticas. (PUTNAM, 1993, apud SOUTO, EICHNER, 2001, p. 190)

A cultura cívica seria uma forma de capital social, uma propriedade (não física) desenvolvida a partir das relações entre os sujeitos a fim de alcançar os objetivos almejados pela comunidade.

> Capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades tendo duas características comuns: consistem todas em algum aspecto da estrutura social, e facilitam algumas ações de indivíduos que estão na estrutura. Como outras formas de capital, capital social é produtivo, tornando possível a realização de alguns objetivos que não poderiam ser alcançados na sua ausência. [...] Diferentemente de outras formas de capital, o capital social herda a estrutura de relações entre as pessoas. Ele não está alojado nem em indivíduos nem em infraestrutura produtiva… capital humano é criado mudando pessoas, dando-lhes habilidades que as tornam capazes para agir em novos ambientes. Capital social, por sua vez, é criado quando as relações entre pessoas muda de forma que facilita a ação. Capital físico é totalmente palpável (tangible), estando incorporado em formas materiais observáveis; capital humano é menos materializável, estando incorporado em habilidades e conhecimentos adquiridos pelo indivíduo; capital social é ainda menos palpável, porque está incorporado nas relações entre as pessoas. (Coleman, 1994, p. 303-304, apud EICHNER, SOUTO, 2001)

Nota-se a preocupação dos autores em diferenciar o empreendedorismo social das demais formas de empreendedorismo, pois as ações do primeiro, embora incorpore metodologias do mundo empresarial, são balizadas por outros princípios.

> Para os empreendedores sociais, a missão social é explícita e central, o que, obviamente, afeta a forma como os empreendedores sociais detectam e avaliam as oportunidades. O impacto relacionado com a missão torna-se o critério central, não a criação de riqueza. Para os empreendedores sociais, a riqueza é apenas um meio para atingir um fim, enquanto que para os empreendedores empresariais a criação de riqueza é uma forma de medir a criação de valor. (DEES, 1998, p. 3)

Oliveira (2004), através de um quadro comparativo, analisa as diferenças entre o empreendedorismo privado, empresas que desenvolvem algum tipo de ação social e, finalmente, o empreendedorismo social.

Quadro 2 – Características do Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social Empresarial e Empreendedorismo Privado

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual	É individual com possíveis parcerias	É coletivo e integrado
Produz bens e serviços para o mercado	Produz bens e serviços para si e para a comunidade	Produz bens e serviços para a comunidade, local e global
Tem o foco no mercado	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo *stakeholders*	Sua medida de desempenho são o impacto e a transformação social
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores	Visa a resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social

FONTE: Adaptado de Melo Neto e Froes (2002), apud Oliveira (2004)

Os aspectos colocados no quadro acima, juntamente com as formulações dos parágrafos anteriores, dão conta de um arcabouço teórico acerca da proposta do

empreendedorismo social. A tese que o sustenta é de que, tanto um sujeito coletivo – uma ONG por exemplo – ou um empreendedor individual dedicados à iniciativa de "empreender pelo social" devem pautar suas ações a partir das necessidades dos sujeitos em vulnerabilidade social, com foco na geração de capital social e impacto visando a autogestão e desenvolvimento destas comunidades. Tal argumentação implica na ressignificação dos princípios do empreendedorismo que, de acordo com os conceitos trabalhados neste e nos capítulos anteriores, representa uma estratégia para a superação dos entraves que dificultam a reprodução e expansão do capitalismo, tendo em seu DNA a lógica de mercado e, portanto, o lucro como objetivo central.

Desta forma, o conflito entre a missão social e os objetivos empresariais representa a contradição mais significativa presente na proposta do empreendedorismo social. De acordo com SOUTO e EICHNER (2000), as ONGs voltadas às atividades do empreendedorismo social enfrentam o desafio de equalizar as demandas das comunidades focais com a sustentabilidade da organização, pois a adoção de elementos da lógica mercantil, especialmente na gestão dos empreendimentos, exige metas como "eficiência, profissionalização dos quadros e *expertize* contábil" para competir no mercado com outras organizações por recursos. Visando garantir a manutenção de suas atividades, as organizações acabam por adaptar seus objetivos de ação aos dos seus financiadores privados. Nesse sentido, a geração de capital social, como objetivo desta vertente do empreendedorismo, que corresponde à capacidade das comunidades de, a partir das relações entre seus membros, produzir bens e serviços que contribuam para a melhoria das suas condições de vida, fica comprometida. De fato, se a geração de lucro passa a ser o mote da ação, os indicadores de desempenho e qualidade são as demandas dos consumidores, o que representa a mesma relação de mercado que rege o empreendedorismo empresarial. Esta lógica de competição, que impacta na adaptação dos objetivos da ação social, estende-se ao plano individual do sujeito, que passa a empreender visando à realização de seus objetivos em detrimento das causas coletivas do grupo que integra. Verifica-se na prática a dificuldade dos empreendedores em manter os propósitos originais do empreendedorismo social, em que o impacto deixa de ser social, pois a ação não contribui para a emancipação da comunidade, e sim para a reprodução da desigualdade econômica. Com isso, o empreendedorismo volta ao seu lócus inicial, a empresa.

Retomando os grandes ideólogos do empreendedorismo Peter Drucker, Ludwig Heinrich Edler Von Mises e Joseph Shumpeter, o empreendedor aproveita as

oportunidades geradas pelas grandes mudanças na história, mobilizando suas habilidades e conhecimentos sobre o mercado de negócios, seu capital humano, para prever as necessidades dos consumidores e arriscar-se na tarefa de produzir algo que lhe gere retorno financeiro e reconhecimento social. Nesta linha, a grande mudança é resultado do processo de reestruturação do capitalismo, no qual o programa político ideológico da Terceira Via, ao defender a reforma do Estado com base na lógica mercantil, seja através do gerencialismo ou das parcerias com o terceiro setor, redefiniu o conteúdo das políticas e o papel do setor público no atendimento das questões sociais.

A partir do discurso da eficiência e qualificação dos processos democráticos, o campo social passou a representar um nicho de mercado, uma oportunidade para as organizações não governamentais disseminarem a racionalidade da autonomia do empreendedorismo, do sujeito criativo capaz de identificar as demandas de um público alvo, neste caso, as populações em condição de vulnerabilidade social, e responder através de um projeto inovador transformando esta realidade.

Uma das estratégias mais importantes de atuação dos empreendedores sociais são as redes, no terceiro capítulo desta dissertação, foram analisadas a partir de Ball e Olmedo (2013), as novas formas de atuação do Capitalismo Social que, através da formação de redes de relacionamento, interferem na direção e execução de políticas sociais visando ao atendimento dos objetivos de seus negócios.

As redes organizadas por empreendedores sociais representam para a Terceira Via um avanço na questão da democracia, pois articulam a partir de um conjunto discursivo sujeitos de diferentes segmentos da sociedade civil, o que, de acordo com Giddens (2007), representaria uma forma de “democratização da democracia”. Como coloca Oliveira (2004), o empreendedorismo social para obter êxito não pode ser uma iniciativa isolada, precisa articular a sociedade para institucionalizar-se. Desse modo, as redes representariam uma forma de integrar a sociedade visando à resolução das problemáticas sociais numa perspectiva coletiva. Dentro deste escopo, o capital social produzido funciona como elemento que engendra a articulação dos sujeitos que compõem as redes em torno de um “objetivo comum” o desenvolvimento.

Contudo, o desenvolvimento em questão são as estratégias necessárias para assegurar a reprodução do capitalismo, a mesma estrutura que gerou a exclusão das comunidades que as redes do empreendedorismo social pretendem emancipar. O conjunto discursivo que forma as redes funciona como elemento de convencimento, como “harmonização de interesses” e “repolitização da política” Neves (2001),

configurando-se como uma estratégia de atuação dos empreendedores sociais que protagonizam as redes no intuito de garantir os objetivos particulares dos seus negócios. Tal processo compromete a democracia, pois, embora envolva um grande número de sujeitos oriundos de diferentes segmentos da sociedade, o que manifesta para o senso comum uma ideia de coletivização na direção das ações das ONGs, na realidade, suas ações representam os interesses dos administradores e investidores destas organizações, os quais desempenham funções bem definidas na estrutura de poder.

Esta estrutura de poder pode ser verificada através de dois tipos de organizações que trabalham com o empreendedorismo social, descritas por Edson Marques de Oliveira,

> Uma opera como sustentadora, capacitadora e divulgadora [...] Além de recrutarem e manterem por algum tempo o sustento pessoal e técnico do empreendedor social, abrem espaços e ações de disseminação teórica, com livros, artigos, sites, cursos, encontros, rede de contato, entre outros. [...] Um segundo tipo de organização é o que opera na intervenção local, atual, em um nível operacional, executando e aprimorando os conhecimentos técnicos de gestão e inovação no campo social. (OLIVEIRA, 2004, p. 15)

A caracterização acima citada demonstra a divisão de poder existente nas redes estruturadas pelos empreendedores sociais. A primeira organização representa o núcleo estratégico, o qual será responsável por emanar as diretrizes das ações no empreendimento como um todo e pela formação e escolha dos membros iniciais que constituirão a rede. Como o alvo principal do empreendedorismo social são as comunidades menos favorecidas, cabe à organização central prospectar as regiões onde a população encontra-se em condição de vulnerabilidade social e estabelecer contato com outras organizações que atuam nestes locais. Desta forma, ela coordena a rede na lógica do “mentor capitalista”,

> Sua atividade básica consiste em criar laços entre negócios pequenos e de médio porte e empreendedores experientes, de maneira que os pequenos obtenham os contatos e conselhos que necessitam para que suas companhias possam empregar mais pessoas – o melhor programa contra a pobreza que existe. (FRIEDMAN, 2014, p. 472)

A organização central, responsável pela mentoria, orienta a atuação das demais parceiras através de assessoria técnica, criando canais de relacionamento entre empreendedores e investidores, a fim de dinamizar o fluxo de interesses, pessoas e recursos ao longo da rede. As organizações parceiras representam o outro ponto, ou “nó

gerador" da rede, elas atuam diretamente nas comunidades focais identificando demandas a serem atendidas e elaboram uma alternativa de enfrentamento. Esta ideia deve apresentar as seguintes características: "1.º) ser inovadora; 2.º) ser realizável; 3.º) ser autossustentável; 4.º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida; 5.º) provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados" (OLIVEIRA, 2004, p. 15).

Nesta estrutura de poder, as organizações mentoras influenciam diretamente no conteúdo das ações dos empreendedores sociais, estes por sua vez, reproduzirão a lógica mercantil na comercialização de produtos ou serviços prestados à população. Desta forma, o empreendedorismo social tende a reproduzir as mesmas normas que regem o empreendedorismo empresarial, pois o campo social representa uma oportunidade de negócio para os chamados "empresários sociais".

Através de seus empreendimentos sociais organizados em rede, os empresários procuram pôr suas ideias em prática, para em seguida "institucionalizar e gerar um momento de maturação até que seja possível a sua multiplicação por outras localidades, criando, assim, um processo de rede de atendimento ou de franquia social, até se tornar política pública (Ibid, p. 15).

Nesse sentido, quanta à captação de recursos para viabilizar seus empreendimentos, além do já citado setor privado, segundo Dees os empreendedores sociais "mobilizam os recursos de outros para alcançar os seus objetivos empreendedores" (DEES, 2001, p. 2). Neste ponto, balizados pela lógica mercantil, um dos principais canais de financiamento do empreendedorismo social é o setor público, como afirmam Matin e Osberg: "Uma série de empreendedores sociais bem-sucedidos gerou um equilíbrio melhor ao levar o governo, fora da esfera de ação, para um lugar bem mais produtivo no sistema. Esse novo papel alavanca a eficácia dos impostos pagos pelos contribuintes" (MARTIN, OSBERG, 2015, p. 4). Este trecho evidencia um aspecto central para a compreensão do empreendedorismo social como estratégia da Terceira Via e, portanto, do capitalismo reestruturado para o atendimento das políticas sociais através das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

A atuação das organizações voltadas ao empreendedorismo social representa uma estratégia funcional ao processo de reestruturação do capitalismo, no qual as políticas sociais perdem seu caráter de universalidade, já que não representam a materialização de direitos para a população que passa a ser atendida por iniciativas

empresariais de maneira direta, adquirindo produtos e serviços de forma privada, ou através de programas de parceria estabelecidas entre o campo público e o terceiro setor.

Na seção seguinte será analisada a relação do empreendedorismo com o campo da educação, com destaque para a proposta da educação empreendedora.

4.2 Empreendedorismo e Educação

> *"A tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores da sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo, de buscar a sustentabilidade e segurança – impregnados na nossa cultura, mas referentes a contextos hoje existentes. Atualmente, estabilidade e segurança envolvem a capacidade da pessoa de correr riscos limitados e de se adaptar e antecipar às mudanças, mudando a si mesma permanentemente."*
>
> *Fernado Dolabela*

De acordo com os aspectos mencionados tanto nos capítulos já trabalhados, como nas duas seções anteriores deste capítulo, é possível apontar que o empreendedorismo tem representado uma importante estratégia ideológica com vistas à sustentação do projeto de sociedade defendido pelos grupos hegemônicos do processo de reestruturação do capitalismo. Este processo deflagrou grandes transformações, sintetizadas no conceito de Acumulação Flexível de David Harvey, postas em prática no setor produtivo a partir dos anos de 1970. Estas foram sustentadas ideologicamente pelo Neoliberalismo e pela Terceira Via e potencializadas pelo processo da globalização que, através do desenvolvimento de tecnologias como a automação e a informática, possibilitaram a retomada do crescimento nas taxas de lucro do capital, seja através do setor produtivo ou da expansão do mercado financeiro.

A análise da reestruturação do capitalismo e as implicações deste processo na vida dos sujeitos, dentro do quadro teórico e metodológico que orienta esta dissertação, possibilitou-me a identificação de movimentos articulados pelas elites hegemônicas que vêm operando por meio dos aparelhos privados de hegemonia, como a escola e a mídia, a legitimação da lógica de mercado como solução para os problemas sociais causados pela própria dinâmica exploratória do capitalismo. Este movimento evidencia a ocorrência de uma verdadeira "guerra de posições" no seio da sociedade civil que, na concepção gramsciana, significa a luta ideológica das classes sociais em busca da

hegemonia. Outros autores já analisados que nos oferecem elementos importantes para o escrutínio das estratégias operadas pelas elites hegemônicas no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo são: Milton Santos, ao analisar a globalização como um processo histórico, bem como Pierre Dardot e Christian Laval quando relacionam as concepções relativas ao empreendedorismo de Von Mises e Peter Drucker com a formação de uma nova racionalidade proposta pelo neoliberalismo.

Desta forma, enquanto estratégia para obtenção e manutenção da hegemonia, a difusão do empreendedorismo, promovida por sujeitos comprometidos com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, tem se ampliado neste início de século XXI por meio dos aparelhos privados de hegemonia, o que, cada vez mais, torna o campo da educação um espaço de poder fundamental a ser conquistado. Nesta seção, desenvolverei – a partir de trabalhos acadêmicos, como dissertações, teses, livros e artigos – a relação da temática do empreendedorismo com a educação.

A partir dos anos de 1980, em decorrência da crise estrutural do capitalismo, o desemprego atingiu índices altíssimos, o que passou a representar um fator de risco aos interesses das elites, impactando diretamente no consumo da população e, consequentemente, nas taxas de lucro do capital. Neste contexto, a fim de resolver os problemas da economia, foi implementado um conjunto de movimentos articulados a fim de reestruturar o sistema, recuperando as taxas de lucro. Um exemplo disso foi a reorganização do sistema produtivo, especialmente com o intuito de distensionar a relação entre capital e trabalho, através de novos processos e formas de organização do trabalho fora do regime assalariado, incentivando os indivíduos a gerar renda a partir do desenvolvimento das capacidades empreendedoras.

Assim, o empreendedorismo passou a ser incentivado pelos organismos internacionais como solução para o desemprego, com destaque para as regiões periféricas do capitalismo, como a América Latina. Nestes países, os reflexos da crise capitalista tiveram maior impacto devido ao menor grau de desenvolvimento econômico e social, somado à pressão exercida contra estes países por instituições como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Brasil e Argentina são exemplos de nações que, durante as ditaduras civil - militar, aproveitaram a disponibilidade de crédito no mundo capitalista para desenvolver suas economias via empréstimos. Contudo, decorridos os anos dourados, os países e instituições das regiões centrais do capitalismo passaram a reivindicar os créditos concedidos. A dívida foi utilizada como instrumento de poder pelas organizações internacionais e

intergovernamentais para impor as posições ideológicas dos países centrais frente à periferia capitalista.

Além de instituições de caráter econômico como o BM e o FMI, outros organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – que historicamente teve um perfil humanitário desempenhando um papel de auxílio às regiões do chamado terceiro mundo no contexto pós-guerra – devido à crise estrutural do capitalismo, passou a enfrentar severas dificuldades de financiamento para suas atividades.

> Com a saída dos Estados Unidos e da Inglaterra da UNESCO (maiores patrocinadores dessa agência) em meados da década de 1980 e a crise financeira deste organismo, os bancos internacionais, principalmente o Banco Mundial, tornaram-se os maiores financiadores da educação nos países em desenvolvimento. (FERREIRA, BOGATSCHOV, 2016, p. 4)

Diante disso, a UNESCO incorpora, às suas atividades de disseminação da educação, cultura e ciência, as diretrizes políticas neoliberais das agências internacionais de financiamento como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desta forma, a UNESCO passou a recomendar, por meio de seus relatórios, a introdução de elementos constitutivos da lógica do empreendedorismo nas reformas educacionais dos países. O exemplo de maior destaque é o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI intitulado “Educação, um tesouro a descobrir” que ficou conhecido como “o relatório Delors”. Este documento foi elaborado no ano de 1996 em conjunto por especialistas em educação de diferentes países com o objetivo de traçar orientações para a educação mundial.

A educação proposta pelo documento está centrada na ideia de “coesão social como desafio de um mundo em crise”, no qual a educação “define-se como veículo de culturas e de valores, como construção de um espaço de socialização, e como cadinho de preparação de um projeto comum” (UNESCO, 2001, p. 51). Nesse sentido, os autores expressam a necessidade de formar sujeitos capazes de adaptarem-se às transformações de um mundo globalizado. Torna-se imprescindível que o conteúdo educacional proporcione aos sujeitos a formação de habilidades e capacidades flexíveis, tal como ocorre no sistema de produção, em que princípios como “aprender a conhecer” e “aprender a viver juntos” representam uma filosofia valiosa para a missão das organizações que almejam ter sucesso.

Sobre o conteúdo da educação proposto no relatório Delors e sua relação com a educação para o empreendedorismo, Marival Coan (2011), ao comentar Souza (2001), aponta:

> [...] o empreendedor deve focalizar o aprendizado nos quatros pilares da educação, apontados no Relatório Delors: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, e, com isso, ser capaz de tomar a decisão certa frente à concorrência existente visto que novas habilidades vêm sendo exigidas dos profissionais ante a globalização; estas exigem responsabilidade, competência e autonomia. Os profissionais precisam desenvolver novas habilidades e competências e ter coragem de arriscar-se, aceitar novos valores, descobrir e transpor seus próprios limites. (Coan, 2011, p. 130)

As propostas apresentadas no relatório Delors expressam concepções de um novo tipo de educação que, simbolizadas nos quatro pilares: apreender a apreender, apreender a fazer, apreender a conviver e apreender a ser, buscam responder à tendência de permanentes transformações que caracterizariam o século XXI. Neste cenário de incertezas, o sujeito em formação precisa se preparar para atuar em qualquer setor da sociedade, em diferentes circunstâncias, adquirir as competências necessárias, visando à rápida adaptação a nova realidade. Tal projeto de educação está articulado ao posicionamento ideológico que tem como objetivo o "apassivamento" e harmonia entre os grupos sociais, primando pela paz e tolerância, pela coesão social, em detrimento da problematização das desigualdades existentes na sociedade (Ibid).

Adaptar-se às transformações, movidas pelo processo de reestruturação do capital e potencializadas pela globalização, representam de fato a tônica das recomendações que o relatório Delors propõe como conteúdo da educação. A respeito das transformações no mundo do trabalho e a consequente reestruturação no campo da educação para atender às suas demandas, Acácia Kuenzer aponta:

> Essa forma de consumo da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas aprofunda a distribuição desigual do conhecimento, no qual, para alguns, dependendo de onde e por quanto tempo estejam integrados nas cadeias produtivas, reserva-se o direito de exercer o trabalho intelectual integrado às atividades práticas, a partir de extensa e qualificada trajetória de escolarização; o mesmo não ocorre com a maioria dos trabalhadores, que desenvolvem conhecimentos tácitos pouco sofisticados, em atividades laborais de natureza simples e desqualificada, e são precariamente qualificados por processos rápidos de treinamento, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível. (KUENZER, 2017, p. 341)

Nesse sentido, cabe aos trabalhadores adquirir individualmente as competências e habilidades que os colocarão na disputa pelos raros e instáveis postos de trabalho qualificados. Da mesma forma, à maioria, cabe lutar pelos empregos desqualificados e precarizados que a cadeia produtiva necessita. E, para aqueles sujeitos que não se enquadram nestes perfis, resta uma terceira via alternativa, o empreendedorismo.

Ciavatta e Ramos (2012), apontam que o relatório Delors constitui-se como um documento emblemático ao pautar um modelo de educação baseado na adaptação dos sujeitos a uma realidade de constantes transformações impostas pelo discurso único da globalização, defendido pelos grupos hegemônicos que protagonizam o processo de reestruturação do capitalismo. Desta forma, o relatório Delors influenciou diretamente as reformas educacionais nos países através de seu conteúdo que expressava posições ideológicas claramente pautadas pela mercantilização das relações sociais.

> […] parte-se do reconhecimento de que, com o advento das políticas econômicas genericamente denominadas neoliberais, há acentuada submissão das políticas educacionais aos mecanismos de definição e de avaliação dos conteúdos curriculares pelo Estado, bem como aos mecanismos de regulação do mercado. (Lopes, 2008, p. 21 – apud CIAVATTA, RAMOS, 2012)

Em outro trabalho, Marise Ramos destaca a importância do "deslocamento conceitual da qualificação para as competências" como conteúdo educacional de um suposto novo paradigma "pós-industrial, "pós-classista", "pós-moderno". O conceito de qualificação teria surgido no contexto pós-guerra, durante o regime taylorista-fordista, como expressão das reivindicações pautadas pelas representações coletivas dos trabalhadores com o intuito de estabelecer um quadro de regulações sociais. Desta forma, a qualificação apoia-se em dois sistemas:

> […] as convenções coletivas, que classificam e hierarquizam os postos de trabalho; e o ensino profissional, que classifica e organiza os saberes em torno dos diplomas". […] a qualificação repousa sobre os repertórios relativamente estáveis: os postos de trabalho, cuja classificação é determinada de maneira estática; o diploma e a profissão, cuja possessão é a combinação de direitos precisos e duráveis e não podem ser questionados". (RAMOS, 2002, p. 42-62)

Se a qualificação representava a expressão de um contexto de expansão do capitalismo articulado às políticas do Estado de Bem Estar Social e toda sua estrutura de regulações sociais, com direitos assegurados aos trabalhadores e um mercado de trabalho baseado em profissões, dentro do regime salarial, que possibilitavam aos

sujeitos a perspectiva de uma formação (diplomada) e a consequente inserção nesse mercado estável. Para Ramos, a "crise do emprego" o "fim da ilusão planificadora" e os "novos métodos de gestão", enquanto características da crise capitalista do final do século XX, causaram a "deteriorização do conceito da qualificação, "tanto no que se refere à dificuldade de repertoriar o conteúdo dos empregos quanto à sua relação com os diplomas e com as perspectivas de desenvolvimento de uma carreira linear e crescente, possibilitado pelo sistema de classificação vigente" (RAMOS, 2002, p. 62). Da mesma forma, a dimensão social da qualificação é alterada,

> A liberação tendencial dos códigos de classificação, de carreira, salário e exercício profissional em relação aos diplomas ou à especialização comprovada e validada, promovem novos modos de regulação do mercado de trabalho, destacando o livre mercado de negociações. (Ibid, p. 63)

Desse modo, a qualificação, por não atender as novas demandas do mercado, perde espaço, ou recebe uma nova roupagem delineada a partir das competências, cuja às características respondem à flexibilização e mercantilização das relações sociais, seja no conteúdo das ocupações e nos processos formativos ou na legislação trabalhista. A educação ajustada à lógica das competências passa a representar um bem privado, uma mercadoria a ser adquirida pelos sujeitos individualmente no mercado.

Segundo (Ibid), a educação orientada pela pedagogia das competências visa à adaptação dos indivíduos a era do discurso único potencializado pela globalização, da razão instrumental, na qual o sujeito age subjetivamente em busca do "imediato", do "efêmero", da realização individual, desconectado das contradições concretas da sociedade que conformam o movimento do real.

> A competência, portanto, é o mecanismo de adaptação dos indivíduos à instabilidade da vida, por construir os instrumentos simbólicos que permitem interpretar a realidade a seu modo e construir modelos significativos e viáveis para seus projetos pessoais. Assim, por não ser uma forma subjetivada do conhecimento objetivo, mas a percepção do mundo experencial na forma de representações subjetivas, a competência é uma noção apropriada ao pensamento pós-moderno. (Ibid, p. 294)

A premissa da mercantilização das relações sociais, que confere à educação a conotação de uma mercadoria, considerada um fator de produção, cujo investimento é sinônimo de desenvolvimento econômico, foi amplamente difundida através da teoria do capital humano justamente nos anos dourados do capitalismo durante o pós-guerra.

Assim, o investimento em educação dotaria o trabalhador de um nível de capital humano que o distinguiria dos demais não qualificados na concorrência por melhores remunerações. Com o advento da pedagogia das competências, a teoria do capital humano é retomada, contudo, em bases diferentes das estabelecidas pelo conceito de qualificação.

Pablo Gentili, ao analisar as transformações ocorridas no campo da educação em virtude das políticas neoliberais do final do século XX, coloca que:

> […] na atual conjuntura do desenvolvimento capitalista tem se produzido um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito de formação para o emprego (promessa que justificou, em parte, a expansão dos sistemas educacionais durante o século XX) para uma nem sempre declarada ênfase no papel que a mesma deve desempenhar na formação para o desemprego. (GENTILI, 2002, p. 78)

Segundo o autor, as políticas de orientação keynesianas que caracterizaram o desenvolvimento capitalista nos países centrais durante o pós-guerra, produziram sistemas educacionais considerados verdadeiros dispositivos de integração social, capazes de promover a cidadania aos sujeitos via educação, a chamada promessa integradora. Contudo, essa promessa começou a ser desarticulada em função da reorientação das políticas baseadas nas posições ideológicas dos grupos hegemônicos do processo de reestruturação do capitalismo depois da crise de 1970.

> O estudo das tendências que marcaram o contexto no qual se produziu essa desintegração pode permitir-nos reconhecer o que chamarei aqui a *privatização da função econômica* atribuída à escola. Em tal sentido, é importante destacar que a desintegração da promessa integradora não tem suposto a negação da contribuição econômica da escolaridade, e sim uma transformação substantiva em seu sentido. Passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc), a uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho. Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias opções, suas próprias escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: *a promessa da empregabilidade*. (Ibid, p. 81)

Desta forma, o paradigma mercantil que passou a balizar as relações sociais desencadeou uma profunda ressignificação da cidadania, que outrora fora materializada através das políticas sociais do Estado de Bem Estar Social, agora os sujeitos passam a lutar individualmente nos mercados em busca de competências que os credenciem a disputar as escassas oportunidades de emprego. Neste contexto, o pleno emprego não faz parte do planejamento, pelo contrário, o desemprego torna-se o horizonte mais provável para o trabalhador, sendo inclusive funcional a lógica de mercado, pois "pode constituir um bom estímulo competitivo às meritocráticas economias na era da globalização" (Ibid, p. 88).

Portanto, os reflexos das reorientações políticas características do final do século XX no campo da educação, como o deslocamento do conceito de qualificação para o desenvolvimento de competências, ou capacidades empreendedoras demandadas pelo mercado, representam a síntese das diretrizes que os organismos internacionais recomendam para o desenvolvimento dos países periféricos do capitalismo.

Com respeito a estas diretrizes, Ciavata e Ramos, concluem:

> Sua funcionalidade aos segmentos empresariais impõe uma visão adaptativa e acrítica ao mercado de trabalho em um momento de mudanças nas bases produtivas, de redução do nível de emprego e de transferência de responsabilidade aos trabalhadores de se manterem empregados através da formação – sob a ideia de empregabilidade, laboralidade, empreendedorismo, amplamente criticadas, mas de grande influência na população. (CIAVATA; RAMOS, 2012, p. 32)

No contexto da América Latina, a primeira publicação da revista do escritório regional da UNESCO em 2002, elaborada pelo Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe - PRELAC[17], adicionou aos quatro pilares originais do relatório Delors o quinto pilar: "aprender a empreender". Segundo o documento, a UNESCO mostra-se muito preocupada com o desenvolvimento socioeconômico da América Latina que, no início do século XXI, apresenta os maiores índices de desigualdade do mundo e um elevado grau de vulnerabilidade das instituições responsáveis pela melhoria das condições de vida da população destas regiões, como os

[17]O PRELAC é o resultado do consenso entre os Ministros da Educação dos países da América Latina e Caribe sobre a situação da educação na região e sua projeção. Foi criado como contribuição estratégica para o cumprimento das metas do programa "Educação para Todos", principalmente em relação à promoção da qualidade da educação. O projeto objetiva promover mudanças nas políticas educacionais, de forma a assegurar o aprendizado de qualidade, voltado para o desenvolvimento humano. (disponível em: http://portal.inep.gov.br/unesco.)

sistemas educacionais. Diante desse quadro, é necessário o enfrentamento da realidade através da implementação de novas estratégias:

> Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender. (UNESCO/PRELAC, 2002, p. 9)

O acréscimo do "aprender a empreender" como quinto pilar da educação pela UNESCO, novamente evidencia a funcionalidade do empreendedorismo como estratégica para o enfrentamento das problemáticas sociais, especialmente nas regiões mais vulneráveis do mundo como a periferia capitalista, no caso a América Latina. Desta forma, o relatório UNESCO/PRELAC (2002) propõe a "modernização" dos sistemas educacionais da América Latina para responder às tendências de uma sociedade baseada no conhecimento. Para tanto, o desenvolvimento das capacidades empreendedoras, através da aquisição de competências flexíveis e adaptáveis, deve ser a tônica deste processo.

Na quarta seção do mesmo relatório, intitulada "Educação 2000: sobre o conhecimento e aprendizagem para o novo milênio" escrita por Roberto Carneiro – consultor do Banco Mundial, da OCDE, da UNESCO e do Conselho da Europa – podemos perceber a retomada da Teoria do Capital Humano, agora em outras bases, incorporando elementos constitutivos do empreendedorismo,

> O simples fato de que o discurso sobre capital humano – que prevaleceu durante as cinco décadas passadas – tenha adquirido um segundo impulso é em si significativo. O auge da economia impulsionada pelo conhecimento e o plus que foi atribuído aos ativos intangíveis ampliaram o debate sobre a educação e a capacitação; estas instituições continuam sendo a principal fonte de formação de capital humano e de produção e disseminação de conhecimento em nossa era global. […] O capital humano – ou o conceito pós-moderno pelo qual foi substituído, a gestão do conhecimento. (Ibid, p. 27 – 28)

A "economia do conhecimento", a qual dá origem a "nova sociedade", constitui-se como um discurso dos grupos hegemônicos do capitalismo contemporâneo, a formação do "trabalhador do conhecimento" representa o objetivo central do documento

UNESCO/PRELAC. Chama atenção que, embora os sistemas educacionais sejam referidos constantemente, o termo "gestão do conhecimento" trabalhado com ênfase ao longo da quarta seção indica que a responsabilidade passa a ser do sujeito, ele é o agente da mudança, capaz de promover o desenvolvimento local. Cabe ao indivíduo assumir a gestão de sua formação, que significa tomar as decisões corretas, prever e adquirir as competências específicas para competir no mercado de trabalho. Um mercado completamente diferente, no qual as ocupações acompanham a tônica de incertezas e transformações que caracterizam a globalização. Neste, o sujeito precisa estar atento e modelar suas competências constantemente: "A potenciação do educando individual e do agente de mudança constitui o verdadeiro desafio" (Ibid, p. 30).

Em conformidade com o documento UNESCO/PRELAC (2002) que estabeleceu o quinto pilar para educação, "aprender a empreender", e possivelmente motivado por este, o escritor Fernando Dolabela[18] é autor de diversas obras que contemplam a temática do empreendedorismo articulada à educação, dentre elas a "pedagogia empreendedora", publicada em 2003. Nesta obra, Dolabela expõe as justificativas e as bases metodológicas de sua proposta pedagógica, destacando o papel central dos elementos constitutivos do empreendedorismo na reconfiguração do conceito de capital humano,

> O capital humano diz respeito ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Na nossa época, significa a capacidade de gerar conhecimento, inovar, transformar conhecimento em riqueza, que são tarefas típicas do empreendedor. Daí a razão de o empreendedorismo ser considerado o elemento do capital humano mais importante para o desenvolvimento. (DOLABELA, 2003, p. 49)

Para o autor, o atual contexto histórico caracterizado pela globalização, no qual ocorre o crescimento exponencial do comércio internacional articulado ao desenvolvimento nunca antes visto das inovações tecnológicas, tem promovido a reorganização dos negócios em sentido amplo. Destacando como a maior consequência deste processo, a reestruturação das organizações com base na gestão moderna, na qual as empresas, a fim de reduzir os custos com a produção e melhorar a qualidade dos produtos, passaram a operar sob a lógica da descentralização horizontal, o que possibilitou a abertura de novos espaços para atuação de pequenas e microempresas,

---

[18] Fernando Dolabela criou diversos programas de ensino de empreendedorismo do Brasil na educação básica e universitária; consultor e professor da Fundação Dom Cabral, ex-professor da UFMG, consultor da CNI-IEL Nacional, do CNPq e de dezenas de universidades. Autor de nove livros e dois softwares sobre a temática do empreendedorismo.

mais ágeis e flexíveis, que passaram a atuar em operações secundárias gerando novos postos de trabalho. Nesse quadro, Dolabela destaca que, mesmo diante do imenso crescimento do setor terciário na composição da economia mundial, os sistemas educacionais não se mobilizaram para adaptar seus conteúdos ao novo ambiente.

Diante destas transformações, aponta para o surgimento de novos padrões ocupacionais capazes de responder às demandas do mercado e gerar riqueza para a sociedade.

> Assim, o emprego (forma de relação dependente) e o *Know-how* (conteúdo), que constituíram o paradigma das relações de trabalho nos últimos dois séculos, são substituídos na era da velocidade e da informação em tempo real por um outro modelo – o da capacidade de gerar novos conhecimentos e identificar oportunidades (conteúdos), em uma relação de interdependência (autonomia relativa), sob a forma empreendedora. […] Mas os sistemas educacionais de geração de competências, a educação formal e o aprendizado cultural (a não ser nos "grupos sociais" habilitados a transmitir a capacidade empreendedora) não estão preparados para a nova realidade. Na verdade, ainda não formaram consciência institucional dela. (Ibid, p. 23)

A capacidade empreendedora é apresentada como estratégia para enfrentar o novo ambiente social, no qual a escassez de empregos não decorre de falhas no sistema capitalista, mas sim de novos padrões de desenvolvimento baseados no conhecimento como condição para criar oportunidades de progresso econômico e social. Nota-se a simetria entre a concepção de empreendedorismo de Dolabela e o projeto de desenvolvimento da Terceira Via, os quais entendem que é possível no capitalismo a construção de uma sociedade desenvolvida economicamente e, ao mesmo tempo democrática, através do comportamento pró-ativo dos sujeitos, capazes de criar suas oportunidades e não mais a passividade característica da segunda metade do século XX, quando as oportunidades eram criadas por agentes públicos através de políticas sociais.

Nesse sentido, fica evidente a funcionalidade do empreendedorismo na adaptação dos indivíduos às condições históricas de um capitalismo reestruturado, no qual não há empregos para todos e, diante desta situação, a solução fica por conta do sujeito que deverá desenvolver capital humano para abrir o próprio negócio. O que representa uma estratégia extremamente positiva para os grupos hegemônicos do capitalismo, pois controla duas situações que inibem a reprodução do sistema: primeiro, porque distensiona a relação capital-trabalho, uma vez que, o autoemprego alivia o capital que não mais precisa arcar com direitos trabalhistas e, segundo, porque

supostamente o empreendedorismo gera renda, o que torna o sujeito economicamente ativo, reativando o consumo.

Para Dolabela, todos os seres humanos podem desenvolver o "espírito empreendedor que está relacionado à capacidade de conceber um futuro, imaginar, criar esse futuro e ter a ousadia e coragem para transformar esse futuro em realidade"[19]. Contudo, o empreendedor não surge por acaso, algumas condições são necessárias para a materialização de suas ações, a partir de muito esforço e energia do próprio sujeito que se propõe a empreender – "transpiração" nas palavras do autor, no contexto mais amplo, a democracia, a cooperação e, uma estrutura horizontalmente hierárquica – sob a forma de redes, são elementos fundamentais para a geração de capital social, que:

> […] pode ser entendido como a capacidade dos membros de uma comunidade se associarem e se organizarem em torno da solução de seus problemas e da construção de sua prosperidade social e econômica. […] Nos países que hoje oferecem melhores condições de vida para sua população, o estoque de capital social existente já é suficiente para liberar espírito empreendedor em altas doses. (DOLABELA, 2003, p. 25 -50)

Entretanto, tal ambiente descrito por Dolabela como favorável ao desenvolvimento do empreendedor, se contrastado com dados de pesquisa não corrobora com a realidade. De acordo com pesquisa publicada pelo Global Entrepreneurship Monitor - GEM[20] de 2015, no ranking de Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial (agrupados de acordo com o PIB per capita e a parcela relativa aos bens primários) dos 27 países integrantes, os oito primeiros colocados são países pertencentes a regiões do mundo com baixos índices de desenvolvimento social e econômico[21], em que o Brasil aparece em oitavo lugar, empatado com o México.

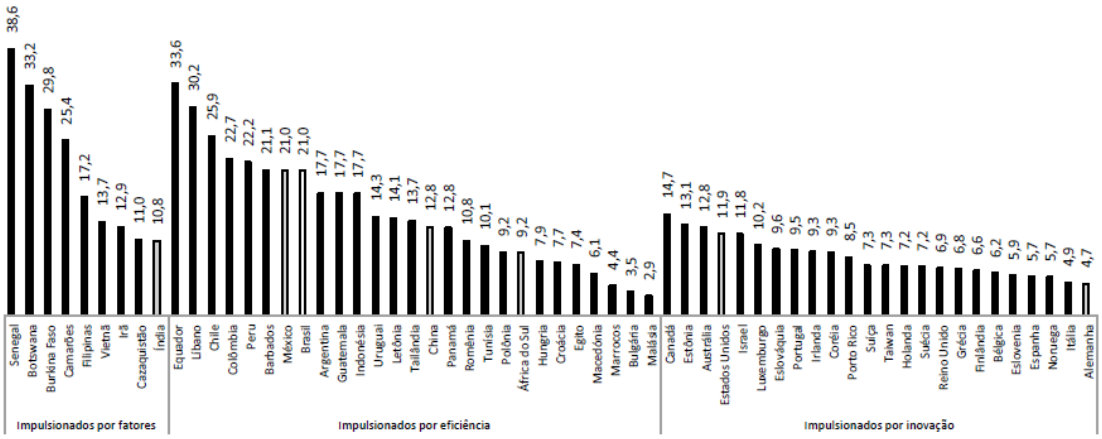
---

[19]Trecho retirado de uma entrevista concedida por Fernando Dolabela ao programa "Raio X" da TV Estadão. (disponível em : http://www.fernandodolabela.com.br Acesso em 22 de Nov. 2016)

[20] O Monitoramento de Empreendedorismo Global é o maior estudo unificado de atividade empreendedora no mundo. Reunindo dados de mais de 300 instituições acadêmicas e de pesquisa distribuídas por mais de 100 países. No Brasil, o GEM possui como principais colaboradores o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas – FGV.

[21] Embora o México esteja localizado na América do Norte, seu perfil de desenvolvimento social e econômico não é similar aos demais países desta região.

Figura 1 – Taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA) dos países participantes do GEM agrupados segundo a fase de desenvolvimento econômico - 2015



Fonte: GEM 2015

Se as taxas de empreendedorismo TEA do Brasil forem cruzadas com países pertencentes ao BRICs, ou com as potências EUA e Alemanha, teremos o seguinte resultado:

> De 2014 a 2015, o Brasil passou do décimo para o oitavo lugar no ranking dos 27 países de economias impulsionadas pela eficiência, com uma TEA de 17,2% em 2014 e 21,0% em 2015. Se comparado aos países selecionados o Brasil apresenta a TEA mais alta do grupo, superando os países componentes dos BRICs, os Estados Unidos e a Alemanha". (GEM, 2015, p. 26)

O documento destaca o crescimento do Brasil em relação aos países que compõem os BRICs e, especialmente, se comparado a países mais desenvolvidos como Estados Unidos e Alemanha, sendo que, a soma das taxas de TEA destes dois últimos atinge o percentual de 16,6 – bem abaixo dos 21,0 atribuídos ao Brasil. Essa discrepância é analisada ao longo do relatório, apresentando como possíveis hipóteses a questão de que, em países com altos índices de desenvolvimento social e econômico, existe uma maior oferta de oportunidades de empregos atraentes, ao passo que, nos países com menor desenvolvimento destes aspectos, a mão de obra menos qualificada representa um elemento fundamental para a escassez de empregos[22], "restando, a uma

[22] Os níveis elevados de empreendedorismo atribuídos pelo GEM aos países menos desenvolvidos social e economicamente serão debatidos ainda neste capítulo, quando abordarei a proposta do empreendedorismo enquanto forma de organização do trabalho, com enfoque na qualidade das condições de trabalho.

parcela significativa da população, a alternativa de empreender para sobreviver" (Ibid, p. 27).

Para Dolabela (2003), a pobreza é produzida pela falta de oportunidades existentes em um ambiente demasiadamente regulado, em que as burocracias inibem a inovação e, consequentemente, a criação de ocupações dignas à população. Como resposta a esta problemática, a educação para o empreendedorismo através de seu potencial inovador, surge como estratégia para a redução das desigualdades na sociedade globalizada. Portanto, a proposta da educação empreendedora de Dolabela tem como premissa a igualdade de oportunidades, que corresponde a um objetivo possível de ser alcançado a partir do desenvolvimento das capacidades empreendedoras e, para tal desafio, as instituições educacionais possuem um papel decisivo.

A função da escola seria a de proporcionar uma atmosfera propícia para a concepção, por parte do indivíduo, do "sonho estruturante", que corresponde ao "sonho que se sonha acordado, capaz de conduzir a autorrealização" (Ibid, p 38). O autor ressalta que, embora na concepção o sonho seja individual, na prática seu efeito deve ser coletivo, produzindo valores, não só econômicos, mas culturais para a sociedade. Nesse ponto, a proposta de Dolabela caracteriza o conceito de empreendedorismo como "uma forma de ser", transcendendo a dimensão econômica, ampliando-o para todas as atividades, lucrativas ou não. Em seguida, cita exemplos:

> No governo e no terceiro setor, são principalmente os empreendedores que, por meio de cooperação, imaginação criadora e ousadia, geram valores a partir de recursos escassos ou inexistentes. São empreendedores os pesquisadores que, com um olhar diferente sobre seu objeto de trabalho, contribuem para transformar conhecimento em riqueza. São empreendedores os heróis anônimos da nossa economia que, contra tudo e contra todos, teimam em criar micro e pequenas empresas e geram importantes valores humanos e econômicos para a sociedade. São empreendedores os profissionais do ensino que estão, silenciosamente, fazendo a revolução na educação, formando empreendedores e tornado-se empreendedores. (Ibid, p. 36)

Para Dolabela, o empreendedor representa o germe da transformação, capaz de tornar o projeto de uma nova sociedade realidade, visto que se trata, antes de tudo, de um sonho coletivo. Fomentar a produção de conhecimento para atingir estes objetivos é a função da educação empreendedora, focar no micro, no indivíduo, almejando o macro, o desenvolvimento da sociedade como um todo. Ao longo da construção de sua teoria, o autor apropria-se de conceitos freireanos, quando destaca o papel político da educação,

especificamente a partir de postulados éticos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, partindo da realidade concreta da comunidade para construir o conhecimento capaz de contribuir para a melhoria nas condições de vida das pessoas.

> A pedagogia empreendedora postula uma situação educacional que transforma alunos, professores e comunidade em atores da criação do novo conhecimento social, da nova cultura, em que o principal aprendizado é a autoestima coletiva, a construção da cooperação. (Ibid, p. 54)

O empreendedor deve ser instigado desde a tenra idade à proposta da pedagogia empreendedora, que abarca toda a educação básica – dos 4 aos 17 anos, com planejamentos de intervenções diferenciadas de acordo com a faixa etária.

> Essa metodologia é voltada para o desenvolvimento social, redefinindo uma proposta empreendedora para o Brasil. Ela vê o empreendedorismo como um instrumento muito forte não só de desenvolvimento de geração de riqueza, mas também como um fenômeno social e cultural. Na Pedagogia empreendedora, vemos o problema econômico como consequência de soluções ideológicas, sociais e culturais. Eu a vejo como um instrumento de combate à miséria. A Pedagogia empreendedora e o empreendedorismo que eu defendo, que eu pratico, é aquele que pode provocar a mudança cultural. Estamos falando de mudança, e não de transferência de um conteúdo cognitivo convencional. Estamos falando de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas porque é esse relacionamento que estimula ou inibe a capacidade empreendedora. Um relacionamento fortemente hierarquizado, autocrático, tende a destruir a capacidade empreendedora. Já um relacionamento democrático, em rede, onde todos têm a mesma autonomia, têm o poder de influenciar seu próprio futuro e o de sua comunidade; tende a disseminar o empreendedorismo. (Ibid, p. 128).

Desta forma, Fernando Dolabela apresenta a pedagogia empreendedora como a proposta que pretende possibilitar aos sujeitos envolvidos no processo educativo mais do que desenvolver potencialidades com vistas à criação de seus próprios negócios, no sentido estritamente econômico, mas sim a formação de uma cultura fundamentada na igualdade de oportunidades como mecanismo para o desenvolvimento econômico e social. Este discurso não problematiza aspectos essenciais das relações sociais, ocultando as contradições que conformam a desigualdade em nossa sociedade, pelo contrário, busca adaptar os sujeitos às exigências da lógica exploratória do capitalismo.

Outro relatório emitido por organismos internacionais que recomenda a educação para o empreendedorismo no contexto da América Latina foi recentemente publicado, conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), intitulado "Perspectivas Econômicas para a América Latina 2017 – Juventude, Competências e Empreendedorismo". O documento, que está em sua segunda edição, busca traçar estratégias para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, analisando a situação social e econômica dos países desta região em comparação com outras regiões do mundo em estágio mais elevado de desenvolvimento e, a partir dessa análise, procura recomendar soluções para a melhoria na qualidade de vida da população latino-americana e do Caribe.

Na sua segunda edição, o relatório traz como temática central a Juventude e os seus desafios para a inclusão social e produtiva, apresentando uma análise detalhada da participação dos jovens latino-americanos e caribenhos em atividades produtivas, examinando sua inserção no mercado de trabalho, quais as competências adquiridas por estes jovens e as atividades empresariais que desenvolvem. De acordo com o relatório, a América Latina e Caribe têm presenciado um rápido desenvolvimento das atividades empresariais. Contudo, esse movimento tem favorecido empreendimentos de alto crescimento econômico que oferecem empregabilidade e mobilidade social a poucos indivíduos,

> A América Latina e Caribe têm poucos empresários de alto nível e muitos empresários de subsistência. A prevalência de autoemprego entre os jovens (16%) é quase três vezes a prevalência na OCDE (6%). Apenas 13% dos jovens empresários desta região têm ensino superior, em comparação com 33% nas economias da OCDE. A participação do setor Privado aumentou não só a partir da perspectiva de financiamento e investimento, mas também através de novos atores que passaram a apoiar o surgimento de negócios inovadores. No entanto, os jovens empresários enfrentam ainda mais desafios que os adultos quando se trata de acesso a instrumentos de financiamento, a capacitação para o desenvolvimento de competências, desenvolvimento de redes de negócios e cultura empresarial, acesso a novos mercados e superação de barreiras regulatórias. (OCDE/CEPAL/CAF, 2017, p. 17)

O trecho acima demonstra a preocupação dos autores do relatório com os entraves existentes para o desenvolvimento do empreendedorismo entre os jovens da América Latina e Caribe, destacando alguns aspectos que merecem maior atenção por parte de agentes públicos e privados locais, no intuito de estimular a continuidade da expansão dos empreendimentos entre os jovens, mas com maior qualidade. Dentre os aspectos elencados, além de linhas públicas de crédito ou canais de financiamento privado, a educação é enfatizada como condição para que os jovens desenvolvam as

competências que os credenciarão a atingir sucesso em seus empreendimentos. A juventude é vista como grupo focal para o desenvolvimento das capacidades empreendedoras, pois estes sujeitos são fruto da sociedade do conhecimento que caracteriza o processo histórico da globalização, são usuários de tecnologia e encontram-se em fase de desenvolvimento cognitivo, o que facilita a adaptação às inovações que a cultura empresarial contemporânea vem produzindo. Além disso, outro componente importantíssimo é a particularidade demográfica da América Latina e Caribe que, ao contrário das regiões da OCDE, conta com uma expressiva maioria de jovens na composição total da população. Segundo o relatório, cerca de um quarto da população tem idade entre 15 e 29 anos.

> Capacitar os jovens é um investimento sábio para o crescimento inclusivo nestes tempos de desafios econômicos e políticos. Competências e empreendedorismo podem capacitar os jovens para desenvolver atividades econômicas intensivas, conhecimento para garantir o sucesso de sua transição da escola para o trabalho, criando o futuro que eles aspiram aumentando a produtividade na região. (Ibid, p. 17)

A expressiva participação dos jovens junto às atividades empreendedoras também pode ser verificada através dos dados apresentados nos relatórios do Monitoramento de Empreendedorismo Global – GEM. A metodologia de pesquisa realizada pelo GEM estabelece dois perfis de empreendedores, os Iniciais (nascentes e novos) e os Estabelecidos[23]. No quadro abaixo podemos acompanhar as taxas de empreendedorismo no Brasil entre jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, entre 2013 e 2016:

Quadro 3 - Taxas específicas de Empreendedorismo segundo faixa etária (18-24 anos) em percentual %– Brasil

Ano	Iniciais	Estabelecidos	Total
2013	16,2	4,5	20,7

[23]Os empreendedores nascentes estão envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas que ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses. Já os empreendedores novos administram e são proprietários de um novo negócio que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três e menos de 42 meses. Esses dois tipos de empreendedores são considerados empreendedores iniciais ou em estágio inicial. Os empreendedores estabelecidos administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de 42 meses (3,5 anos).

2014	18,4	4,5	22,9
2015	20,8	4,8	25,6
2016	20,1	5,5	25,6

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados retirados dos relatórios GEM 2013, 2014, 2015 e 2016

Segundo os relatórios GEM, a taxa de empreendedorismo no Brasil entre os jovens entre 18 e 24 anos[24] tem crescido desde 2013, dos quais o percentual de Empreendedores Iniciais – TEA, que estão envolvidos na estruturação ou administram algum negócio capaz de gratificar-se monetariamente por até 42 meses (3,5 anos), é significativamente maior que os Empreendedores Estabelecidos- TEE. Esta verificação permite apontar que, no Brasil e nesta faixa etária, os empreendimentos pouco prosperam.

O incentivo à educação empreendedora para os jovens na América Latina também é destacado pelo Estudo Regional "Promoção do Empreendedorismo e da Inovação Social Juvenil para a América Latina – 2016", elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Centro Regional para a América Latina e o Caribe, que faz parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD[25]. O documento destaca a necessidade dos sistemas educacionais dos países latino-americanos em se comprometerem com a capacitação de seus jovens, visando ao desenvolvimento econômico e social da região. Em conformidade com o relatório OCDE/CEPAL/CAF (2017), a educação para o empreendedorismo é apresentada com uma estratégia capaz de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho e produzir riquezas para a sociedade. O panorama sobre o empreendedorismo apresentado ressalta as elevadas taxas de ocorrência desta atividade vinculadas à vulnerabilidade social na América Latina,

> Ainda que a maioria dos empreendedores dizem que se interessaram por acaso, o empreendedorismo motivado por necessidade alcança aproximadamente 30% dos empreendedores. Este nível é superior ao

[24]A escolha desta faixa etária deu-se em função da discussão sobre o empreendedorismo na juventude.

[25]O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é um órgão da Organização das Nações Unidas – ONU - que tem por objetivo promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras atividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 166 países onde possui representação. (disponível em: http://www.br.undp.org)

> registrado na Ásia e Oceania, Europa e América do Norte. Inclusive, para a Guatemala, Panamá e Brasil a motivação de empreender por necessidade ascende a mais de 40%, enquanto que no México, Uruguai e Barbados é inferior a 20%. (OIT, PNUD, 2016, p. 13 -14)

No Brasil, o empreendedorismo começou a ser difundido através da criação de cursos superiores de graduação e pós-graduação, a partir da década de 1980, respectivamente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Universidade de São Paulo (USP). Contudo, foi a partir de uma parceria entre o Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a implementação do programa Empretec, que a temática do empreendedorismo ganhou espaço no cenário nacional. O Empretec consiste em uma metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para o desenvolvimento de características de comportamento empreendedor e para a identificação de novas oportunidades de negócios, promovido em cerca de 40 países[26]. O programa é ofertado pelo SEBRAE, na modalidade presencial em forma de seminário, os candidatos devem realizar uma entrevista na qual será identificado o perfil empreendedor dos selecionados que deverão realizar,

> […] 60h de capacitação em seis dias de imersão em que o participante é desafiado em atividades práticas, cientificamente fundamentadas que apontam como um empreendedor de sucesso age, tendo como base 10 características comportamentais: busca de oportunidade e iniciativa, persistência, correr riscos calculados, exigência de qualidade e eficiência, comprometimento, busca de informações, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemáticos, persuasão e rede de contatos, independência e autoconfiança. (Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/empretec-fortaleca-suas-habilidades-como-empreendedor,db3c36627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD, acesso em: 22 de abril de 2017)

O papel de relevo que o SEBRAE desempenha na difusão e apoio ao empreendedorismo no Brasil merece destaque, em todas as edições da pesquisa GEM a instituição é lembrada como o principal órgão de apoio ao empreendedorismo no Brasil. Este protagonismo do SEBRAE pode ser verificado na tabela abaixo,

---

[26] Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/empretec-fortaleca-suas-habilidades-como-empreendedor,db3c36627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD , acesso em 23 de abril de 2017

Quadro 4 – Percentual do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio – Brasil – 2016.

Órgãos de apoio	%
Procurou algum órgão de apoio	13,4
Principais órgãos de apoio procurados[1]	
SEBRAE	68,1
SENAC	19,0
SENAI	14,9
Outros[2]	12,3

Fonte: GEM Brasil – 2016

Desta forma, a história do SEBRAE pode ser associada com a própria chegada do empreendedorismo no Brasil. No quinto capítulo desta dissertação, descreverei a relação do Instituto Empreender Endeavor com o SEBRAE e qual o papel desta instituição na rede de relação estabelecida pelo IEE.

Em 1992, o Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – criou o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), com o objetivo de ser um núcleo de aproveitamento industrial dos resultados acadêmicos. No mesmo ano, a Universidade de São Paulo criou o Programa de Formação de Empreendedores a fim de auxiliar profissionais da comunidade na abertura de empresas. Este programa estava sob a responsabilidade da Faculdade de Economia e Administração de Empresas e o SEBRAE/SP. Ainda no ano de 1992, a Universidade Federal de Santa Catarina iniciou a Escola de Novos Negócios, cuja missão era elaborar projetos universitários internos, externos e estabelecer parcerias com organismos internacionais, sendo que a responsabilidade pela organização era da própria Universidade.

Ainda em 1992, foi criada no Brasil a Escola de Novos Empreendedores, conhecida como ENE. Esta escola foi instituída como um programa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que estava vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Tinha a missão de promover ações de intercâmbio com a sociedade, elaborar projetos universitários internos, externos e estabelecer parcerias com organismos internacionais, também nela a responsabilidade pela organização era da

própria Universidade. Todas essas ações buscavam resultar na criação e no desenvolvimento de uma cultura empreendedora.

No ano de 1993, criou-se uma rede de ensino de empreendedorismo por meio do programa Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX10/CNPq) com o núcleo Sociedade Mineira de Software/Minas Gerais (FUMSOFT/MG), com o desenvolvimento de uma metodologia de ensino de empreendedorismo, que atingiu mais de 100 departamentos de ensino de informática em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Foi a partir da criação da SOFTEX, na década de 1990, que se deu conhecimento ao termo *Plano de Negócios* no país e começou a difusão do ensino de empreendedorismo em parcerias com as Universidade/cursos de ciência da computação/informática. A intenção, com a criação da SOFTEX, era dar capacitação técnica e mercadológica na área de negócios, fortalecendo assim a competitividade das empresas da área de informática no mercado externo.

Em 1995, a Escola Federal de Engenharia de Itajubá – MG (EFEI) criou o programa Gestão Empresarial de Formação Empreendedora (GEFEI) em Itajubá, com o intuito de promover o ensino de empreendedorismo na instituição. Também em 1995 acontece a criação do Grupo de Estudos da Pequena Empresa (GEPE) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ainda neste ano, em Pernambuco, na Universidade Federal foi criada a Pré-Incubadora (precursora da incubadora Recife-Beat) sob a responsabilidade do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, o CESAR, e da Associação para Excelência do Software Brasileiro, denominada como SOFTEX. Neste mesmo ano, a Universidade de Brasília também ingressou no ensino do empreendedorismo ao criar a Escola de Empreendedores com o propósito de sensibilizar para o ensino do empreendedorismo na instituição. A responsabilidade para atingir este objetivo ficou a cargo da própria instituição, juntamente com o SEBRAE-DF.

Em 1996, a Universidade Federal de Pernambuco, no departamento de Ciências da Computação, inseriu a disciplina de Empreendedorismo no curso de graduação em Ciências da Computação e, em 1997, foi criada a Gestão Empresarial de Formação Empreendedora em Itajubá (REUNE).

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1999, foi criada o Programa Engenheiro Empreendedor, com a finalidade de oferecer cursos na área de

empreendedorismo e de organizar concursos de planos de negócios para alunos das engenharias.

Nessa tendência, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também começou a oferecer a disciplina de empreendedorismo em seus diversos cursos, sendo o motivo que levou a Universidade a criar a disciplina de empreendedorismo em seus diversos cursos o fato de que o Brasil se apresentava entre os 10 países em que mais se abriam empresas no mundo. Porém, a falência destas empresas apresentavam altos índices. Esta constatação serviu de motivação para a instituição procurar formar melhor os estudantes para a gestão de negócios, preparando-os para serem empreendedores. A Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP (FEEC) passou a oferecer a disciplina de empreendedorismo tecnológico como parte de sua matriz curricular. O Departamento de Sistemas e Computação da Universidade Federal de Campina Grande/PB tomou o ensino de empreendedorismo como um de seus principais temas (COAN, 2011).

Desde então, o empreendedorismo vem recebendo destaque no cenário nacional, havendo inclusive vontade política, a partir da ação de parlamentares e de grupos que estes representam, de inserir o empreendedorismo como uma disciplina obrigatória nos currículos nacionais da educação básica. Em 2010 o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um parecer[27] sobre esta matéria, orientando que o empreendedorismo deve ser tratado no currículo como tema transversal, que perpassa, portanto, todos os conteúdos, disciplinas e áreas do conhecimento (BRASIL, 2010).

Destaca-se também a criação da Lei 128/2008 que altera a Lei Complementar 123/2006 estabelecendo o regramento jurídico do Microempreendedor Individual. Esta legislação tem por objetivo facilitar a condição dos empreendedores no Brasil através da redução no percentual de tributações, ou isenção de alguns impostos como os federais. Além disso, o empreendedor formalizado como MEI tem acesso a benefícios previdenciários.

Uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir das palavras “Empreendedorismo e Educação”, filtrando a busca apenas na área da Educação, resultou na indicação de 42.418 trabalhos, o que demonstra o interesse e a difusão da educação para o empreendedorismo na sociedade acadêmica.

---

[27]Parecer CNE/CEB nº 13, homologado pelo Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2010.

Diante da impossibilidade de analisar toda esta infinidade de trabalhos, selecionei algumas dissertações e teses que auxiliaram na compreensão dos principais conceitos sobre o empreendedorismo. Nesse sentido, destaco duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

Em 2001, Alcivam Paulo de Oliveira concluiu sua dissertação de mestrado com o título: “A relação universidade-empresa a partir do empreendedorismo – um estudo sobre o confronto de lógicas no contexto de crises e reformas”, junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. A pesquisa abordou os impactos causados pela introdução da lógica de mercado, característica do conteúdo do empreendedorismo, na universidade pública.

Em 2008, Aguinaldo Luiz de Lima apresentou na Faculdade de São Paulo a dissertação de mestrado “Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora”. Nesta pesquisa, o autor aborda as condições favoráveis à disseminação do empreendedorismo no Brasil através das políticas educacionais, demonstrando como a temática foi mitificada com a promessa de compensar os “perdedores da globalização”, analisando os riscos desta proposta, em particular, os efeitos na realidade de trabalhadores em condição de vulnerabilidade social. O autor concluiu que a proposta da educação empreendedora, a partir de cursos de capacitação, busca adaptar os trabalhadores às condições impostas pelo capitalismo globalizado, transferindo para o indivíduo esta tarefa, justiçando o sucesso e o fracasso pela incorporação das competências empreendedoras e que, esse processo, contribui inclusive para o agravamento das más condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Em 2011, Marival Coan apresentou sua tese de doutoramento junto ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o título: “Educação para o empreendedorismo – implicações epistemológicas, políticas e práticas”. Este trabalho representou a maior referência no universo acadêmico para a construção dos argumentos defendidos nesta dissertação sobre o IEE. Em sua pesquisa, Marival Coan analisou os principais pressupostos que sustentam a educação empreendedora, bem como a expansão do empreendedorismo através de cursos de qualificação que buscam formar um trabalhador de novo tipo, caracterizado como trabalhador/empreendedor com perfil e espírito inovador, criativo e proativo, capaz de criar seu próprio negócio. No campo empírico, a autora realizou uma análise comparativa entre cursos de educação empreendedora implementados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no contexto da União Europeia, especificamente

na universidade portuguesa do Minho. Dentre as diversas contribuições desta pesquisa, destaco a tese defendida de que a educação empreendedora constitui-se como uma nova pedagogia da hegemonia, como estratégia ideológica para enfrentar as consequências da globalização capitalista e do neoliberalismo, ao preconizar a necessidade de políticas focadas no alívio da pobreza e, simultaneamente, estimular a competitividade e o individualismo como valor moral a ser buscado por todos, produzindo estratégias políticas que produzem o consenso em torno do projeto burguês de sociedade.

De acordo com a análise feita nesta seção, a educação para o empreendedorismo possui forte vinculação com as ideologias que sustentam o atual processo de reestruturação do capitalismo, as quais buscam legitimar a lógica de mercado como paradigma do mundo contemporâneo. A fim de atingir este objetivo, as elites hegemônicas operam estratégias para disseminar na sociedade sua visão de mundo, incorporando a seus discursos demandas das classes subalternas, como a construção da justiça e inclusão social, tornando-se a educação um vetor extremamente eficiente para esta finalidade. Nesta direção, o conteúdo da educação empreendedora busca a adaptação dos sujeitos às demandas do mercado capitalista. O que está em jogo, mais uma vez, é a conquista por espaços de poder no seio e por meio da sociedade civil.

4.3. Empreendedorismo: autonomia ou precarização do trabalho?

> *"o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e ritmo de trabalho". Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de "empresa enxuta", "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram-se de expressões que de certo modo estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como autonomia, participação social, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa.*
>
> *Ricardo Antunes*

Nesta seção, o foco da análise serão as condições de trabalho dos empreendedores e as motivações que levam os sujeitos a empreender. Para tanto, utilizarei artigos e relatórios emitidos por instituições nacionais e internacionais que expressam dados sobre o empreendedorismo.

Nos mais de dois séculos de existência do capitalismo, algumas reivindicações da classe trabalhadora passaram ao status de demandas históricas, como a luta por autonomia, face à lógica exploratória que cada vez mais subordina o trabalho ao capital, afastando o trabalhador de seus direitos. Nesse sentido, muitos trabalhadores parecem partilhar a ideia de que, ao abrir o seu próprio negócio, estariam menos dependentes e, consequentemente, empoderados para tomar decisões e gozar de uma maior liberdade na vida.

Entretanto, o crescimento das atividades empreendedoras nas duas últimas décadas não pode ser associado unicamente à mobilização dos trabalhadores em busca de maior autonomia no ambiente de trabalho. É, também, resposta à crise estrutural do capitalismo, analisada na terceira seção do capítulo dois desta dissertação, quando um novo padrão de acumulação foi colocado em prática com a sustentação ideológica do neoliberalismo e da Terceira Via, o que representou a reestruturação do setor produtivo e o impulso às políticas públicas em prol de uma perspectiva de livre iniciativa. Tal processo marcou a *desverticalização* industrial que abriu espaço para a proliferação de organizações do setor de serviços, tendo como consequência a flexibilização dos regimes de trabalho, baseados em subcontratações precarizadas por tempo determinado. No campo político, estas transformações foram acompanhadas pela deteriorização da proteção social dos trabalhadores em nome do aumento da competitividade das empresas, seguido da proliferação das Organizações da Sociedade Civil no atendimento das políticas sociais, tais como ONGs, OSCIPs. Devido a este quadro,

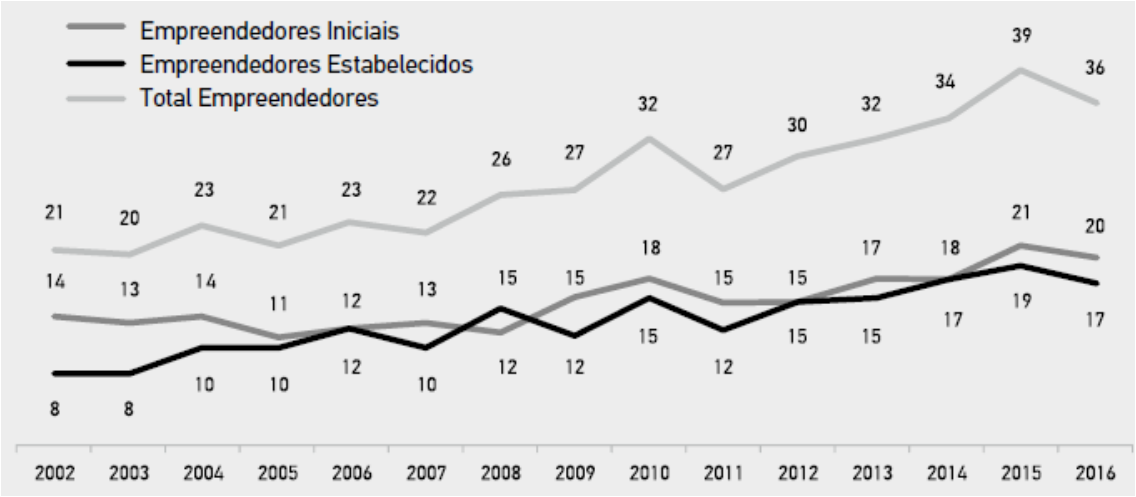
> […] muitos trabalhadores, especialmente aqueles não absorvidos pelo setor de serviços ou comércio, viram-se obrigados a procurar alternativas de trabalho para suas subsistências, em condições adversas, passando a atuar como temporários, autônomos ou sendo deslocados para a informalidade, onde as condições eram ainda mais precárias. (VASCONCELLOS; DELBONI, 2015, p. 56)

A partir disso, o crescimento das atividades empreendedoras no mundo, especialmente em regiões onde a população encontra-se em situação de vulnerabilidade social, tem sido abordado por muitas pesquisas. Desde 1999 o Monitoramento de Empreendedorismo Global – GEM tem apresentado um panorama anual das atividades empreendedoras no mundo. Hoje, a pesquisa trabalha com dados de 65 países espalhados por todas as regiões do planeta, tendo o Brasil participado das pesquisas desde sua segunda edição. A metodologia da pesquisa GEM também estabelece entre os

países integrantes três fatores de diferenciação: i – impulsionados por inovação, correspondente aos países que apresentam maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico, ii – impulsionados por eficiência, corresponde aos países caracterizados pelo avanço da industrialização e ganhos em escala, com predominância de organizações intensivas em capital e, ainda, iii – impulsionados por fatores, países caracterizados pela predominância de atividades com forte dependência dos fatores trabalho e recursos naturais.

De acordo com o relatório GEM 2016, o Brasil desde 2002 tem apresentado um crescimento significativo das atividades empreendedoras.

Figura 2 – Taxas de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE – Brasil 2002/2016. Percentual da população de 18 a 64 anos



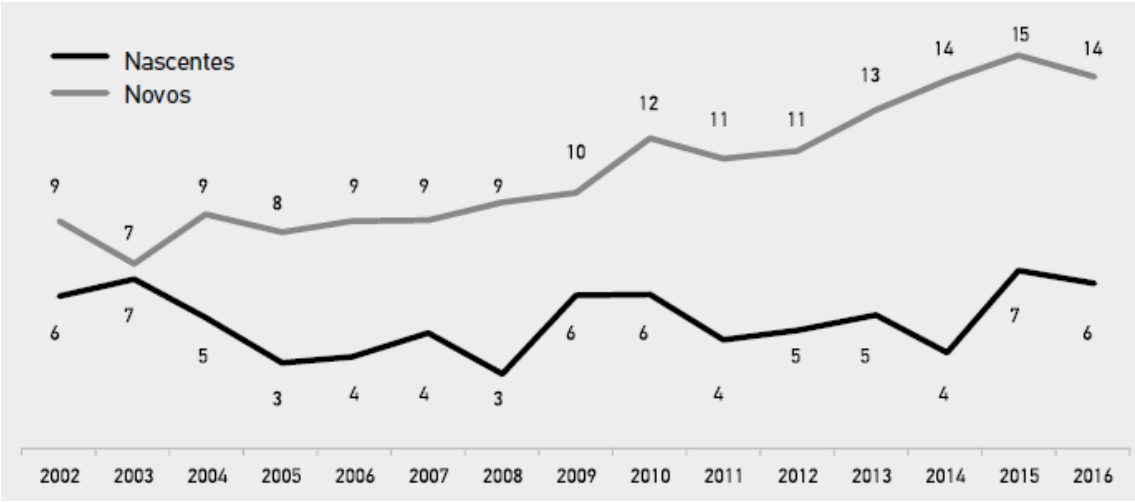
Fonte: pesquisa GEM 2016.

No gráfico podemos verificar o crescimento exponencial nas taxas totais de empreendedorismo com picos a partir de 2011, momento em que o país passou a enfrentar com maior intensidade os reflexos da crise mundial. Neste período, o PIB brasileiro que vinha crescendo desde o ano de 2005, chegando ao índice de 7,5% em 2010, começou a despencar até atingir o índice negativo de -3,6% em 2016. No mesmo período, de 2011 a 2016, o desemprego duplicou de 6% para 12%[28]. Nessa direção, o crescimento do empreendedorismo em uma conjuntura de crise econômica demonstra que, diante da escassez de empregos, os indivíduos buscam criar suas próprias oportunidades por meio do autoemprego a fim de gerar renda. O gráfico também

[28] Fonte de dados IBGE.

demonstra que as taxas mais elevadas são de empreendimentos em estágio inicial. Este tipo de empreendedorismo divide-se em Nascentes (que ainda não geraram remuneração aos proprietários por mais de três meses) e Novos (que geraram remuneração aos proprietários por mais de três e menos de 42 meses). Os dados relativos a esta categorização de empreendimentos podem ser verificados na sua especificidade no gráfico abaixo.

Figura 3 – Taxas de empreendedorismo Novo e Nascente – Brasil 2002/2016. Percentual da população de 18 a 64 anos

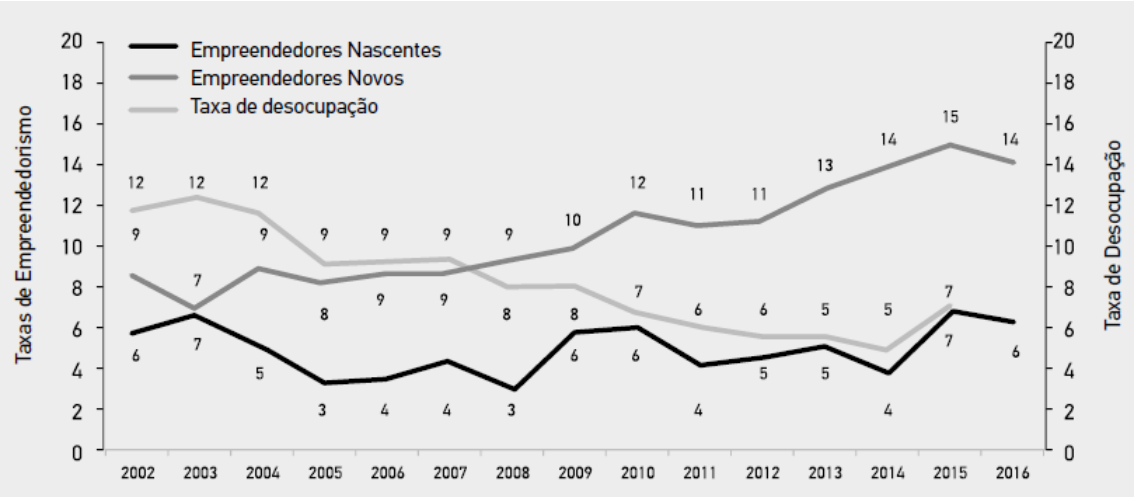


Fonte: pesquisa GEM 2016

Com percentuais diferentes desde o início da pesquisa, numa relação de 3% de superioridade para os empreendimentos considerados novos, chama atenção o crescimento significativo das taxas de TEA (novos) em relação às taxas TEA (nascentes), sendo que estas últimas mantiveram-se estáveis em 6%, enquanto que os empreendimentos capazes de gerar rendimentos ao proprietário por no máximo três anos e meio cresceram 46% em 14 anos.

Este quadro pode ser incrementado se as taxas de empreendedorismo iniciais forem relacionadas com os índices de desocupação da população brasileira no mesmo período. De acordo com o gráfico abaixo, percebemos a correlação entre o crescimento das taxas de empreendedorismo iniciais, especialmente os considerados novos, com a redução das taxas de desocupação. Nota-se uma relação inversa entre as respectivas taxas, indicando que de 2002 a 2014 o número de indivíduos desocupados diminuiu, influenciado principalmente pelo aumento das taxas de empreendedorismo.

Figura 4 – Taxa de Desocupação e taxas de empreendedorismo Novo e Nascente.



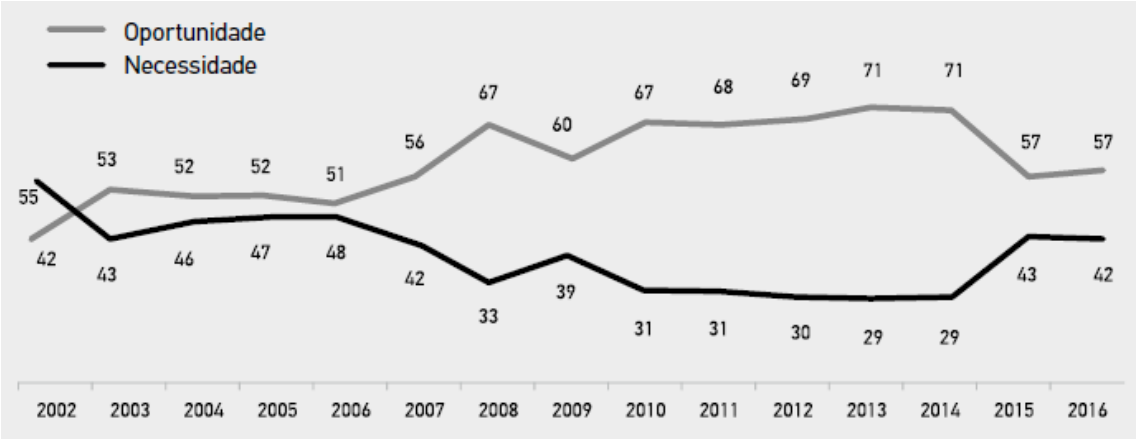
Fonte: pesquisa GEM 2016 – Brasil 2002/2016. Porcentagem da população brasileira de pessoas desempregadas ou desocupadas (entre 18 e 64 anos): aquelas que não estavam trabalhando, estavam disponíveis para trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa (segundo IBGE).

Outro importante fator para a análise do empreendedorismo fica por conta do impulso que leva os sujeitos a empreender. Neste quesito, a pesquisa GEM define a motivação ao empreendedorismo a partir de duas situações: o empreendedorismo por oportunidade e o empreendedorismo por necessidade.

> Os empreendedores por necessidade decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego, propondo-se criar um negócio que gere rendimentos, visando basicamente a sua subsistência e de seus familiares. No que concerne aos empreendedores por oportunidade, o GEM define-os como capazes de identificarem uma chance de negócio ou um nicho de mercado, empreendendo mesmo possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda (GEM, 2016, p. 29).

A escolha pela amostragem do empreendedorismo em estágio inicial – TEA, deu-se em função de que, nesta categorização, as taxas de empreendedorismo no Brasil em todos os anos da pesquisa GEM apresentaram índices muito superiores em relação ao empreendedorismo estabelecido – TEE.

Figura 5 – Taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da taxa de empreendedorismo inicial – Brasil – 2002/2016



Fonte: pesquisa GEM 2016. De acordo com a pesquisa, a soma pode não totalizar 100% pelo fato de que em alguns empreendimentos não é possível distinguir se é por oportunidade ou necessidade.

No gráfico, percebemos que as taxas de empreendedorismo por oportunidade cresceram, superando as taxas de empreendedorismo por necessidade. Este quadro deve ser ressaltado, pois sua ocorrência coincide com o mesmo período em que a economia brasileira apresentou dificuldades. Essa mudança na relação entre as taxas de empreendedorismo impulsionado por necessidade e por oportunidade, justamente em um momento de crise financeira, segundo o relatório GEM (2016), pode ser indicativo de uma relativa independência do empreendedorismo em estágio inicial com o nível de atividade econômica, devido a fatores como: i - o aumento do nível de escolaridade dos brasileiros, propiciando a difusão da cultura empreendedora; ii - o surgimento de uma legislação que facilitou a atividade no país, através da criação da lei do Micro Empreendedor Individual (MEI); iii – o crescimento de empreendimentos mais simples, de menor escala de faturamento.

O primeiro fator foi apresentado na segunda seção deste capítulo, respectivamente Empreendedorismo e Educação, quando foram apresentados dados referentes ao crescimento do empreendedorismo no campo da educação brasileira, através de instituições especializadas na educação empreendedora que ofertam cursos de capacitação, como é o caso do Instituto Empreender Endeavor, objeto desta dissertação, ou da inclusão do conteúdo do empreendedorismo nos currículos da educação regular em todos os níveis. Para um melhor panorama da relação entre empreendedorismo e educação no Brasil, faz-se a análise do seguinte quadro:

Quadro 5 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial (TEA) segundo nível de escolaridade em percentual %- Países Selecionados.

Países	Alguma educação	Secundário completo	Pós--secundário	Experiência pós-graduação	TEA
Brasil	19,5	20,5	14,4	22,9	19,6
África do Sul	4,6	7,4	11,9		6,9
Alemanha	1,9	4,7	7,1		4,6
China	6,6	11,2	12,1	18,5	10,3
Estados Unidos	10,1	10,6	13,1	14,0	12,6
Índia	8,1	11,3	14,1	6,1	10,6
México	7,0	11,2	14,9	17,1	9,6
Rússia	6,4	2,8	7,1		6,3

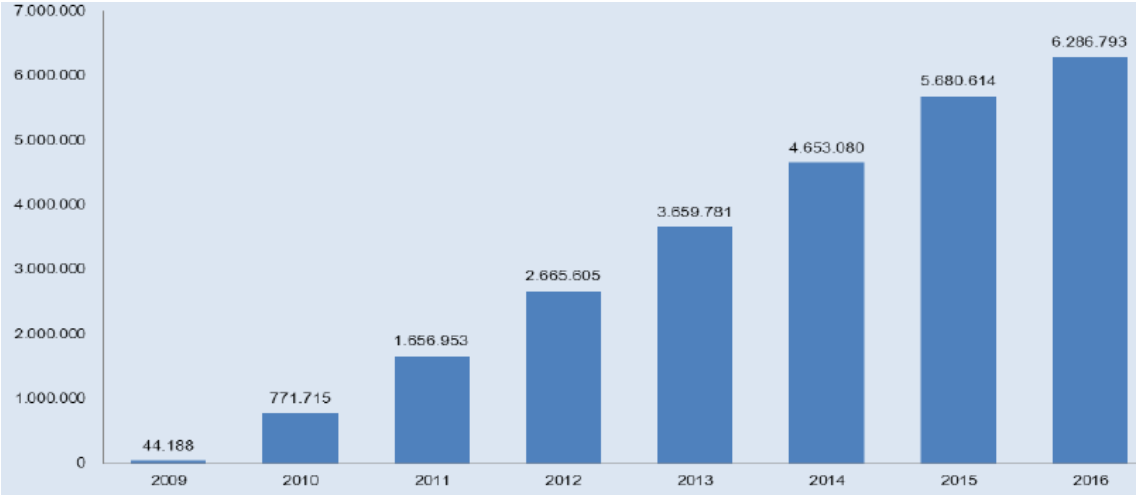
Fonte: pesquisa GEM 2016.

Dentre os países selecionados, o Brasil apresenta o maior percentual de TEA, na perspectiva da correlação entre empreendedorismo e escolaridade[29]: o país destaca-se na quarta faixa "experiência pós-graduação", com índice de indivíduos engajados em novos empreendimentos de 22,9%. Este dado não significa que a maioria dos empreendimentos em estágio inicial no Brasil tenha como proprietários mestres e doutores, pois as demais faixas juntas representam o maior número de empreendimentos. Entretanto, sugere que a educação empreendedora esteja atingindo com maior intensidade estudantes neste nível de escolaridade, ao contrário da Alemanha, onde as taxas de empreendedorismo para indivíduos com diplomas de pós-graduação stricto sensu não apresenta expressividade, devido, possivelmente, à oferta de oportunidades de emprego mais atraentes para este público.

Com relação ao surgimento de uma legislação que facilitou a atividade no país, através da criação da lei do Micro Empreendedor Individual (MEI), segundo fator apontado pela pesquisa GEM como possível explicação para o crescimento do empreendedorismo por oportunidade, verifica-se no gráfico o crescimento de empreendedores formalizados como no enquadramento MEI.

Figura 6 – Evolução total do número de Micro Empreendedores Individuais – 2009/2016

[29]Para comparar a intensidade empreendedora entre países, o GEM adota quatro faixas de escolaridade: (i) "alguma educação", para indivíduos que possuem ensino fundamental completo e ensino médio incompleto; (ii) "secundário completo", para indivíduos com ensino médio completo e superior incompleto; (iii) "pós-secundário", para indivíduos com curso superior completo e especializações ou mestrado incompletos; e (iv) "experiência pós-graduação", para indivíduos com mestrado completo e doutorado incompleto ou completo.



Fonte: (BRASIL, 2016)

Contudo, segundo o relatório GEM (2016) a maioria dos empreendedores brasileiros (82,5%) durante o ano de 2016 não declararam ter CNPJ, portanto, não se encontram formalmente reconhecidos pelo governo e órgãos reguladores. Desta forma, mesmo com o aumento do número de MEIs na economia em 2016, as taxas de formalidade entre os empreendedores ainda mantiveram-se muito abaixo dos índices esperados. Segundo o relatório GEM (2014), 79,8% dos empreendimentos não declararam CNPJ, esse percentual subiu em 2015 para 83%[30]. A partir destes números podemos afirmar que, embora nos anos de 2015 e 2016 o Brasil tenha sofrido com maior intensidade os reflexos da crise mundial e também com a crise política que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, a expressiva maioria dos empreendedores não buscam formalizar seu negócio.

Quadro 6 – Empreendedores cujos empreendimentos possuem CNPJ em percentual % – Brasil – 2016

Registros	% de empreendedores		
	Sim	Não	Total
CNPJ	17,5	82,5	100,0

Fonte: pesquisa GEM 2016.

Este fato pode ser atribuído aos dispêndios com encargos para a formalização (mesmo que o enquadramento MEI facilite este quesito na comparação com os demais

[30] A sequência 2014, 2015 e 2016 foi analisada em função da presença do fator formalidade dos empreendimentos ter sido relata apenas nestes anos da pesquisa GEM.

empreendimentos[31]), puxados provavelmente por uma queda no faturamento dos empreendimentos neste período de crise.

Outra questão fundamental que emerge a partir da análise destes dados, é de que as reduzidas taxas de formalização dos empreendedores contribuem para o não acesso destes trabalhadores aos direitos trabalhistas, os quais estão previstos para os empreendedores participantes do enquadramento MEI: "O MEI tem direito aos benefícios previdenciários, como salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e pensão" (BRASIL, 2016. p. 7).

Quanto ao terceiro fator elencado pela pesquisa GEM – o crescimento de empreendimentos mais simples de menor escala de faturamento – passemos à análise do quadro abaixo:

Quadro 7 – Faturamento anual e número de empregados dos empreendedores iniciais (TEA) em percentual % – Brasil – 2016

Faturamento	% dos empreen-dedores iniciais	Número de empregados[1]			
		Não informaram o número de empregados	Não têm empregados	1	De 2 a 6
Não informaram faturamento	1,8	0,3	0,6	0,3	0,6
Ainda não faturou nada	30,6	28,8	1,6	0,2	0,0
Até R$ 12.000,00	45,7	2,3	38,7	3,2	1,5
De R$ 12.000,01 a R$ 24.000,00	14,4	1,0	8,8	2,9	1,7
De R$ 24.000,01 a R$ 36.000,00	5,3	0,5	2,0	1,4	1,4
De R$ 36.000,01 a R$ 48.000,00	1,3	0,0	0,0	0,5	0,7
De R$ 48.000,01 a R$ 60.000,00	0,7	0,0	0,0	0,7	0,0
De R$ 60.000,01 a R$ 100.000,00	0,3	0,0	0,3	0,0	0,0
Acima de R$ 100.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	32,9	52,0	9,3	5,9

Fonte: pesquisa GEM 2016.

Verifica-se que, no ano de 2016, a maioria (45,7%) dos empreendimentos iniciais possui faturamento de até 12 mil reais, 30,6% não faturaram e apenas 0,3% tiveram um faturamento entre 60 e 100 mil reais. Se relacionarmos estes dados com a realidade de um trabalhador que recebe salário mínimo mensal de R$ 937,00, totalizando R$ 11.244,00 ano, chegaremos à conclusão que, somando os percentuais

[31]Neste enquadramento, os empreendedores que faturam até R$ 60.000,00 por ano (média de R$ 5.000,00 por mês), que não tenham participação societária em outras empresas e que contratem até um funcionário, recebem isenção de impostos federais.

(faixa de faturamento de até 12 mil com os que não faturaram), 76,3% dos empreendedores brasileiros com negócios em estágio inicial no ano de 2016 tiveram rendimentos similares ou até inferiores a um salário mínimo mensal.

Esta realidade é alterada, mas não substancialmente, se passarmos à análise do faturamento dos empreendimentos estabelecidos, ou seja, aqueles que já remuneraram seus proprietários por mais de três anos e meio, como mostra a seguinte tabela:

Quadro 8 - Faturamento anual e número de empregados dos empreendedores estabelecidos (TEE) em percentual % – Brasil – 2016

Faturamento	% dos empreendedores iniciais	Número de empregados[1]				
		Não informaram o número de empregados	Não têm empregados	1	De 2 a 6	De 7 a 10
Não informaram faturamento	2,9	0,2	1,3	0,3	1,1	0,0
Até R$ 12.000,00	50,2	1,1	39,7	5,9	3,4	0,0
De R$ 12.000,01 a R$ 24.000,00	28,8	0,3	19,9	5,6	2,7	0,3
De R$ 24.000,01 a R$ 36.000,00	7,7	0,0	4,9	1,8	1,1	0,0
De R$ 36.000,01 a R$ 48.000,00	4,0	0,0	2,2	0,4	1,4	0,0
De R$ 48.000,01 a R$ 60.000,00	3,2	0,0	1,4	0,9	0,9	0,0
De R$ 60.000,01 a R$ 100.000,00	2,0	0,0	0,6	0,6	0,4	0,4
De R$ 100.000,01 a R$ 240.000,00	1,2	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0
Acima de R$ 240.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	1,6	70,1	15,4	12,2	0,7

Fonte: pesquisa GEM 2016.

Chama atenção a segunda faixa, com faturamento de 12 a 24 mil reais alcançando o percentual de 28,8% dos empreendimentos. Entretanto, a maioria dos empreendimentos continua com faturamento de até 12 mil reais por ano como nos iniciais, porém com um percentual um pouco maior (50,2%).

Ao analisar o fator “número de empregados”, verifica-se novamente o descompasso entre o discurso e a realidade, pois uma das maiores defesas do Empreendedorismo como forma de organização do trabalho é a geração de postos de trabalho. No entanto, a pesquisa GEM aponta que 52% dos empreendedores em estágio inicial não empregam outros sujeitos em seu negócio, podendo ainda este percentual subir se computarmos os 32,9% que não informaram o número de empregados. Já entre

os empreendimentos ditos estabelecidos, o número de empregados é ainda menor, 70% destes empreendimentos não possuem empregados.

Os dados analisados nesta seção indicam que o empreendedorismo representa uma alternativa de modalidade ocupacional, diante do desemprego que, na maioria das vezes, contribui para pauperização das condições de vida dos trabalhadores, gerando uma maior insegurança, instabilidade e precariedade no ambiente laboral. Nesse sentido, corrobora-se com as formulações de Ricardo Antunes (2009) expostas no início da seção: o empreendedorismo representa uma estratégia da elite hegemônica do processo de reestruturação do capitalismo que, através da intensificação da mais valia contida nas novas formas de organização do trabalho, busca manter as taxas de acumulação do capital. Este processo resulta em uma progressiva precarização nas condições de vida da classe trabalhadora, afastando cada vez mais os sujeitos de seus direitos à proteção social e cidadania.

5. O INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR

Neste capítulo analisaremos o objeto da nossa pesquisa, o Instituto Empreender Endeavor - IEE, desde sua criação no ano de 1997 nos Estados Unidos, passando pela instalação do primeiro escritório no Brasil no ano de 2000, suas ações relacionadas com a educação, especialmente junto ao campo público brasileiro. Explicitaremos, através de suas manifestações, a estrutura do IEE, a rede de relações estabelecida no Brasil, os sujeitos individuais e coletivos envolvidos, com destaque para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, além de empresários de renome nacional que contribuem com as ações da organização. A partir disso, analisaremos o conteúdo da educação proposto pelo IEE e as implicações para a educação pública brasileira.

5.1 – Apresentação do Instituto Empreender Endeavor (IEE)

O Instituto Empreender Endeavor - IEE é uma organização não governamental, fundada nos EUA em 1997 por Linda Rottenberg e Peter Kellner. Segundo o próprio instituto, sua função é "[...] identificar e viabilizar a continuidade sustentada dos negócios de empreendedores de alto potencial de crescimento"[32].

A ideia para a criação do Instituto Empreender Endeavor surgiu através do engajamento dos dois sócios fundadores Linda Rottenberg e Peter Kellner com a questão do Empreendedorismo. Linda Rottenberg havia trabalhado dois anos na Ashoka, uma organização com sede nos Estados Unidos voltada ao empreendedorismo social que atua apoiando organizações sem fins lucrativos ao redor do mundo. Para Bill Drayton, fundador da Ashoka, a fórmula para superação das piores crises sociais passa pelo investimento de capital financeiro e humano "naqueles indivíduos capazes de gerar soluções criativas, sustentáveis e replicáveis". (FRIEDMAN, 2008, p.3). Desta forma, o trabalho de Linda Rottenberg na Ashoka foi determinante para sua inserção no campo do Empreendedorismo Social.

Durante uma viagem de recrutamento para Harvard Business School[33], Rottenberg conheceu Peter Kellner que lá cursava MBA, ele acabara de retornar de uma viagem de estudo à China, onde presenciou o crescimento das atividades empresarias

---

[32] Disponível em: https://endeavor.org.br Acesso em: 22 de jul. 2016.

[33] A Harvard Business School é uma das escolas de pós-graduação da Universidade Harvard focada em administração de empresas, localiza-se na cidade de Boston no estado estadunidense de Massachusetts.

associados ao Empreendedorismo. Deste encontro surgiu a intencionalidade de unir esforços a fim de desenvolver uma investigação com o objetivo de mapear possíveis demandas de organizações sem fins lucrativos comprometidas com o empreendedorismo social. Rottemberg e Kellner identificaram programas de incentivo ao desenvolvimento econômico em escala mundial, a partir de organizações internacionais como o Banco Mundial[34] que apoiavam iniciativas empresariais de micro porte (empresas com menos de cem funcionários) e grandes empresas (empresas com mais de quinhentos funcionários)[35]. Contudo, organizações de médio porte, principalmente em mercados emergentes, que não eram atingidas por tais programas. (FRIEDMAN, 2014)

A partir destas informações, o Instituto Empreender Endeavor foi concebido com o propósito de fomentar o empreendedorismo em regiões de mercados emergentes com potencial de crescimento para empreendimentos de médio porte. Atualmente, o IEE atua em 27 países em diferentes regiões do planeta, são eles: Estados Unidos, cuja sede principal está localizada na cidade de Miami, México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Japão, Indonésia, Filipinas, Malásia, Egito, África do Sul, Tunísia, Quênia, Marrocos, Espanha, Itália, Grécia, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Turquia. Dentre os respectivos países, chama atenção a concentração de filiados do IEE na América Latina, África e Àsia, tipicamente regiões com grande número de comunidades em situação de vulnerabilidade social que, de acordo com os dados trabalhados na seção 4.2, representam os locais com maior incidência de atividades empreendedoras, o que deflagra a relação entre desemprego e o empreendedorismo como alternativa de enfrentamento. Nesse sentido, o empreendedorismo social como estratégia para criar soluções com vistas à superação das problemáticas sociais constitui-se como uma missão central para o IEE.

Segundo artigo publicado no site do IEE:

> De alguns anos para cá um novo tipo de empreendedorismo vem ganhando a cena, o empreendedorismo social. Você já ouviu falar nisso? Sim, empreendedorismo social. Pode-se dizer que o empreendedor que opta por esse caminho, monta um negócio em que a responsabilidade social está no core do negócio. Como assim? Isso mesmo. São negócios lucrativos que

[34] Um destes programas é desenvolvido no Brasil, no estado de Pernambuco. Segundo o site do próprio Banco Mundial "A ação visa reduzir as barreiras administrativas para consolidar o Programa de Infraestrutura Industrial do Estado de Pernambuco". Disponível em: http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/06/25/wb-brazil-pernambucos-new-inclusive-growth-program-will-benefit-nine-million-residents. Acesso em: 31 de maio. 2016.

[35] Categorização utilizada pelo Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

> resolvem problemas sociais por meio da venda de produtos ou serviços. (disponível em: https://endeavor.org.br/empreendedorismo-social Acesso em: 13 de dez. 2016)

A partir deste trecho é possível apontar alguns elementos presentes na concepção de empreendedorismo social defendida pelo IEE, tais como a criação de um negócio que visa conciliar lucro e missão social, a qual aproxima-se do conceito de capitalismo social e o movimento das redes de empreendedores sociais analisados na seção 4.1. Para o IEE, o empreendedorismo social é realizado por organizações que possuem a missão social, ou responsabilidade social que, juntamente com a geração de lucro, representam os objetivos centrais de suas ações. Estas organizações "são empresas como outras quaisquer, que tem um produto ou serviço que é comercializado para um público-alvo específico e que precisam vender e gerar lucro para pagar as contas no final do mês"[36]. Nessa concepção, a missão social é reduzida a produção de uma mercadoria que responde a uma demanda de consumo, esta será disponibilizada para os sujeitos que possuírem os recursos necessários para adquiri-la no mercado. De acordo com estes objetivos, o empreendedorismo social representa uma extensão do empreendedorismo empresarial no qual suas ações buscam prospectar demandas em um novo nicho de mercado, o campo social.

Para Friedman (2014), o modelo de empreendedorismo social da Endeavor constitui-se como uma importante forma de enfrentamento da pobreza no mundo que, baseada na "mentoria capitalista", orienta empreendedores no desenvolvimento de negócios na área social, com o intuito de criar soluções para as necessidades de comunidades não atendidas pelos governos ou pelo setor privado.

Em entrevista publicada no livro "O mundo é plano", no qual o autor Thomas Friedman destinou um capítulo para tratar a questão do empreendedorismo social, citando como exemplo de sucesso o Instituto Empreender Endeavor, Linda Rottenberg destaca a proposta de atuação do IEE:

> A Endeavor entra em ação quando os empreendedores tem um modelo de negócio já testado, com rendimentos entre 500 mil e 20 milhões de dólares e um significativo potencial de crescimento. Às vezes aceitamos negócios na etapa inicial, mas constatamos que a virada ocorre quando o empreendedor já levou a firma até certo ponto, mas precisa de um mentor e de assistência técnica para crescer. Nos mercados emergentes, a maioria das companhias quebra nesse ponto de virada. (Ibid, p. 473)

---

[36] Disponível em: https://endeavor.org.br/empreendedorismo-social/ Acesso em: 13 de Nov. 2016.

Desse modo, “o modelo Endeavor foca seu apoio e serviços a empreendedores com negócios de alto impacto e potencial comprovados”[37]. O termo “empreendedor de alto impacto” foi elaborado pelos dois sócios fundadores do IEE e funciona como parâmetro para escolha dos empreendedores que apoiarão as filiais Endeavor nos diversos países que a organização atua. Este conceito designa empreendedores que possuem destaque no mercado que competem, onde administram negócios capazes de gerar produtos e serviços com grande valor agregado, potencial de consumo e perspectiva de empregar um número crescente de pessoas.

Em entrevista concedida à revista Exame, Arthur Valadão gerente de busca e seleção de empreendedores do IEE Brasil, destaca o principal aspecto que a organização pretende encontrar nos empreendedores selecionados,

> Há quase 14 anos a Endeavor “varre” o Brasil à procura dos empreendedores de alto impacto. Não porque esperamos que apenas estes poucos obtenham sucesso em suas empreitadas, mas porque acreditamos que estes serão os **grandes exemplos** do empreendedorismo brasileiro. Acreditamos que as suas histórias e os seus negócios serão capazes de inspirar as próximas gerações de empreendedores. Gostaríamos que cada brasileiro pudesse se identificar com alguma dessas histórias: do empreendedor que começou como office boy na periferia ao empreendedor que fez MBA no exterior. (disponível em: https://exame.abril.com.br/pme/o-que-significa-ser-um-empreendedor-de-alto-impacto grifo nosso)

Na mesma linha, sobre a lógica de atuação da Endeavor, Thomas Friedman coloca:

> Há um imenso potencial por explorar nesta forma de empreendimento social. Muitas vezes temos debates sobre pobreza, mas não sobre empreendedorismo. É incalculável o poder inspirador que pode ter a história do sucesso de um negócio local. Nada motiva mais os pobres do que ver um dos seus ter sucesso e pensar: - Se ele pode, eu também posso. (FRIEDMAN, 2014, p. 474)

O trecho acima citado destaca a individualização e responsabilização que o empreendedorismo proporciona aos sujeitos que terão de assumir riscos e superar os demais empreendedores na competição, se caso fracassar, terá sido por incapacidade de adaptar-se às exigências do mercado. Nesse sentido, a fórmula do “grande exemplo” utilizada pelo IEE representa o elemento capaz de criar no imaginário coletivo dos futuros empreendedores um horizonte de sucesso factível, uma vez que, constantemente

[37] Disponível em: https://endeavor.org.br/ Acesso em 13 de maio. 2016

a história narrada ilustra a vida de um sujeito que conseguiu através do empreendedorismo superar os obstáculos que o meio social lhe impunha e triunfar. Esta lógica de ação enquadra-se no conceito de "encantamento do mundo" de Milton Santos (2010) trabalhado no capítulo três, quando analisamos o processo de reestruturação do capitalismo e as conseqüências da globalização na formação de consensos em torno de projetos particulares que não dialogam com a realidade, pois o poder da propaganda tem a capacidade de naturalizar discursos falsos, impedindo o acesso dos sujeitos às informações sobre as condições de trabalho que o empreendedorismo proporciona. Desta forma, o quadro de precarização que assola a vida da maioria dos empreendedores brasileiros, analisado na seção 4.3, contraria o cenário de sucesso idealizado pelo IEE a partir da fórmula do "grande exemplo".

5.2 – Instituto Empreender Endeavor (IEE): sua estrutura e formas de atuação

Baseados nos pressupostos analisados na seção anterior, os dois sócios fundadores do IEE definiram que a organização teria um Conselho Global de Administração (CGA), este atuaria como um núcleo irradiador das diretrizes concebidas por seus membros. Neste ponto, os dois sócios fundadores decidiram que formariam o CGA com sujeitos de comprovada experiência no setor empresarial internacional, foram eles Jason Verde e Gary Mueller. Jason Verde é ligado ao mercado financeiro, onde opera ações da *Venture Partners*, uma empresa de Capital de Risco[38] que injeta recursos em startups na região norte do estado da Califórnia – EUA, mais conhecida como Vale do Silício. Gary Mueller atuou durante três anos no processo de privatização em países emergentes, com destaque para sua participação na equipe que orientou as reformas na Rússia durante os anos de 1990. Desta forma, com "algum capital" e quatro sócios no Conselho Global de Administração (incluindo Rottenberg e Kellner) o IEE foi formalmente registrado nos EUA como uma organização sem fins lucrativos em 1997 (FRIEDMAN, 2008).

Embora tenha sido concebido e sua sede principal esteja nos EUA, o Instituto Empreender Endeavor, destina-se a identificar e apoiar organizações comprometidas com a causa do empreendedorismo social em países emergentes. Posto isso, caberia ao Conselho de Administração Global Endeavor identificar países que atendessem aos

[38] Capital de Risco é uma aplicação na qual um grupo de empresários investe capital em pequenas e médias empresas com potencial de inovação e crescimento, com o intuito de gerar dividendos futuros.

seguintes critérios estabelecidos pela organização: i) ter um ambiente de negócios robusto, com mercado local; ii) um consistente quadro de empreendedores de alto potencial; iii) uma comunidade de negócios bem sucedidos, com líderes que acreditassem na missão da Endeavor; iv) um sistema de ensino superior forte; v) estabilidade política (Ibid).

Devido à experiência adquirida durante o período que trabalhou para a Ashoka, Linda Rottenberg havia estabelecido conexões com grupos empresariais na América Latina, o que favoreceu a definição de países desta região como os primeiros filiados da Endeavor. A partir disso, escritórios foram abertos no Chile e Argentina em 1998. Nestes países o IEE realizou painéis expondo a missão, valores e objetivos da organização, a fim de selecionar empresários identificados como empreendedores de alto potencial que atuariam localmente como multiplicadores do empreendedorismo social. Os primeiros foram Andy Freire e Santiago Bilinkis fundadores da OfficeNet[39], ambos jovens de 24 anos que logo filiaram-se ao IEE. Segundo Elmira Bayrasali[40]:

> A Endeavor ajudou Andy e Santi a fortalecer as operações, o gerenciamento e o financiamento de sua empresa. Ajudou-os a obter capital para ampliar seu negócio sem ter de pagar suborno ou recorrer a práticas comerciais deploráveis. A Endeavor pôs Andy e Santi em contato com Tom Stemberg, da Staples, que os orientou sobre como criar e expandir a OfficeNet. (disponível em: http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/ijse1209p/bayrasli.htm Acesso em 22 de dez. 2015)

Segundo Thomas Friedman: "quando Freire e Santiago se filiaram à Endeavor haviam vendido 100% do capital da OfficeNet, em troca de US$ 50.000 de financiamento. Com a ajuda da Endeavor, Freire e Bilinks foram capazes de renegociar sua participação no capital da empresa de zero para 35%" (FRIEDMAN, 2008, p. 5).

Os aspectos colocados anteriormente demonstram que o Instituto Empreender Endeavor atua como um Vetor do Empreendedorismo Social, dinamizando o fluxo de interesses, informações, conhecimentos e recursos através da rede formada pelos sujeitos selecionados nos países filiados. Essas características estão de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração Global - Endeavor, a saber: i) o desenvolvimento de uma rede de apoio para os empresários; ii) auxiliar no

---

[39] Atualmente a Officenet é a subsidiária da empresa transnacional estadunidense Staples, com atuação no Brasil e na Argentina, com sede na cidade de Buenos Aires. É a maior empresa de venda de materiais de escritório na Argentina e uma das três maiores, no Brasil.

[40]Elmira Bayrasli é vice-presidente de Política e Assistência Comunitária da Endeavor, com sede na cidade de Nova York.

estabelecimento de um robusto quadro de *Venture Capital*[41]; iii) trabalhar no sentido de modificar as percepções culturais em torno do Empreendedorismo.

O processo de desvelamento da estrutura do Instituto Empreender Endeavor permite o reconhecimento dos sujeitos que constituem a rede de relacionamento que representa a principal estratégia de atuação desta organização. Compreender esta rede é uma tarefa fundamental para analisarmos os interesses destes sujeitos que coordenam as ações do IEE e de que forma interferem na direção e execução das políticas sociais nos países em que atuam, especialmente no campo da educação brasileira que é o foco desta dissertação. Nesse sentido, embora ocupe uma posição central na rede, irradiando poder, o IEE necessita descentralizar tarefas, a fim de tornar a estrutura mais orgânica, pois "as ideias das políticas não se movimentam num vácuo, elas são criações sociais e políticas que são contadas e recontadas em micro espaços e redes de política" (BALL, OLMEDO, 2013, p. 45).

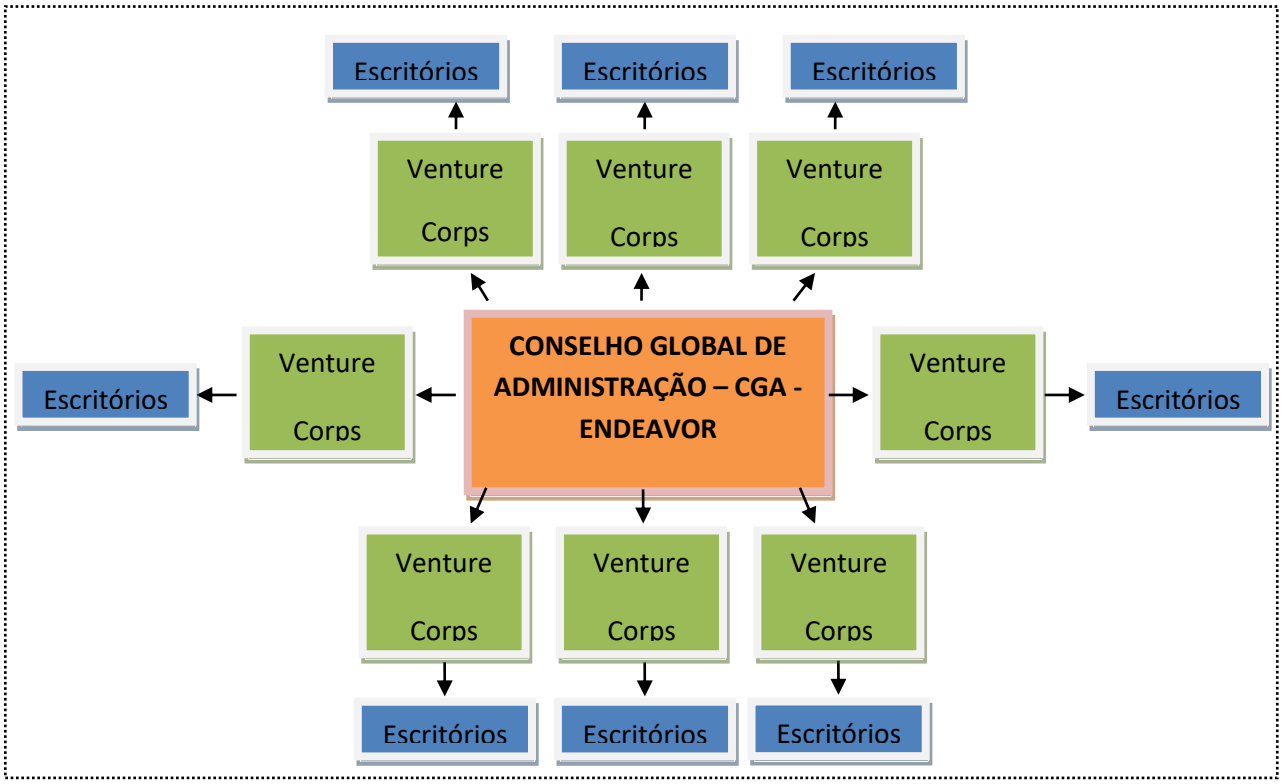
Com o intuito de alimentar as conexões de correspondência ao longo da rede, o Conselho Global de Administração do IEE criou "nós geradores" com níveis hierárquicos diferenciados. Dentre estes, destaca-se os *Ventue Corps*, uma rede de executivos, também chamados de *Mentores*, composta por empresários, consultores, banqueiros, advogados, contadores e investidores de capital de risco. Para fazer parte da rede Endeavor, o quadro de Venture Corps de cada país filiado deve apresentar ao CGA garantias de sustentabilidade, comprovando um capital inicial de pelo menos de três milhões de dólares, a fim de custear as despesas do empreendimento pelos primeiros cinco anos (FIREDMAN, 2008).

Após apresentar as garantias para a sustentabilidade do empreendimento, os *Venture Corps* passam a atuar detectando as demandas locais por empreendedorismo social, gerando um diagnóstico que subsidiará as ações dos escritórios do IEE localizados em cidades estratégicas de cada país filiado. Os escritórios representam outro "nó" de conexão da rede, cada um deve assinar um Acordo Global de Afiliados – AGA que estabelece seus deveres e responsabilidades para com o CGA - Endeavor, tais como: estabelecer parcerias com organizações públicas ou privadas, prestar serviços através de workshops e seminários: com ênfase em gestão de programas educacionais e

[41] Venture capital (VC) é o nome usado para descrever todas as classes de investidores de risco. Mesmo assim, em geral, os fundos de venture capital investem em empresas de médio porte, que já tem um faturamento expressivo, mas que ainda precisam dar um salto de crescimento. Com o investimento, o objetivo é ajudar essas empresas a expandir e alcançar o seu potencial máximo. Disponível em: https://endeavor.org.br/venture-capital/. Acesso em: 31 de maio. 2016.

formação filantrópica para membros da rede. Cada escritório deve ser composto de 5 a 15 funcionários contratados localmente. Os escritórios realizam a interlocução do IEE com a sociedade, funcionam como "pólos multiplicadores", é através dos escritórios que os futuros empreendedores terão acesso ao conteúdo do empreendedorismo social proposto pelo IEE, seja por meio de eventos diretamente organizados por estes pólos, ou participando de programas de formação empreendedora que são ofertados em parceria com instituições públicas e privadas.

Figura 7 – Organograma do Instituto Empreender Endeavor



Fonte: figura elaborada pelo autor

A partir dos dados trabalhados e ilustrados na figura acima, fica clara a estrutura hierárquica da rede Endeavor com níveis diferenciados de poder, na qual a lógica da transferência de responsabilidades para o indivíduo, que é uma característica do empreendedorismo, está presente desde o início na formação desta rede. A organização central emite diretrizes e somente aceita filiados para a composição do Veture Corps que possuam um determinado capital para custear o período de implantação do escritório Endeavor. Desta forma, o núcleo que irradia poder se fortalece, em contra partida, o risco do empreendimento vai se multiplicando ao logo das conexões da rede

compostas por sujeitos que, diante desta realidade, investem seus recursos em ações sociais que possibilitem retorno financeiro, multiplicando a relação mercantil através das consultorias e programas de qualificação ofertados pelo IEE aos futuros empreendedores. Como já havíamos destacado na análise sobre o empreendedorismo social feita na seção 4.1, a lógica empresarial e, portanto, o lucro torna-se o definidor dos objetivos que guiarão os empreendedores sociais.

Embora a rede Endeavor, como é uma característica das redes, congregue sujeitos de diversas filiações, incorporando organizações públicas e privadas, num hibridismo de parcerias, existe um conjunto discursivo que congrega a comunidade. Este conjunto discursivo busca atrair sujeitos individuais ou coletivos que, baseados na racionalidade mercantil, passam a investir em ações visando o provimento de questões sociais, como a educação.

Neste ponto, toma forma a terceira meta estabelecida pelo IEE: iii) trabalhar no sentido de modificar as percepções culturais em torno do Empreendedorismo. Para a Endeavor, a criação de um ecossistema favorável ao empreendedorismo social é fundamental para a transformação de qualquer comunidade, região, ou país. Diante disso, é necessário validar a "fórmula do sucesso", promover o empreendedorismo social como a solução mais adequada, que responda às demandas das comunidades menos favorecidas e, ao mesmo tempo, seja capaz de proporcionar ganhos mensuráveis aos investidores e administradores das organizações responsáveis pela ação. Para tanto, a lógica do "grande exemplo" deve ser uma solução replicável, passível de validação através de testes empíricos com uma pequena dose de empreendedorismo que deve funcionar como um "antídoto" para inibir a pobreza. A validação de ideias constitui-se em uma estratégia característica de instituições do chamado Terceiro Setor, conceito no qual se enquadra o IEE. Validar significa ofertar, através de uma amostragem, serviços de acordo com a demanda do público alvo.

No contexto da educação, quando envolve redes públicas de ensino, a validação ocorre em muitas oportunidades através de uma "etapa piloto", na qual a instituição proponente oferta, por exemplo, um curso de qualificação de baixo custo para a rede pública. Este vínculo é estabelecido através de contratos de parceria que definem regras e metas a serem atingidas, após o término da etapa piloto é feita uma avaliação dos resultados que definirão a continuidade da parceria que, neste caso, ocorrerá sob outras cláusulas, cabendo ao contratante do serviço investir valores significativos para a manutenção do mesmo.

Outra forma extremamente eficaz de divulgação das suas ações é o site do IEE, em que são disponibilizados artigos e vídeos de formação para empreendedores de diversos perfis, estes serviços são ofertados em muitos casos sem custos. Entretanto, se desejar avançar na formação, o interessado poderá comprar outros produtos no mesmo site. Desta forma, o IEE poderá, além de divulgar suas ações, prospectar o mercado, pois o menu de serviços oferece produtos para um público diverso, desde micro empreendedores individuais, até organizações privadas e públicas interessadas em programas de qualificação profissional na área do empreendedorismo. Nesse sentido, o site funciona como uma ferramenta indicadora de oportunidades de negócio para o IEE, pois o usuário deve realizar um cadastro para ter acesso a um determinado nível de serviços e materiais sobre o empreendedorismo, de posse destes dados, o instituto fará contato via email para oferecer um nível mais aprofundado de conteúdos sobre o empreendedorismo.

5.3 O Instituto Empreender Endeavor no Brasil: os Sujeitos que compõe a rede Endeavor Brasil

A chegada do IEE no Brasil ocorreu através dos empresários argentinos Andy Freire e Santiago Bilinkis citados na seção anterior, pois ambos possuíam investimentos em uma empresa de *Private Equity*[42] no Brasil. Este aspecto evidencia o ambiente orgânico característico das redes, onde a fluidez das relações movimenta os negócios, atraindo adeptos à comunidade o que, conseqüentemente, amplia o seu alcance "Os Empreendedores Endeavor são nossos exemplos de alto Impacto que chegam à Endeavor por meio de indicação da nossa rede. Todo processo é pró-ativo, ou seja, não há auto indicação ou formulário de inscrição"[43].

A partir das informações fornecidas por Freire e Bilinkis, o Conselho Global de Administração - Endeavor teve acesso a um panorama do mercado brasileiro, o que

---

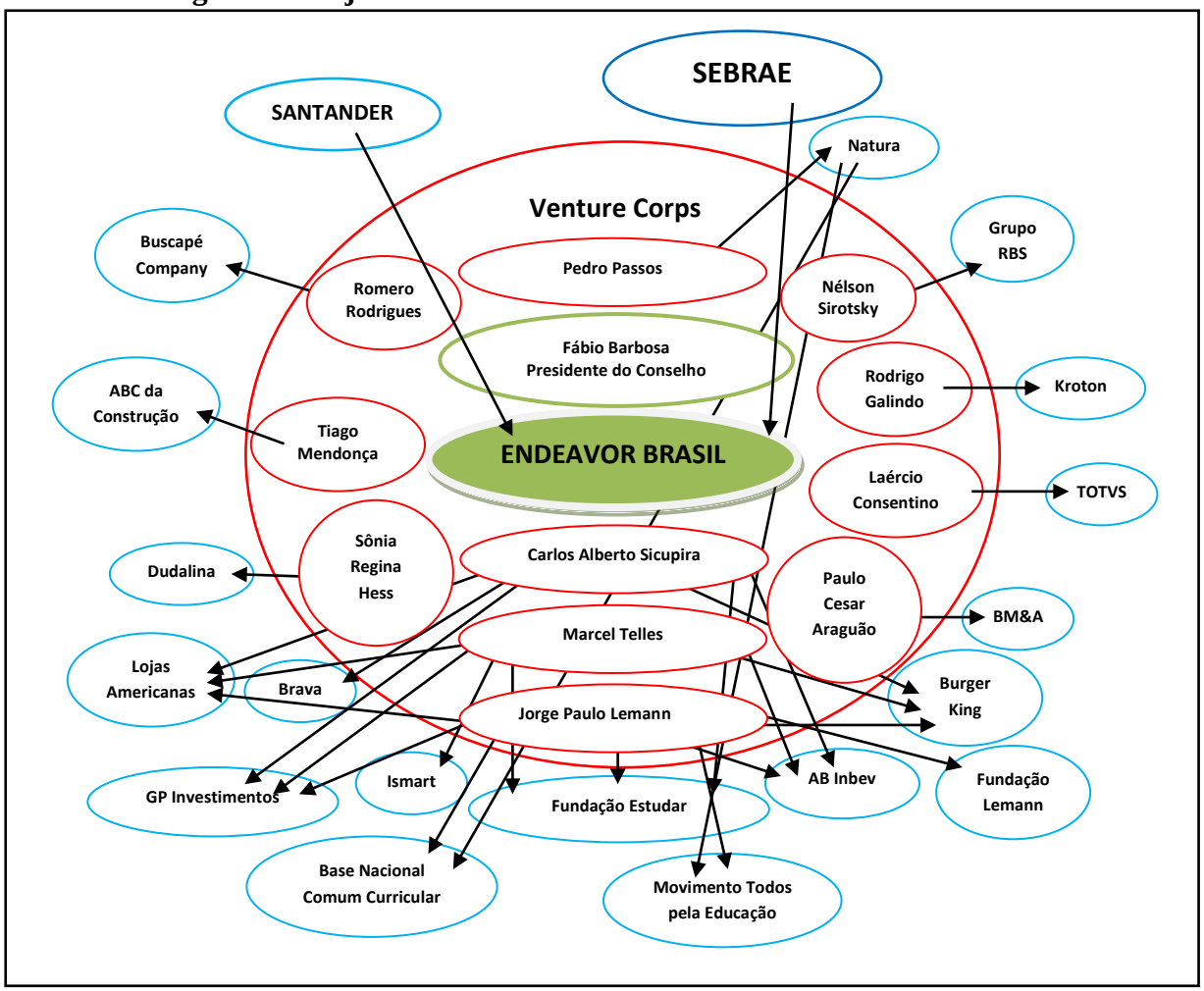
[42] Private Equity é uma expressão em inglês que pode ser traduzida para "Ativo Privado", uma modalidade de fundo de investimento que consiste na compra de ações de empresas que possuam boas faturações monetárias e que estejam em notável crescimento. Um dos grandes diferenciais dos Fundos de Private Equity (PE), em comparação aos Fundos de Ações, por exemplo, está no modo como este participa de uma empresa. As empresas que investem em outras empresas através de fundos de PE participam ativamente da sua gestão e administração, além de adicionar capital para a companhia.
O objetivo das empresas que investem através de private equity é potencializar e agilizar o crescimento das companhias promissoras, fazendo-as entrar na lista de empresas disponíveis na Bolsa de Valores para compra e venda de ações.

[43] disponível em: https://endeavor.org.br/institucional/apoio-empreendedores/

permitiu a elaboração de uma lista dos empreendedores mais destacados, dentre eles os três sócios da GP Investimentos[44]: Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles[45], que também controlam empresas como: Lojas Americanas, Burger King, além da gigante companhia do setor de bebidas Anheuser-Busch InBev. Com base neste banco de dados, o CGA - Endeavor estruturou a rede Endeavor Brasil.

No dia 5 de junho de 2000, foi inaugurado na cidade de São Paulo o primeiro escritório da Endeavor Brasil. Atualmente o Instituto Empreender Endeavor conta com oito escritórios espalhados nas principais capitais brasileiras, a saber: São Paulo, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Figura 8 – Sujeitos individuais e coletivos da Rede Endeavor Brasil



[44] A GP Investments foi fundada em 1993 e, atualmente, é uma companhia com: investimentos alternativos expressivos na América Latina; atuação em gestão de recursos, principalmente em fundos de private equity.

[45] Segundo a revista Forbes, os três empresários estão entre os quatro maiores bilionários do Brasil. (Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/4200844/lemann-e-o-homem-mais-rico-do-pais-segundo-revista-forbes-brasil)

Fonte: figura elaborada pelo autor

Acima, estão organizados em uma figura para melhor visualizar os principais sujeitos individuais e coletivos que compõe a rede Endeavor Brasil, qual a posição na hieraquia de poder e as ligações que estabelecem com outras instituições que contribuem na definição do conteúdo da educação empreendedora proposto pelo Instituto Empreender Endeavor.

A ilustração destaca a centralidade do Venture Corps na estrutura da rede Endeavor Brasil desempenhando a função de conselho estratégico, que, além de repassar as diretrizes oriundas do Conselho Global de Administração Endeavor, tem a função de adequar os objetivos da organização às demandas nacionais. Tal aspecto é fundamental para a compreensão da proposta de empreendedorismo social que o IEE pretende divulgar através de suas ações, pois o conteúdo proposto pela Endeavor Brasil é resultante de princípios e metas estabelecidas por seu CGA e da visão dos representantes brasileiros que ocupam os "micro espaços de poder" na rede (BALL, OLMEDO, 2013). Estes sujeitos são oriundos de diversos setores da economia nacional, com destaque para os três já mencionados empresários Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles, ambos pioneiros do quadro de Venture Corps Endeavor Brasil. Nos últimos anos, o trio de empresários vem ampliando suas ações na área do empreendedorismo social através da criação de fundações filantrópicas ligadas à educação e gestão pública. Segundo a revista Exame:

> Jorge Paulo Lemann criou a Fundação Lemann, que oferece bolsas de estudo no exterior para talentos brasileiros e cursos para secretários municipais de educação, diretores e professores de escolas públicas. Marcel Telles fundou a Ismart, que seleciona alunos-destaque de escolas públicas para cursar o ensino médio em colégios particulares. Sicupira, por sua vez, criou a Brava, que apoia iniciativas de melhoria da gestão pública. Juntos, os três ainda estão à frente da Fundação Estudar, voltada ao desenvolvimento de lideranças. (Disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bilionarios-do-fundo-3g-sao-gurus-tambem-da-filantropia-2#3 Acesso em: 15 de maio. 2017)

Desde sua criação em 2002, a fundação Lemann vem se constituindo como uma organização filantrópica interessada no conteúdo que é ofertado para alunos das redes públicas de educação no Brasil. Devido a esse interesse, a fundação oferece programas

de educação baseados em iniciativas nacionais e internacionais com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos e a formação dos professores[46].

A fundação ainda está envolvida em outras iniciativas de destaque no cenário da educação pública nacional, como é o caso do Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC). Segundo o próprio site, o MBNC representa um coletivo de profissionais e pesquisadores da educação sem filiação governamental que atua, desde 2013, organizando fóruns de debate e pesquisas com o objetivo de construir uma base comum nacional de qualidade[47]. Na prática, os debates e materiais organizados pelo MBNC servirão como referência para a constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que definirá os conhecimentos e habilidades essenciais para toda a educação básica no Brasil. Após uma série de audiências públicas que ocorreram em diversas regiões do país, o Conselho Nacional de Educação (CNE) deve emitir um parecer e uma resolução, que irá normatizar a BNCC. Ambos serão enviados para homologação do Ministério da Educação (MEC) até o final de 2017.

A Fundação Lemann representa a instituição que mais se destacou no apoio a criação da Base Comum Nacional, articulando parcerias com diferentes sujeitos para facilitar o andamento do processo, de modo que a temática da BNCC fizesse parte da agenda pública da educação nacional. Nesse sentido, "a Fundação Lemann atuou fortemente para dar direção ao processo de construção do Movimento da Base Comum nacional". (CAETANO, PERONI, 2015, p. 346)

Quanto ao conteúdo deste documento, a terceira e última versão da Base Nacional Comum Curricular apresentada pelo Ministério da Educação, em abril de 2017, estabelece a lógica das temáticas que serão desenvolvidas ao longo dos nove anos de ensino fundamental a partir de dez competências gerais, essas competências são desmembradas em conteúdos e habilidades a serem trabalhadas em cada área do conhecimento. A questão da Base Nacional Comum Curricular estar organizada na lógica das competências evidencia sua correlação com as orientações dos Organismos Internacionais para as reformas dos sistemas educacionais no século XXI que, de acordo com os autores analisados na seção 4.2, tem o objetivo de adaptar os sujeitos às transformações movidas pelo processo de reestruturação do capital potencializadas pela globalização. Neste processo, destacam-se os relatórios emitidos pela UNESCO (1996) e (2002) respectivamente, os quais definiram os 5 pilares da educação para o século

[46] Relatório anual 2016 Fundação Lemann, disponível em: http://www.fundacaolemann.org.br/
[47] Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/

XXI, que se traduzem em competências a serem adquiridas pelos sujeitos a fim de adaptar-se às instabilidades e incertezas da vida.

No quadro abaixo, estão listados, em ordem cronológica, na coluna 1: os 5 pilares que a Unesco definiu para a educação no século XXI, os quais serviram de base para a formulação das 10 competências gerais que fundamentam a Base Nacional Comum Curricular, na coluna 2, que por sua vez, constitui-se como referencial de conteúdos para a construção de materiais didáticos destinados à Educação Básica brasileira, como é o caso da coleção "Empreendedorismo e Projeto de Vida"[48] na coluna 3. Nosso objetivo é identificar possíveis relações entre os aspectos que definem a lógica de estruturação dos documentos das duas primeiras colunas com a respectiva coleção de livros didáticos.

Quadro 9 – Relação entre Organismos Internacionais, BNCC e coleção de livros didáticos

COLUNA 1: Educação um tesouro a descobrir (UNESCO/1996) E (UNESCO/PRELAC/2002)	**Coluna 2: Base Nacional Comum Curricular Ensino Fundamental - 2017**	**Coluna 3: Coleção Empreendedorismo e Projeto de Vida**
1 – aprender a aprender 5 – aprende a empreender	1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural	Dar base para o indivíduo elevar-se à condição de protagonista, livre e autônomo, em suas escolhas. Incentivar as relações humanas com base em valores. Reduzir o desperdício e incrementar o bom uso dos mais diversos recursos vitais, incentivando a sustentabilidade nas diferentes esferas da vida.
1 – aprender a aprender	2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade	Desenvolver habilidades de foco, concentração, atenção, meios eficazes de aprender e estudar, bem como de organização pessoal
3 - aprender a conviver 4 - aprender a ser	3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais	Reconhecer-se e reconhecer o outro. Identificar os próprios sentimentos e refletir sobre eles, projetar o que se deseja e o que se pode fazer com o

[48] Coleção de livros didáticos destinados à todas as séries da Educação Básica fundamentada na Metodologia - Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo (OPEE).

		que se sente. Aprender a fazer boas escolhas sobre como se manifestar no mundo.
5 – aprender a empreender	4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos	Formar seres humanos empreendedores, flexíveis, socialmente engajados, comunicativos, conscientes de si mesmos e dos outros, criativos, responsáveis, de caráter elevado e inovadores.
5 – aprender a empreender	5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética	Atualizar-se sobre o mercado de trabalho, a nova economia colaborativa e o efeito das Tecnologias de Comunicação e Informação, tendo em vista a interdependência das relações profissionais e a ideia de respeito mútuo, cooperação e bem comum.
1 – aprender a aprender 2 – aprender a fazer 5 – aprender a empreender	6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências	Ampliar o repertório de profissões e ocupações. Valorizar o trabalho significativo para si, o aprendizado permanente de habilidades e competências técnicas e comportamentais, bem como a atualização constante. Entender o aprendizado cognitivo como igualmente importante em relação aos saberes emocionais para um bom rendimento escolar. Absorver e transformar saberes.
1 – aprender a aprender	7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis	Pesquisar e analisar criticamente. Saber utilizar bem todos os recursos, sejam eles financeiros, sociais, ambientais etc.
3 - aprender a conviver 4 - aprender a ser	8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica	Trabalhar a percepção e o reconhecimento de si e dos outros no que se refere a pensamentos, sentimentos e atitudes.
3 - aprender a conviver	9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao	Identificar os próprios sentimentos e o impacto das próprias ações nas pessoas para estabelecimento de empatia e convivência

	outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer	produtiva com os demais. Tornar-se apto a conviver, a se relacionar e a trabalhar com os mais diversos tipos de pessoas, ambientes e situações.
2 – aprender a fazer 4 - aprender a ser 5 – aprender a empreender	10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação	Construir habilidades socioemocionais e valores sólidos que permitam saber lidar com adversidades e situações desafiadoras, assim como buscar o caminho do bem comum. Compreender as dimensões cognitiva e emocional como complementares na formação humana. Aprender com as próprias experiências e com as dos colegas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Os trechos expostos no quadro expressam a similitude entre os princípios que definem as competências flexíveis, próprias do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, em diferentes documentos. Essa sintonia materializa parte do movimento de controle social dos sujeitos hegemônicos que, através da definição do conteúdo das políticas educacionais, buscam estabelecer consenso em torno da ideologia necessária para se consolidarem no poder e garantir a reprodução do capital.

Este movimento busca fomentar transformações significativas nas relações sociais, fundamentas na flexibilização e mercantilização, especialmente no que concerne a relação capital e trabalho, pois o sujeito necessita adquirir competências para competir no mercado por oportunidades de auto geração de renda. Desta forma, o individualismo, a criatividade e a pró-atividade representam os principais aspectos que guiarão as ações dos sujeitos na busca por soluções inovadoras para atingir o sucesso. Para tanto, o caminho a ser trilhado é longo, exigindo destes formação contínua, pois o contexto de instabilidade e incertezas quanto ao futuro das ocupações profissionais

demanda constante adequação, o que implica na assimilação de novos conteúdos que o mercado demanda. Nesse sentido, os currículos escolares devem abordar as competências socioemocionais capazes de preparar, desde as primeiras séries, os estudantes para o enfrentamento de tal realidade, para a qual o empreendedorismo representa a principal estratégia de enfrentamento das dificuldades e uma possibilidade de sucesso.

Assim como a Fundação Lemann, outra instituição presente na rede Endeavor Brasil com um de seus principais conselheiros, respectivamente Pedro Luiz Barreiros Passos, compondo o Venture Corps, e que também aparece como apoiadora do Movimento pela Base Nacional Comum, é o Instituto Natura. As duas organizações também se destacam no apoio ao Movimento Todos pela Educação[49]. A participação de organizações da sociedade civil, como a Fundação Lemann e o Instituto Natura, através de seus representantes em movimentos que buscam definir princípios para a educação pública brasileira tem o objetivo de fortalecer nestes espaços de tomada de decisão os interesses de classe dos grupos empresariais. Desta forma,

> […] as ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia – ou seja, os valores do mercado. (CAETANO; PERONI, 2015, p. 347)

Nessa linha e, de acordo com as formulações de Ball e Olmedo (2013) apresentadas no terceiro capitulo, as redes de empreendedores sociais, como a rede Endeavor Brasil, representam uma estratégia de reprodução do capitalismo contemporâneo. Nesta lógica, os grupos empresariais buscam, por meio das organizações do terceiro setor, ocupar espaços de poder no intuito de assegurar o atendimento de seus interesses, deflagrando os reais objetivos destas organizações que, sob o discurso de empreender pelo social, influenciam na concepção das políticas educacionais por meio dos sujeitos que constituem sua rede.

Abaixo segue a lista dos sujeitos individuais e coletivos que contribuem para as ações do Instituto Empreender Endeavor nas regiões brasileiras onde há escritórios.

---

[49] Para uma análise detalhada da relação do Movimento Todos pela Educação e a agenda das políticas públicas para a educação brasileira, ver: Bernardi, Rossi e Uczak (2015).

Quadro 10 - Relação de sujeitos individuais e coletivos da Rede Endeavor Brasil por região

Regiões e Estados	**Sujeitos e suas ligações**	
	Individuais	Coletivos
São Paulo	Alfredo Villela	Itaúsa[50]
	Antônio Pipponzi	Rede de farmácias Droga Raia
	Carlos Alberto Sicupira	Lojas Americanas
		Inbev
		Brava
		GP Investimentos
		Burger King
	Cláudio Haddad	Insper
	Constantino Jr	Gol
	Edemir Pinto	BM&Fovespa e Cetip
	Edgard Corona	Grupo Bioritmo
	Fábrio Colletti Barbosa Presidente do Venture Corps Endeavor Brasil	Também presidiu o Grupo Santander Brasil, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Grupo Abril S/A.
	Flávio Rocha	Lojas Riachuelo
	Guilherme Affonso Ferreira	Investidor Financeiro, também integrou o CEO Unibanco
	Henry Visconde	Eurobike
	Jean Marc Etlin	Itaú BBA[51]
	Jorge Paulo Lemann	Lojas Americanas
		Burger King
		Fundação Lemann
		Fundação Estudar
		GP Investimentos
	Laércio Cosentino	TOTVS
	Leo Figueiredo	Instituto Quintessa[52]
	Luis Stuhlberger	Credit Suisse Hedging-Griffo – Banco de

[50] Itaúsa é uma holding brasileira que controla o Itaú Unibanco Banco Múltiplo, Duratex (papel e celulose), Elekeiroz (indústria químicas), (calçados),[4] além de outros empreendimentos. É o segundo maior grupo privado do país.

[51] O Itaú BBA é o maior corporate & investment bank da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo.

[52] O Instituto Quintessa é uma aceleradora de negócios sócio ambientais, uma empresa que presta consultoria para a implantação de empreendimentos sociais.

		investimentos
	Luiza Helena Trajano	Magazine Luiza
	Marcel Hermann Telles	Grupo 3G
	Marco Antonio Stefanini	Stefanini IT Solutions
	Paulo César Aragão	BM&A
	Paulo Sales	Baterias Moura
	Pedro Passos	Natura
	Rodrigo Galindo	Kroton
	Romero Rodrigues	Buscapé Company
	Salo Seibel	Satipel
Rio Grande do Sul	Alexandre Fiss	Frigelar Comércio e Distribuição
	Hermes Gazzola	Parus
	José Galló	Lojas Renner
	José Renato Hopf	GetNet
	Michel Zavagna Gralha	Zavagna Gralha Advogados
	Nélson Sirotsky	Grupo RBS
	Otelmo Derebes	Grupo Lebes
	Ricardo Vontobel	Grupo Vonpar
Rio de Janeiro	Diniz Ferreira Baptista	Associação Vencer[53]
	Haakon Lorenzten	Grupo Lorenzten
	Rogério Chor	CHL, Construtora e Incorporadora
	Selmo Nissenbaum	Órama Investimentos
Paraná	Artur Grynbaum	Grupo Boticário
	Miguel Krigsner	
Nordeste	Aline Ferreira	Aço Cearense
	Amércio Pereira	VP Operations
		FedEx Express Brasil
	Ari de Sá	SAS Plataforma de Educação
	Beto Studart	Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará
	Deusmar Queiróz	Grupo Pague Menos
	Marcelo Alecrim	ALE. Distribuidora de Combustíveis
	Paulo Sales	Baterias Moura
	Pedro Lima	Grupo Três Corações
Minas Gerais	Henrique Salvador	Hospital Mater Dei
	Romeu Zema	Grupo Zema

[53] A Associação Vencer é uma ONG cujo objetivo é identificar e apoiar estudantes com relevante desempenho acadêmico e perfil empreendedor, promovendo oportunidades a estes jovens talentos de baixa renda. Para isso, disponibiliza Bolsas de Estudo Integrais em colégios de ensino médio da rede privada. disponível em: http://www.associacaovencer.org/ Acesso em: 21 de maio. 2017.

	Rubens Menin	MRV Engenharia
	Salim Mattar	Localiza, Locação de Automóveis
Santa Catarina	Guilherme Weege	Grupo Malwee
	Sônia Regina Hess de Souza	Dudalina

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Interessante perceber a filiação dos parceiros do IEE Brasil, pois a grande maioria estão ligados à instituições de caráter privado que, de forma alguma, se enquadram no perfil defendido pelos teóricos do empreendedorismo social. Estes sujeitos que compõe o quadro de mentores do IEE Brasil, também chamados de "Embaixadores Endeavor", auxiliam na difusão, legitimação e financiamento das iniciativas do IEE, em contrapartida, o conteúdo destas ações é diretamente influenciado por suas concepções de negócios.

No Rio Grande do Sul, os principais embaixadores do IEE são: Nélson Sirotsky, do Grupo RBS – a filiada da rede Globo no Estado, José Galló, presidente das Lojas Renner – maior rede de lojas de departamentos do Brasil e Ricardo Vontobel, do Grupo Vonpar – um dos maiores grupos empresariais do setor alimentício nacional. A influência dos representantes destas grandes empresas no RS possibilitou o estabelecimento da parceria entre o IEE, o SEBRAE RS, a prefeitura de Porto Alegre e o Governo do Estado para a execução do Projeto Simplificar. Tal iniciativa tem o objetivo de reformular o processo de abertura de novas empresas, no sentido de agilizar e diminuir os custos de gestão, possibilitando o crescimento do empreendedorismo no RS. A parceria é vista com expectativas positivas pelo secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado, Fábio Branco "Precisamos não só não ser um atravancador do desenvolvimento, mas efetivamente ser um facilitador, e ser um case de sucesso em todas as iniciativas empreendedoras porque temos só duas saídas. Uma delas é uma gestão qualificada e a possibilidade de gerenciar melhor os recursos que temos. A outra é efetivamente fazer com que o estado possa retomar o desenvolvimento, ser um estado empreendedor"[54].

No campo da educação, o IEE tem fortalecido parcerias com instituições públicas de importante alcance junto à sociedade gaúcha, como é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Federal do Rio

[54] Disponível em: http://www.rs.gov.br/conteudo/225175/projeto-simplificar-reformula-processo-de-abertura-de-novas-empresas/termosbusca Acesso em: 21 de maio. 2017.

Grande do Sul (IFRS), nas quais a estrutura multi-campi potencializa a abrangência das ações ofertadas, como é o caso do programa de qualificação em empreendedorismo para estudantes universitários “Bota pra fazer”.

Dentre as instituições que mais colaboram com as ações do Instituto Empreender Endeavor Brasil destaca-se o SEBRAE, esta parceria ocorre desde a chegada do IEE no país. Desta forma, as informações fornecidas pelos parceiros brasileiros que compõe o Venture Corps permitiram ao IEE ter noção da representatividade do SEBRAE na difusão e promoção do empreendedorismo no Brasil, o que se reflete, do ponto de vista histórico, a partir dos primeiros cursos de empreendedorismo oferecidos em parceria do Sebrae com a ONU, e através dos dados contidos no relatório GEM 2016 analisado na seção 4.2 Empreendedorismo e Educação, no qual o Sebrae é a instituição procurada por 68,1% do total de brasileiros que pretendem empreender, ou que buscam apoio aos seus empreendimentos existentes.

Desta forma, a parceria Endeavor/Sebrae tem ocorrido por meio de contratos para a execução de mentorias que consistem em orientações fornecidas a empreendedores no sentido de qualificar o trabalho que é desenvolvido em seus negócios, ou programas educacionais que visam qualificar jovens universitários brasileiros por meio de cursos baseados em teorias e práticas de empreendedorismo.

O “Salto para o futuro” é um exemplo de ação promovida em parceria pelo Instituto Empreender Endeavor e o Sebrae, tendo sua primeira etapa realizada em 2017

> Este é um programa-piloto, um primeiro passo para ampliar ações de mentorias no Brasil, permitindo que mais empresas rompam as barreiras de crescimento. Para participar, no início deste ano 74 pequenos negócios identificados como de alto potencial de crescimento no país foram escolhidos em um universo de mais de mil inscritos, ou indicados pelo Sebrae, dentre empresas de todos os setores da economia dos estados do Paraná e Santa Catarina. O projeto, que pode vir a ser estendido para todo o Brasil, segue até julho, quando será avaliado. A iniciativa é vista pelo Sebrae como um grande salto para o empreendedorismo no Brasil. Isso porque as empresas de alto impacto, que hoje representam apenas 1,5% das empresas empregadoras existentes no Brasil, são responsáveis por gerar quase 60% dos novos postos de trabalho. Além disso, segundo pesquisa do Sebrae, a implementação de inovação tem impacto direto nas receitas das empresas – 80% das empresas pesquisadas afirmam que aumentaram a receita após inovar em seus negócios. (disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/mentorias-sebraeendeavor,69694341dedbc410VgnVCM2000003c74010aRCRD Acesso em: 21 de maio. 2017).

O programa oportunizar a interlocução entre empreendedores experientes de sucesso comprovado e empreendedores em estágio inicial, mas com grande potencial de crescimento. Este processo de mentoria tem o objetivo de fornecer ferramentas teóricas e dicas práticas aos novos empreendedores, para que estes possam transformar seus negócios gerando impacto social, através da geração de novos empregos e tecnologias que possibilitem a melhoria na condição de vida das pessoas. Os empreendedores em estagio inicial são recrutados pelo SEBRAE, devido a sua representatividade anteriormente citada, já os empreendedores experientes e de comprovado destaque, fazem parte do quadro de mentores do IEE Brasil. As orientações ocorrem através de conversas individuais e coletivas, presenciais ou virtuais, nas quais os mentores oriundos do mesmo segmento empresarial orientam os novos empreendedores para que encontrem o caminho mais rápido para o crescimento.

Contudo, o programa de maior relevo resultante da parceria entre o IEE/Sebrae é o "Bota pra Fazer". O programa tem por objetivo ofertar cursos de "Criação de Negócios de Alto Impacto", segundo o IEE Brasil:

> O Bota pra Fazer é a mais completa plataforma educacional para o desenvolvimento de cursos de empreendedorismo e criação de novos negócios. O objetivo principal é que o aluno seja capaz de se conhecer e desenvolver sua capacidade empreendedora, aprender a identificar oportunidades e criar um novo negócio". (disponível em: http://botaprafazer.magiz.com.br/site/pagina/static?url=o-programa Acesso em: 21 de maio. 2017).

Para a diretora de educação do IEE Brasil, Renata Chilvarquer, o Bota Pra Fazer justifica-se pois no atual macro contexto da política e economia mundial, existe uma tendência de governos e organizações internacionais no sentido da valorização da Educação Empreendedora como uma importante estratégia para a geração de desenvolvimento nos países. Para Chilvarquer, historicamente a visão de carreira profissional transmitida pela família focava no investimento em educação para atingir patamares elevados. Hoje na prática, esta lógica não da conta da realidade, pois as oportunidades nem sempre proporcionam altos salários mesmo que o sujeito tenha formação, nem sempre este é o único ou o melhor caminho. Assim, o empreendedorismo representa, diante deste contexto, uma opção de carreira.

Segundo pesquisa do IEE Brasil, 60% dos universitários brasileiros pensam em abrir um negócio, destes, 24,4% já estão economizando dinheiro para empreender, 38,1% gastam tempo aprendendo a começar um negócio, 76,7% tem a independência

como o maior objetivo, 62,8% dos universitários empreendedores tem exemplo próximo (família, amigos). Nesta mesma linha, uma pesquisa realizada em 2013 pela Universidade do Arizona aponta os impactos da Educação Empreendedora em dados, os quais expressam que empreendedores que tiveram formação empreendedora, ou seja, que desenvolveram as competências empreendedoras, acumulam 278 mil dólares de patrimônio, contra 172 mil dos que não tiveram formação.

O Bota Pra Fazer é um programa inspirado nas ações da Fundação Kauffman[55], baseado no método de ensino Fast Trac[56]. O curso tem uma duração de quatro meses e busca potencializar a geração de futuros empreendedores utilizando práticas desenvolvidas por empresários destacados no cenário brasileiro. Os alunos são reunidos em uma plataforma virtual que possibilita acesso a um portal que, por sua vez, contém vídeos, aulas e exercícios. Por meio deste, os alunos também terão acesso à rede de empreendedores de alto impacto articulada pelo IEE. Além dos recursos didáticos já mencionados, o Bota pra fazer proporciona aos estudantes acesso à "Liga dos Campeões", uma competição anual, em nível nacional, entre os alunos que participaram do programa, os participantes, geralmente os alunos mais destacado, são indicados pelos facilitadores. Esta competição é realizada em São Paulo, onde os participantes recebem uma capacitação presencial na área de modelo de negócios e, posteriormente, apresentaram seu modelo de negócio para uma banca, os vencedores terão acesso a uma assessoria de mentores do IEE por um ano.

Quanto à condução das aulas, essa tarefa fica a cargo dos facilitadores, que na verdade atuam como tutores/professores selecionados pelas instituições parceiras. A seleção destes profissionais consiste em dois momentos: primeiro um treinamento online diretamente no portal do "Bota pra fazer" com duração de 3,5 horas. Em um segundo momento, os facilitadores participam de um treinamento presencial, realizado por colaboradores do IEE com duração de 16 horas. Quanto a pré-requisitos necessários para pleitear a vaga de facilitador, na plataforma virtual do programa são destacadas as seguintes características: desenvoltura, observação, compreensão e questionamento, estimulando discussões, dinâmicas e atividades práticas durante o desenvolvimento do curso. Além disso, conhecimentos de gestão de negócios e empreendedorismo representam habilidades que podem contribuir para a conquista da vaga pelo candidato.

---

[55] Fundada na década de 1960 nos EUA por Ewing Kauffman, a fundação é uma das maiores organizações no mundo que trabalham com a difusão da Educação Empreendedora.

[56] O FastTrack é um método de educação empreendedora baseado em sessões de treinamento prático.

Com relação à metodologia e conteúdo da educação para o empreendedorismo que sustenta o programa, nossa análise tem como fonte principal a plataforma de treinamento para facilitadores do Bota pra Fazer[57]. Nesta plataforma há um vídeo disponível, no qual Philip Kotler[58] aborda as diferenças entre a educação para o empreendedorismo e a formação tradicional da maioria dos cursos de Administração de Empresas. Segundo Kotler, a Administração é uma ciência técnica, consolidada, baseada em teorias para explicar a realidade, já a educação para o empreendedorismo é mais pragmática, diretamente ligada à realidade do aluno e seu negócio, baseada na dinâmica da tentativa e erro utilizando ferramentas gerenciais da administração. Ou seja, a linguagem que o professor utilizará com seu aluno, e do aluno/empreendedor com seus clientes representa o fator diferencial na proposta da educação para o empreendedorismo.

Verônica Mussi Santos, gerente de educação empreendedora do IEE Brasil, destaca que os cursos na área de negócios estabelecem um raciocínio que leva o aluno a pensar no processo criativo da seguinte forma, primeiro: em um produto a ser desenvolvido, segundo: a transação, ou seja, a forma como ele será comercializado e terceiro: o cliente que necessita deste determinado produto. A proposta da Educação para o empreendedorismo do IEE, pelo contrário, propicia primeiro: pensar no cliente, entendê-lo, pensar numa possível transação com este cliente, nas necessidades que ele demanda, ou nas "necessidades" que podem ser criadas para gerar a procura por algum produto. E a partir disso, propõem a criação de um produto que resolverá o problema objetivo do cliente. Nesse sentido, os ativos mais importantes para o empreendedor não são os recursos que possui ou uma carta repleta de clientes e experiência na área técnica, se tiver tudo isso melhor, mas fundamentalmente, o sujeito precisa de tempo para dedicar-se ao empreendimento, energia, entusiasmo (brilho no olho) e boas relações no mundo dos negócios.

---

[57] Na introdução da dissertação destacamos que a motivação que desencadeou a presente pesquisa sobre o Instituto Empreender Endeavor, partiu de uma parceria estabelecida entre o IFRS e o IEE para oferta do Bota pra fazer. Em função desta parceria, foi possível participar da primeira etapa de treinamento para facilitadores do programa, realizada na plataforma virtual.

[58] Philip Kotler é professor universitário estadunidense, trabalha na Kellogg School of Management na Universidade Northwestern. Foi selecionado em 2005 como o quarto maior guru de negócios pelo Financial Times (atrás de Jack Welch, Bill Gates e Peter Drucker) e foi considerado pelo Management Centre Europe "o maior dos especialistas na prática do marketing." Em 2008, o Wall Street Journal o listou como a sexta pessoa mais influente no mundo dos negócios.

Ainda segundo a gerente de educação empreendedora do IEE Brasil, o fato do professor atuar como um facilitador possibilita que o conhecimento parta do aluno, neste processo o professor tem o papel de facilitar os caminhos para a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a sala de aula representa um ambiente de inspiração ao empreendedorismo, propiciando a criatividade e a construção de conhecimentos para gerar produtos sustentáveis que resolverão os problemas das pessoas.

Outra teoria citada no processo educativo do Bota pra fazer é o método de aprendizagem de Alan Gibbs[59], de acordo com este autor: apreendemos e retemos 10% do que lemos, 30% do que vemos, 20% do que ouvimos, 50% do que vemos e ouvimos, 70% do que ouvimos e logo falamos, 90% do que ouvimos e logo fazemos, desta forma, o empreendedor aprende através da tentativa e erro. Durante a apresentação do Bota pra fazer, Verônica Mussi Santos se refere a teoria em questão como "Estilo Sinestésico", o qual envolve várias dinâmicas como dramatizações e jogos.

Os aspectos apresentados que caracterizam o processo educativo do Bota pra fazer evidenciam a relação da proposta de educação para o empreendedorismo do IEE com os 5 pilares da educação para o século XXI contidos no relatório da Unesco. Este documento, por sua vez, foi elaborado a partir dos principais pressupostos teóricos que caracterizam o processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, com destaque para a "Epistemologia da Prática". Nesta concepção, o conhecimento passa a ter um caráter exclusivamente instrumental, pragmático e utilitarista.

> A prática é tomada como ponto de partida e de chegada do conhecimento, mas não na perspectiva materialista histórica, que supõe a reflexão teórica sobre a prática, levando a sínteses teóricas mais elaboradas, que, por sua vez, orientam práticas diferenciadas, de caráter transformador. Aqui, a prática é tomada em seu sentido de atividade, destituída de caráter teórico. Sem a mediação da teoria, e sem referência à materialidade, o conhecimento resulta da reflexão prática sobre a prática, sem que se supere o senso comum ou o conhecimento tácito, resultante da negação da teoria; declarada a impossibilidade de conhecer e, dessa forma, negado o caráter científico do conhecimento produzido em decorrência de seu viés cultural e de exercício de poder, adentramos ao campo da epistemologia da prática, que teve em Schön um de seus principais propositores no início da década de 1990. (KUENZER, 2017, p. 345, 346)

A formação reduzida ao conhecimento tácito e à prática, enquanto característica da educação para o empreendedorismo presente na proposta do Bota pra fazer, também aparece na fala de um dos principais mentores e membro do Venture Corps Endeavor

[59] Alan Gibbs é um dos empresários mais destacados da Nova Zelândia.

Brasil, Carlos Alberto Sicupira, “As pessoas valem pelo que elas são capazes de fazer e não por aquilo que elas conhecem. Algumas pessoas sabem tudo, mas não conseguem transformar isso em nada”[60].

Desta forma, ser um empreendedor significa identificar ou criar oportunidades de negócio, para tanto, o sucesso está diretamente relacionado à atitude do sujeito diante de uma oportunidade, em um contexto de muitas mudanças e riscos que requerem a constante tomada de decisão, os sujeitos precisam desenvolver as competências demandadas pelo mercado, o que novamente expõe a adaptabilidade como um aspecto central para a formação dos futuros empreendedores.

Com o intuito de motivar os estudantes a assumirem os riscos e desafios que a carreira empreendedora exige, as aulas do portal Bota pra fazer apresentam constantemente vídeos de empreendedores membros do quadro de mentoria da Endeavor Brasil, nos quais são contadas trajetórias de superação e sucesso, o chamado “Day One”. Esta estratégia enquadra-se na fórmula do “grande exemplo” analisada na seção 5.1 deste capítulo. No quadro abaixo estão os principais aspectos narrados no Day One dos mentores. Nosso objetivo é identificar as concepções que estes mentores possuem a cerca do empreendedorismo e, a partir destes elementos, visualizar características comuns entre eles que possam indicar o perfil de um empreendedor de sucesso.

Quadro 11 – Mentores Endeavor – programa Bota pra fazer

[60] Disponível em: http://botaprafazer.magiz.com.br/site/pagina/static?url=o-programa

Mentor/empreendedor	**Atividade**	**Formação**	**Conceitos sobre o empreendedorismo**
Caio Bonatto	Sócio - Tec Verde A Tec Verde é uma empresa do ramo de construção que utiliza o conceito Wood Frame, que consiste na utilização de madeira de reflorestamento como matéria prima	Engenheiro Civil	- Currículos tradicionais fornecem uma base teórica muito boa, mas a aplicação desses conhecimentos dependem da iniciativa individual do empreendedor; - Visão sistêmica é fundamental, não adianta visualizar pequenos problemas, é necessário compreendê-los no conjunto. Essa questão pode ser resolvida com auxílio da mentoria, pois os consultores estão acostumados a visualizar os negócios deste prisma; - Sonho compartilhado, criar soluções inovadoras para problemas reais da sociedade – empreendedorismo social.
Marcelo Sales	Sócio – Movile A Movile é a maior empresa de serviços para celulares da América Latina. A empresa é resultante da fusão entre duas empresas originadas nas incubadoras da PUC-RJ e Unicamp.	Engenheiro de Computação	- Nunca ficar na zona de conforma, querer sempre mais; - Trace seus objetivos e todo o dia faça algo para atingi-lo; - Destaca a importância da formação de uma rede de relacionamento, a qual proporcionará novas oportunidades em momentos de mudança que serão constantes durante a trajetória de qualquer empreendedor que almeje o sucesso;
Luciano Hulk	Apresentador do programa	Direito e Jornalismo	- Ser empreender é ter ideias e capacidade,

	“Caldeirão do Hulk” – Rede Globo		talento, disposição de torná-las realidade; - Uma estratégia importante para empreender é ter controle absoluto sobre suas paranóias, descontrole absoluto sobre suas ideias e disciplina e método para fazê-las funcionar; - O principal para qualquer empreendedor, em qualquer estágio da vida é ter foco, para você ter um olhar criativo sobre o mundo, muito mais do que talento é treino, disciplina.
Robinson Shiba	Presidente – China in Box China in Box é uma rede de fast-food de comida chinesa, possui franquias espalhadas em diversas cidades do Brasil	Odontologista	- É fundamental acreditar no sonho e em suas capacidades para realizá-lo; - Otimização de recursos, especialmente humanos (contratação de jovens); - Ter formação em empreendedorismo é muito importante; - Todos podem empreender e vencer, basta ter uma boa idéia e agir, “meritocracia e sangue no olho”.
Wilson Poit	Presidente - Poit Energia A Poit Energia é uma companhia de fornecimento de energia temporária Latina. Atualmente Wilson Poit é Secretário de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São	Engenheiro Elétrico	- Adaptação é a fórmula do sucesso; - O empreendedor de sucesso não precisa criar a idéia inovadora, ele pode visualizar uma oportunidade de uma prestação de serviço que já existia, mas que é realizada com muitas deficiências e resolver empreender no mesmo ramo com a proposta de

	Paulo, sob a administração do prefeito João Doria.		qualificar o serviço oferecido.
Lars Grael	Velejador – medalista olímpico, sofreu um acidente em 1998. Novamente na vela, organizou uma grande equipe para realizar a regata volta ao mundo e a America's Cup, respectivamente as maiores competições em nível deste esporte.	Atleta	- Todo grande empreendedor vence porque tem foco, disciplina e, muitas vezes, uma grande conquista exige que se abra mão de outros interesses para atingir um objetivo maior.
Miguel Krigsner	Presidente - O Boticário O Boticário é a maior rede de franquias do Brasil e a maior rede de cosméticos do mundo. Krigsner tamém é presidente da Fundação Boticário de proteção à natureza.	Farmacêutico	- Recursos financeiros não são fundamentais, é preciso ter uma boa idéia, conhecimento do produto e muita ousadia para empreender; - A técnica de *franchising* pode ser muito importante para alavancar seu negócio; - Além do sucesso do negócio, é importante investir em causas maiores, como a preservação do meio ambiente.
José Carlos Semenzato	Presidente – SMZTO A SMZTO é uma holding aceleradora de franquias responsável pela operação de mais de 700 franquias no Brasil. Semenzato também foi o criador da rede de	Técnico em Computação	- Qualquer empreendimento de sucesso exige dedicação integral; - Espírito de liderança;

	cursos profissionalizantes Microlins		
Ricardo Buckup	Sócio – B2 A B2 é uma empresa que atua no desenvolvimento de ações e eventos para o público jovem, especialmente festa de formaturas.	Administrador de Empresas	- Saber detectar demandas reprimidas é fundamental para qualquer empreendedor; - “inovar é a válvula que produz energia, que não permite ao sujeito acomodar-se em uma zona de conforto, que o faz produzir, aceitar novos desafios para atingir o sucesso novamente”.

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Em um primeiro momento, percebemos que os sujeitos escolhidos pelo IEE empreendem em diversos setores da economia, desde a produção de cosméticos, tecnologia da computação, alimentos, construção civil, serviços, entretenimento, esporte e educação. Quanto à formação, a maioria dos sujeitos possui curso superior em área correlata ao empreendimento que trabalha, contudo, nenhum possui formação especifica em empreendedorismo.

Contudo, os elementos destacados na maioria das histórias narradas no Day One, dão conta de características atitudinais, como: criatividade, dedicação, foco, ousadia e disciplina. Tais características, não apresentam nada de extraordinário, pois são necessárias em qualquer projeto de vida que se queira obter êxito. Desta forma, a educação para o empreendedorismo serve-se tecnicamente de teorias adotadas por áreas já consagradas no mundo acadêmico dos negócios, como Administração e Economia, adicionando como elemento particular e principal a questão motivacional que, por sua vez, funciona como um subterfúgio para convencer os sujeitos que, diante da incerteza no futuro e volatilidade das ocupações profissionais, arriscam seus escassos recursos, ou mobilizam recursos de outros para empreender. O bom relacionamento com outros sujeitos destacados no ambiente no mundo dos negócios também foi salientado nas narrativas, este aspecto traz a tona o papel de relevo que das redes desempenham potencializando as ações do empreendedorismo, através do encaminhamento de

empreendedores a canais de financiamento e, fundamentalmente, dinamizando o fluxo de interesses.

Nesse sentido, os aspectos extraídos das histórias narradas no Day One dos mentores Endeavor, corroboram com os elementos que vem sendo trabalhados ao longo desta dissertação, os quais definem o empreendedorismo como uma forma de organização do trabalho que corporifica o espírito do capitalismo, transferindo aos trabalhadores a responsabilidade de se adaptar às demandas flexíveis do mercado, adquirindo competências que se modificam constantemente para competir na busca por oportunidades, sendo o sucesso um horizonte factível apenas para os sujeitos que estiverem integralmente preparados, assumindo a racionalidade do ”homem empresarial” formulada por Dardot e Laval (2016).

Em outro vídeo apresentado, com um caráter menos motivacional e mais instrutivo, Eduardo Giannetti[61] apresenta dois conceitos, que segundo ele, contribuem para pensar a questão do empreendedorismo. São eles, “Trocas Intertemporais” e “Termos de troca entre presente e futuro”. Trocas Intertemporais são escolhas no tempo que as pessoas fazem, elas dividem-se em i – posição credora, onde o custo precede o benefício, a pessoa aceita pagar um custo, fazer um esforço no presente para gozar de um benefício no futuro, ii – posição devedora, que corresponde ao inverso da primeira, onde o benefício precede o custo, a pessoa antecipa o benefício e contrai uma despesa para o futuro, que será regulada pelo mercado. A grande pergunta dos pesquisadores ao propor tais conceitos é: porque os indivíduos se diferenciam tanto quanto às opções de escolhas no tempo, de onde vêm as diferenças manifestas de preferência temporal entre indivíduos e sociedades que poupam, que investem no seu futuro e outro (as) que se endividam, que tem o maior descaso com seu amanhã. Como entender estas diferenças entre padrões de escolha intertemporal.

Gianetti explica que a psicologia temporal de cada indivíduo não é uniforme ao longo da vida. Cada etapa do ciclo de vida (infância, juventude, maturidade e velhice) corresponde a uma maneira peculiar de perceber o tempo e corresponde a um modo dominante de fazer escolhas no tempo. Dentre as etapas citadas, em conformidade com os dados trabalhados na seção 4.2, como os relatórios GEM que ressaltam as maiores taxas de empreendedorismo na faixa etária de 18 à 24 anos de idade e o incentivo à educação empreendedora para os jovens da América Latina por parte da OIT e pelo

[61] Eduardo Giannetti da Fonseca, economista mineiro, é autor do livro “Vícios privados, benefícios públicos: a ética na riqueza das nações”.

PNUD, bem como, o foco do programa Bota pra Fazer que busca atender estudantes universitários, na maioria jovens, focaremos nas trocas intertemporais realizadas na juventude.

Segundo Giannetti, a juventude tem seu inicio com a puberdade quando o organismo desencadeia nos seres humanos uma elevação da impulsividade provocada pelo crescimento da produção hormonal, com maior intensidade nos homens através da testosterona. Neste ponto, o palestrante estrutura sua argumentação relacionando os seres humanos na etapa da juventude em diferentes estágios históricos. Por exemplo, no início da era Cristã a cerca de 2 mil anos atrás, quando a expectativa de vida de vida era de 30 anos de idade, nestas condições estar na puberdade significava atingir a metade do ciclo de vida, conseqüentemente, o instinto indicava que ele deveria perseguir dois objetivos: sobreviver e reproduzir e, para tanto, o aumento da impulsividade significava um fator positivo. Contudo, a partir da idade moderna, quando a expectativa de vida eleva-se significativamente, chegando na contemporaneidade a ultrapassar os 60 anos (portanto o dobro), os sujeitos no início da juventude realizam escolhas de longo alcance para suas vidas no campo profissional, afetivo, ou da saúde através dos hábitos que ele adquire. É exatamente neste estágio, em que a natureza preparou o organismo para oferecer e estimular a maior parte dos prazeres que a vida pode proporcionar aos seres humanos, que estes são chamados a fazer escolhas de longo alcance para suas vidas ponderando os prós e os contras entre os diferentes caminhos. O palestrante exemplifica esta situação citando o perfil de maior incidência da massa carcerária na maioria dos países do mundo que corresponde a homens de 20 a 30 anos de idade. Um dado que materializa a contradição entre o que a natureza preparou para os sujeitos e o que a sociedade exige que estes sejam.

Desta forma, a juventude torna-se a etapa da vida que mistura impulsividade com o otimismo, somada a confiança no futuro. Para Giannetti, este é o momento do Empreendedorismo, impulsividade e confiança no amanhã são as características fundamentais para um futuro empreendedor. Essa particularidade dos jovens pode ser compreendida a luz da psicologia temporal, pois o jovem vive essa dualidade, por um lado uma percepção do tempo que já permite alguma noção dos termos de troca entre presente e futuro, mas ao mesmo tempo uma programação genética marcada por esse aumento da impulsividade de desfrutar o momento sem grandes preocupações com os impactos das ações para o futuro de sua vida.

Gianetti conclui dizendo que vê com olhos positivos as pessoas agirem com ousadia, o que significa correr riscos. Ou seja, mesmo que a maioria dos empreendedores esteja fadada ao insucesso, socialmente é bom que muitos tentem, porque mesmo que poucos sejam bem sucedidos, o efeito líquido para a sociedade em larga medida supera o custo dos indivíduos que não chegarão ao resultado pretendido. Acrescenta que, em uma sociedade desenvolvida e organizada, o fracasso não deve ser encarado como algo terminal e sim rapidamente resolvido para dar chances de novas tentativas,

> […] que muitos indivíduos tentem, apostem e corram riscos é algo benéfico, porque nós não sabemos de antemão quais serão bem sucedidos e um Bill Gates, Shakespeare que acerte superará o custo daqueles que não sabemos o nome, mas tentaram e não deu certo. Leiam a biografia de qualquer empresário estadunidense, praticamente todos em algum momento fracassaram e conseguiram se reerguer, está uma das características mais importantes de um Empreendedor: não deixar-se abater por um fracasso temporário. O problema é que no Brasil uma falência é visto como algo pecaminoso, moralmente errado e a pessoa dificilmente se desvencilha disso para o resto de sua vida". No Brasil existe o segredo da imortalidade empresarial, porque a empresas não fecham, pois uma vez constituída uma empresa no Brasil não se consegue fecha - la, justamente o que deveria ser a coisa mais natural de uma economia de mercado, com muitas empresas sendo abertas e outras tantas sendo fechadas. Muitas tentaram, poucos conseguem, o importante para a sociedade é que os muitos que fracassam rapidamente zerem o jogo e recomecem. Mas no Brasil o Wald Diney, que em sua biografia relata que faliu duas vezes, estaria para o resto de sua vida enredado com ações trabalhistas, etc. (disponível em: http://botaprafazer.magiz.com.br/escola1/index/inicioescola/cofid/2141/dofid/2377/esp/3 Acesso em: 22 de jun. 2017)

Portanto, a juventude representa o grupo focal para o empreendedorismo. Nesta etapa da vida, os sujeitos apresentam-se mais suscetíveis ao desenvolvimento das competências atitudinais necessárias para o enfrentamento dos riscos e desafios que o atual contexto impõe. Nessa linha, empreender significa acostumar-se com a dinâmica da "tentativa e erro", já mencionada neste capítulo, cabendo a educação para o empreendedorismo naturalizar esta lógica. Sendo assim, enquanto estratégia, a reação gerada pelo "grande exemplo" representa o fator externo que potencializa as reações de impulsividade e otimismo, próprias da juventude, proporcionado aos sujeitos a motivação para empreender.

Desta forma, toda a concepção do Bota pra fazer, desde o material didático, metodologia de educação e critérios para a seleção de alunos e facilitadores/tutores/professores, fica a cargo do IEE Brasil e do Sebrae, este último

também cumpre a função de intermediar as parcerias com as instituições de educação que irão executar o Bota pra fazer. A Endeavor divulga os seguintes dados sobre a aplicação do programa: mais de 7 mil alunos e mais de mil facilitadores foram capacitados em mais de 40 instituições, sendo que, dentre os sujeitos envolvidos, 15,8% manifestaram sentir-se mais confiantes para empreender. Numa comparação com outros cursos de educação para o empreendedorismo que apresentaram 5,8% de crescimento nesta expectativa, os 15,8% do Bota Pra Fazer são muito expressivos, pois demonstram que os sujeitos atingidos pelo programa desenvolveram suas capacidades empreendedoras.

Um dos principais aspectos ressaltados pelas instituições que aplicaram o programa é a estimulação da cultura empreendedora, da formação de um ecossistema empreendedor nos ambientes das instituições. Inclusive, a metodologia do programa propiciou modelos de negócio como temas de trabalhos de conclusão de curso[62]. Este aspecto que envolve a execução do Bota pra fazer, denota o engajamento do IEE Brasil com as metas estabelecidas pelo Conselho Global de Administração Endeavor, especialmente com a meta três: trabalhar no sentido de modificar as percepções culturais em torno do Empreendedorismo, pois o programa é ofertado em parceria com instituições públicas e privadas de ensino que tenham cursos de graduação, pós graduação, MBA nas mais diversas regiões do país. Abaixo segue um quadro com as instituições que ofertam cursos do Bota pra Fazer.

Quadro 12 - Lista de instituições de ensino parceiras da Endeavor na execução do programa Bota Pra Fazer

Instituição	**Público ou Privado**
SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas	Para-Estatal
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Público
Insper	Privado
Estácio	Privado
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Público
IESPE – instituto Educacional São Pedro	Privado

[62] Disponível em: https://endeavor.org.br/

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Privado
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Público
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Para-Estatal
PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Privado
Universidade Anhembi - Morumbi	Privado
USP – Universidade de São Paulo	Público
UNIPAN – Centro Universitário de Patos de Minas	Privado
UPE – Universidade de Pernambuco	Público
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Público
UFPR – Universidade Federal do Paraná	Público
IMT – Instituto Mauá de Tecnologia	Privado
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	Público
PUCRS – Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Privado
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais	Privado
Kroton Educacional	Privado
UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Privado
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Para Estatal
UNC – Universidade do Contestado	Privado
Universidade Federal do ABC	Público
Universidade Federal de Uberlândia	Público
UNA – Gestão e Assessoria	Privado
UNIBH – Centro Universitário de Belo	Privado

Horizonte	
INOVA – UNICAMP – agência de inovação – Universidade Estadual de Campinas	Público
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá	Público
UNIMONTE – Centro Universitário Monte Serrat	Privado
UNIVALE – Universidade do Vale do Itajaí	Privado
VERIS Faculdades	Privado
BM&Fbovespa – Bolsa de Valores de São Paulo	Privado
CESUPA – Centro Universitário do Pará	Privado
Escola São Paulo – Economia Criativa	Privado
ESPA - UNIESP	Privado
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing	Privado
FACENS – Faculdade de Engenharia de Sorocaba	Privado
FACIT – Faculdade de Ciências do Tocantins	Privado
FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	Privado
FGV – Fundação Getúlio Vargas	Privado
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica	Público
UNIFOR – Universidade de Fortaleza	Privado
UP – Universidade Potiguar	Privado

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Embora o maior número de instituições parceiras sejam de caráter privado, em todas as demais capitais brasileiras que o IEE possui escritórios foram estabelecidas parceria com instituições públicas para a execução do Bota pra fazer. O que demonstra um dos principais objetivos do empreendedorismo social que é criar “ideias escaláveis”, possibilitando o atendimento das demandas sociais através de “franquias sociais”, até o momento que estas virarão políticas públicas. (DEES, 1998; MARTIN, OBERG, 2015; OLIVEIRA, 2004).

Desta forma, o programa Bota pra fazer representa uma ação estratégica, pois o interesse do IEE em estabelecer parcerias com instituições públicas, mais do que

ampliar sua carta de clientes e entrada de recursos, o que para Caetano e Peroni (2015) representa um novo setor de serviços de educação, significa ocupar um espaço de poder que permitirá influenciar na direção e execução das políticas públicas. Neste contexto, a educação cumpre o papel de disseminar os interesses dos sujeitos hegemônicos do processo de reestruturação do capital, pois os novos filantropos, imbuídos em empreender pelo social, cada vez mais ditam o conteúdo da educação pública de acordo com a lógica mercantil. O Estado continua ofertando vagas públicas, mas, com a justificativa de estar qualificando a educação, o conteúdo e a gestão são definidos pelo privado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas na sociedade capitalista no último quartel do século passado e início deste intensificaram a desigualdade nas relações sociais em escala global, com implicações em todas as dimensões da vida humana, nas quais se inclui a educação. Analisar as políticas educacionais em tal contexto, especialmente no campo público brasileiro que, neste início de século XXI, sob o discurso da ampliação do acesso e qualificação foram implementadas estratégias como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas (PAR) criado em 2007, a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional que culminou com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2009, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC em 2010, a criação da Base Nacional Comum Curricular, as políticas de ampliação do ensino superior, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI e a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, tendo na maioria destas a participação de instituições ligadas ao Terceiro Setor, como é o caso das ações do Instituto Empreender Endeavor junto ao campo público, representou um enorme desafio no sentido de atingir o objetivo proposto na presente pesquisa. O qual consiste em *analisar o conteúdo da proposta de educação que fundamenta os cursos de empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor promovidos em parceria com instituições públicas de educação no Brasil.*

Para desenvolver a pesquisa, partimos da premissa que a educação constitui-se como um direito, por meio do qual todos os sujeitos devem ter acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, para que estes possam construir uma realidade justa e igualitária nos aspectos político, econômico e cultural. Nesse sentido, a pergunta a ser respondida nesta dissertação é a seguinte: *poderá a proposta educacional do Instituto Empreender Endeavor ter implicações para a Democratização da educação?*

A análise da relação entre o público e o privado na educação representa um campo de investigação que busca compreender como o privado vem influenciando no conteúdo e, portanto, no sentido da educação pública. As formas como este movimento se efetiva somente podem ser compreendidas a partir da análise dos sujeitos que atuam por meio da Sociedade Civil e do Estado influenciando na direção e execução das políticas educacionais com o objetivo de atender seus interesses particulares, o que

acaba por redefinir as fronteiras entre o público e o privado, dificultando a tarefa do pesquisador.

Nesse sentido, a participação desde 2011 no grupo de pesquisadores articulado ao “Projeto Produtividade Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor: Brasil, Argentina Portugal e Inglaterra e as implicações para a democratização da educação”, bem como no grupo de orientandos desde o início do mestrado, ambos coordenados pela professora Vera Maria Vidal Peroni, possibilitou-me o contato com referenciais e debates que foram fundamentais para a construção do quadro teórico metodológico que embasa o texto elaborado nesta dissertação.

Outro grande desafio enfrentado nesta pesquisa foi apropriar-me dos elementos que caracterizam a temática do empreendedorismo, pois em minha trajetória como estudante e pesquisador nunca havia me dedicado a esse intento. Desta forma, foram necessárias diversas leituras e muito tempo dedicado a compreensão e análise dos conceitos fundamentais que consubstanciam a educação para o empreendedorismo.

A superação destas dificuldades, além das experiências citadas no parágrafo anterior, tem relação direta com a licença concedida pela instituição pública da qual faço parte do quadro de servidores efetivos, para realizar a segunda etapa do mestrado, estando licenciado de minhas atribuições de sala de aula, onde tive a possibilidade de dedicar-me exclusivamente a construção da dissertação.

Para atingir os objetivos colocados, foi construída uma análise histórica de média duração que parte da crise capitalista desencadeada em meados da década de 1970, a partir da intensificação das contradições estruturais que o sistema não foi capaz de controlar para manter sua auto-reprodução (ANTUNES, 1999), (BRENNER, 2008), (HARVEY, 2008), (MESZÁROS, 2011), (WOOD, 2003). A opção por este ponto de partida para a análise está assentada na perspectiva do materialismo histórico, a partir das categorias analíticas selecionadas de acordo com os objetivos propostos e com as fontes pesquisadas. Os quais apontaram para a compreensão do objeto desta dissertação, o Instituto Empreender Endeavor (IEE), no sentido da totalidade, como uma organização não governamental que faz parte do movimento das redes globais estruturadas por empreendedores sociais, cujas ações são voltadas ao atendimento de políticas sociais, com o objetivo de prospectar ganhos em um novo mercado, no caso os serviços educacionais, e ocupar espaços políticos de tomada de decisão (BALL, OLMEDO, 2013).

Esta contradição entre a proposta do empreendedorismo social, que prevê a atuação das organizações não governamentais sem fins lucrativos focada nas demandas das comunidades em situação de vulnerabilidade social, mantendo apenas um giro mínimo de capital necessário para a sustentabilidade do empreendimento e a participação efetiva dos sujeitos atendidos pelas ações nas decisões da organização, e a realidade das redes globais, que são operadas por empresários renomados no mundo dos negócios, foi analisada no quinto capítulo a partir do desvelamento da estrutura do Instituto Empreender Endeavor. Desde sua criação, a rede de relacionamento do IEE, a partir do seu Conselho Global de Administração (CGA) constitui-se como uma estrutura centralizadora de poder, emanando diretrizes a serem seguidas pelos demais filiados da rede em cada país e região que o IEE atua, os quais adaptaram as formas de atuação e filosofia da organização de acordo com o ambiente de negócios de cada localidade. Contudo, mesmo adaptados, os objetivos permaneceram guiados pela lógica mercantil, favorecendo as empresas destes conselheiros/embaixadores/mentores.

Para exemplificar a influência destes sujeitos, foi analisada a participação dos empresários que compõe o quadro de "Venture Corps" do IEE no Brasil, que representa o grupo de maior poder econômico no cenário nacional, em espaços de tomada de decisão de políticas, como foi a atuação determinante da Fundação Lemann e do Instituto Natura no estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular.

Estas redes de interesse organizadas por sujeitos que financiam e administram Organizações Não Governamentais, atuam em um espaço criado pelas ideologias dominantes do processo de reestruturação do capitalismo posto em prática com o objetivo de superar os entraves a reprodução e retomar as taxas de lucro. Com esta finalidade, os intelectuais orgânicos do capital formularam as bases da Terceira Via que, juntamente com o Neoliberalismo, foi responsável por dar sustentação ao diagnóstico de que a crise fora causada pelo Estado que, através das políticas sociais, acabou intervindo na economia, gerando um enorme déficit fiscal.

Embora corroborem com o diagnóstico do Estado culpado e a lógica mercantil como solução, pois ambas representam os interesses do capital, quanto às estratégias, porém, as duas ideologias apresentam suas principais diferenças, enquanto os neoliberais defendem o afastamento do Estado no atendimento das políticas sociais, através de um intenso programa de privatizações, a Terceira Via advoga no sentido de promover a radicalização da democracia, por meio de instituições da sociedade civil,

atendendo demandas que o Estado e o setor privado não solucionam, o chamado Terceiro Setor.

A atuação do Terceiro Setor é legitimada sob o discurso da maior participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, o que, de acordo com a Terceira Via, qualifica o processo democrático. Contudo, o Terceiro Setor, analisado na perspectiva de Gramsci e Mészáros, representa uma estratégia dos sujeitos representantes do capitalismo contemporâneo que criam consensos para transformar seu projeto particular em uma ideologia que passa a ser aceita pela ampla maioria, a fim de assegurar a condição hegemônica de sua classe. Nesse sentido, o protagonismo da sociedade civil, através da atuação das organizações do terceiro setor com o Estado e por meio dele, na realidade, fortalece o poder do capital que se reorganiza para ocupar espaços estratégicos de poder, influenciando na direção e execução das políticas sociais.

Este processo pode ser verificado através de conceitos como: *publicização*, *transparência* e *controle social* materializados na legislação brasileira durante a década de 1990 no contexto da Reforma do Estado, quando intelectuais ligados à Terceira Via, como Luiz Carlos Bresser Pereira que na ocasião esteve à frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), atuaram no governo promovendo a atuação das organizações do terceiro setor, também chamado de *público não estatal*, ou na incorporação da lógica mercantil pelo próprio Estado, através da formação de *quase mercados*, na chamada *administração gerencial*.

No campo da educação, as organizações não governamentais voltadas ao empreendedorismo social que estabelecem parcerias com instituições públicas, encontraram na proposta da educação para o empreendedorismo elementos que atendem integralmente aos pressupostos defendidos pela Terceira Via. No capítulo quatro abordamos na sua especificidade os principais aspectos que historicamente definiram a proposta do empreendedorismo, com destaque para a capacidade do empreendedor em criar ou visualizar oportunidades de geração de renda, principalmente em contextos de escassez de recursos. Nesse sentido, o atual momento particular do capitalismo caracterizado pela mercantilização das relações sociais e flexibilização dos processos, que no setor produtivo tem representado a perda de direitos trabalhistas, a precarização e instabilidade das ocupações, promovendo um crescente quadro de desemprego. Gera um horizonte de incertezas para a classe trabalhadora, no qual o empreendedorismo representa uma alternativa de geração de renda fora do regime salarial. Desta forma, na perspectiva do capital, a educação para o empreendedorismo congrega os elementos

necessários para o enfrentamento do contexto de crise e desemprego, transferindo para o individuo a responsabilidade de gerenciar sua carreira a partir do próprio negócio.

Acompanhando esta diretriz, o empreendedorismo passou a ser amplamente recomendado pelos organismos internacionais, os quais passaram a financiar na década de 1980 outras organizações historicamente comprometidas com causas humanitárias como a ONU que, desta forma, através de suas agências internas como a UNESCO, passou a ressignificar o conteúdo de sua atuação, pautando as mesmas orientações dos seus financiadores. Exemplo disso, são os relatórios emitidos pela UNESCO que estabeleceram os cinco pilares para a educação do século XXI, os quais recomendam que as reformas dos sistemas educacionais nos países membros da organização devem ser pautadas pela introdução de competências socioemocionais,"aprender a aprender", "aprender a fazer", "aprender a conviver", "aprender a ser" e, por último, através do relatório PRELAC (2002) recomendado para os países da América Latina e Caribe o "aprender a empreender", o que evidencia a ênfase no empreendedorismo como uma estratégia para o enfrentamento das problemáticas sociais, quadro este agravado pela crise do capital, especialmente em regiões nas quais a maior parte da população encontra-se em situação de vulnerabilidade social, como é caso dos países representantes no PRELAC.

Influenciado por estas recomendações, proliferam-se programas e reformas educacionais nos países destacando a importância dos sujeitos adquirirem as competências socioemocionais características do perfil empreendedor necessárias para a inclusão na nova realidade de escassez de empregos. Nesse contexto, destaca-se a teoria da "pedagogia empreendedora" de Fernando Dolabela, calcada na premissa de que qualquer sujeito pode desenvolver o "espírito empreendedor", sonhar e ter a coragem de transformar esse projeto em realidade. Desta forma, a educação para o empreendedorismo busca através de elementos motivacionais mobilizar os indivíduos a terem ousadia e assumir os riscos e incertezas que são características próprias do ambiente empresarial. Esta ênfase no individualismo é constante no discurso da educação para o empreendedorismo, na adaptação dos sujeitos que devem ser pró ativos, pois a competição é o mecanismo que regula todas as relações sociais.

A análise da principal ação no campo da educação promovida pelo Instituto Empreender Endeavor, o programa Bota pra Fazer, evidenciou que o conteúdo da educação para o empreendedorismo que sustenta estes cursos é baseada nos mesmos pressupostos da "pedagogia empreendedora" de Fernando Dolabela. Os quais reafirmam

a necessidade dos sujeitos adaptarem-se às novas condições que o mercado capitalista globalizado impõe, a partir de um quadro de incertezas e instabilidades quanto ao futuro das profissões. Nesse sentido, o importante é adquirir as competências socioemocionais que capacitarão os sujeitos para competir pelas melhores oportunidades no mercado a partir do autoemprego. Desta forma, criar o próprio negócio representa o horizonte mais palpável para os sujeitos, ser empreendedor é o futuro e, para tanto, todos tem a capacidade de desenvolver o "espírito empreendedor", basta ter criatividade, dedicação, foco, ousadia e disciplina. Assumir os riscos e se lançar no mundo dos negócios, onde o sucesso, ou o fracasso são conseqüências das ações individuais.

Portanto, a educação para o empreendedorismo representa uma estratégia funcional ao programa político ideológico da Terceira Via, pois a lógica mercantil, considerada o paradigma para a solução das problemáticas sociais, deve controlar todos os planos da sociedade, inclusive a subjetividade dos indivíduos, através da formação do "homem empresa" (DARDOT, LAVAL, 2016).

Na terceira seção do quarto capítulo, intitulada "Empreendedorismo: autonomia ou precarização do trabalho? Foi discutida a realidade dos empreendedores a partir de dados extraídos de documentos nacionais e internacionais, com destaque para o Monitoramento de Empreendedorismo Global (GEM), que é o maior estudo unificado de atividade empreendedora no mundo, através do qual foram apuradas algumas características que delineiam as atuais condições de vida dos empreendedores. O objetivo desta seção foi relacionar o discurso do empreendedorismo e da educação para o empreendedorismo com a realidade dos empreendedores e, a partir disso, subsidiar as considerações que estão sendo colocadas neste último capítulo.

Em primeiro lugar, no plano geral, a partir das taxas de empreendedorismo totais, verifica-se que as atividades empreendedoras são mais intensas em países localizados em regiões da periferia capitalista, ou seja, sociedades com elevados índices de desigualdade social. Como o foco desta dissertação é analisar o IEE e sua proposta de educação para o empreendedorismo aplicada no contexto da educação brasileira, o desenvolvimento da análise ao longo da seção 4.3 foi dedicada à realidade do empreendedorismo no Brasil. Desta forma, destaca-se a relação do crescimento das taxas totais de empreendedorismo no contexto em que o país passou a apresentar os menores índices de crescimento do PIB, ou seja, quando a economia apresentou o maior encolhimento e o desemprego dobrou, o empreendedorismo surgiu como uma alternativa de geração de renda para os sujeitos.

Este aspecto foi ressaltado na análise das ações do Instituto Empreender Endeavor no quinto capítulo, a partir das questões mencionadas por Thomas Friedman, pela diretora de educação do IEE e pela palestrante do programa Bota pra fazer, ficou claro que o empreendedorismo social proposto pelo IEE representa uma alternativa de geração de renda em um contexto de capitalismo reestruturado e globalizado, no qual a estabilidade e projeção futura de carreira não fazem mais parte do planejamento de vida, desta forma, cabe aos sujeitos buscar capacitação, correr riscos e empreender.

Outro fator importante colocado no relatório 2016 do GEM fica por conta do nível de escolaridade dos empreendedores brasileiros que, na comparação com outros países de diferentes regiões do mundo como áfrica, Ásia, América do Norte e Europa, apresentou o maior percentual de taxa específica de empreendedorismo inicial na perspectiva da correlação entre empreendedorismo e escolaridade, com destaque na quarta faixa "experiência pós-graduação", o que sugere que a educação para o empreendedorismo esteja atingindo com maior efetividade o público de jovens de estudantes no Brasil.

A relação do empreendedorismo com os jovens é diretamente destaca nas pesquisas GEM (2013-2016), as quais apontaram que os sujeitos que mais empreendem estão na faixa etária de 18 a 24 anos de idade. Da mesma forma, o relatório OCDE/CEPAL/CAF (2016), recomenda a capacitação para o empreendedorismo dos jovens da América Latina e Caribe, para que estes sujeitos possam ser vetores do desenvolvimento social da região. Outro dado analisado na dissertação que aponta a relação entre o empreendedorismo e os jovens é a palestra que está no portal do programa Bota pra fazer do economista Eduardo Giannetti da Fonseca, destacando que a juventude é a etapa da vida que mistura impulsividade com o otimismo, somada a confiança no futuro, aspectos fundamentais que possibilitam aos jovens desenvolver com maior facilidade as competências atitudinais necessárias para o enfrentamento dos riscos de empreender. Estes trabalhados ao longo da dissertação sobre a relação entre o empreendedorismo e aos jovens reafirmam o nicho de mercado no qual o Instituto Empreender Endeavor tem investido através de suas ações, como é o caso do programa Bota pra fazer.

Quanto ao acesso do empreendedor a direitos previdenciários, como salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e pensão, que estão previstos na lei do Micro Empreendedor Individual, o relatório GEM demonstra que 82,5% dos empreendedores brasileiros no ano de 2016

permanecem sem registro de CNPJ, ou seja, a imensa maioria não tem acesso aos direitos.

Quando analisamos o discurso que sustenta o empreendedorismo, alguns aspectos são recorrentes, como a possibilidade de ganhos variáveis dependendo da dedicação que o sujeito disponibilizará para seu empreendimento, além da capacidade do empreendedorismo de gerar novos empregos. Contudo, mais uma vez as informações do relatório GEM 2016 comprovam uma realidade que não corrobora com o discurso. Segundo o GEM 2016, 76,3% dos empreendedores brasileiros com negócios em estágio inicial tiveram rendimentos similares ou até inferiores a um salário mínimo mensal. Quanto ao segundo fator, geração de empregos, a pesquisa comprovou que a maioria dos empreendimentos em estágio inicial, 52% respectivamente não possui empregados, sendo que um percentual expressivo de 32,9% dos empreendimentos computados na pesquisa não informaram o número de empregados. Já os dados sobre o número de empregados dos empreendimentos estabelecidos, dão conta que 70% destes não possuem empregados.

A partir das fontes pesquisadas nesta dissertação, ressaltamos que o contexto da educação neste início de século XXI tem se caracterizado pela adoção das diretrizes colocadas pelo Neoliberalismo e pela Terceira Via que, a partir de diferentes estratégias, buscam legitimar a lógica de mercado como conteúdo principal definindo o sentido das políticas educacionais. Na educação brasileira, verificamos essa interferência com maior intensidade na década de 1990, com reformas gerenciais que estabeleceram o marco jurídico com a introdução do Gerencialismo e da atuação do Setor Público não Estatal, sendo que os governos posteriores mantiveram essas diretrizes.

Com relação ao objeto da pesquisa, o Instituto Empreender Endeavor, os dados analisados o caracterizam como um sujeito coletivo que materializa o movimento das redes globais de empreendedorismo social que atuam por meio da sociedade civil e em parceria com o Estado, mobilizando outros sujeitos representantes do capital com o intuito de promover o mercado educacional e ocupar espaços estratégicos de tomada de decisão política.

Quanto ao conteúdo da educação proposto pelas ações do Instituto Empreender Endeavor, este estudo evidenciou que a educação para o empreendedorismo constitui-se como uma estratégia de apassivamento e adaptação dos sujeitos diante do contexto de crise e, conseqüente, investida do capital globalizado e reestruturado contra a classe trabalhadora.

Através da lógica do individualismo, o empreendedor torna-se o trabalhador ideal para o capital, pois toda a responsabilidade de formação, criação ou identificação de uma oportunidade que o permite gerar suas próprias condições de sobrevivência, é transferida para o sujeito que, por sua vez, diante de riscos e incertezas, incorpora a competitividade como sua filosofia passando a identificar os demais sujeitos empreendedores como adversários na competição que é vida.

Nesse sentido, a educação para o empreendedorismo proposta pelo Instituto Empreender Endeavor através de cursos promovidos em parceria com instituições públicas de educação contribui para a deteriorização dos princípios de uma educação verdadeiramente democrática, pois ao invés de proporcionar o acesso dos estudantes a diversidade de conhecimentos produzidos pela sociedade para que possam construir uma realidade mais justa e igualitária nos aspectos político, econômico e cultural, a educação para o empreendedorismo proporciona um único caminho, a adaptação dos sujeitos às demandas do mercado capitalista, através da incorporação de competências tornando-se capacitados para empreender seu próprio negócio, uma realidade que, para a maioria dos empreendedores brasileiros, significa precarização das condições de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Campinas: Educação e Sociedade**. Vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br Acesso em: 10 de Maio. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J; OLMEDO, Antonio. **A 'Nova' filantropia, o capitalism social e as redes de políticas globais em educação**. PERONI, Vera Maria Vidal (org). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

BORNSTEIN, David. **O Empreendedor Social**. Revista Época. São Paulo, 2006. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR74847-6009,00.html Acesso em: 23 de maio. 2017.

BRANCO, Rodrigo Castelo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência do estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: OIKOS, v.8, n.01, p.71-90, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer do Conselho Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2010.

_____. **Presidência da República – Casa Civil**. Brasília, DF, 2008.

_____. **Ministério da Fazenda, Secretaria de Políticas de Previdência Social**. Informe de previdência social. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/informe16.08.pdf Acesso em: 12 de junho. 2017.

BRENNER, Robert. **O princípio de uma crise devastadora**. Revista Vírus: Portugal, 2008. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=15109 Acesso em: 15 de junho. 2016.

BUCHANAN, James ET AL. **El Analisis Economico de Lo Politico: Lecturas sobre La teoria de La Elección Publica**. Madri: Instituto de Estudios Economicos, 1984.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. **O Público e o Privada na Educação: Projetos em disputa?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: http//www.esforce.org.br Acesso em: 12 de fev. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres**. Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf Acesso em: 23 de nov. 2016.

CLARKE, Jonh, NEWMAN, Janet. **Gerencialismo**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p.353-381, maio/ago. 2012

COLBARI, Antônia de L. **A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira**. In: SINAIS - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.75-111. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2681 Acesso em: 23 de maio. 2016.

COAN, Marival. **Educação para o Empreendedorismo: Implicações Epistemológicas, Políticas e Práticas**. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis, 2011.

COSTA, Júlio Jader; RAMALHO, Ramon. **A educação em Gramsci para a autogestão nas políticas públicas: Guerra de posições no estudo de caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra**. In: Outra Economia, volume 2, n: 3. 2008. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia . Acesso em: 20 de dez. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEES, J, G. **O significado do "Empreendedorismo Social"**. Traduzido por Victor Ferreira, a partir do original "The Meaning of 'Social Entrepreneurship", Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. Disponível em: http://www.fuqua.duke.edu/centers/case . Acesso em: 22 de maio. 2017.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora: O ensino de empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento social sustentável**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO-MEC. Cortez, 6ª Ed. 2001.

DORE, Rosemary. **Afinal, o que significa o Trabalho como Princípio Educativo?** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez, 2014.

ESTADO, **Ministério da Administração Federal e Reforma. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasil, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1986.

FERREIRA, G. M.; BOGATSCHOV, D. N. **Análise da influência da UNESCO e do Banco Mundial na educação especial inclusiva brasileira**. In: **SEMINÁRIO DO TRABALHO**, 10. 2016, Marília, SP. Anais ... Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016. Disponível em: http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/2A-10. Acesso em: 22 de junho. 2017

FONTES, B, A, S, M; EICHNER, Klaus. **Sobre a estruturação de Redes Sociais em Associações Voluntárias: Estudo empírico de Organizações Não Governamentais da cidade do Recife**. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília: Brasília. V. 16, Ed. 1-2, 187 – 221, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a09.pdf Acesso em: 13 de junho. 2017.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. **Endeavor.** Califórnia: Stanford - graduate school of business, 2008. Disponível em: https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/case-studies/endeavor Acesso em: 12 de nov. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. **Reinventando o Governo: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público.** São Paulo: MH, 1994.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2015**. Curitiba: IBQP, 2015.

_____. **Empreendedorismo no Brasil 2016**. Curitiba: IBQP, 2016.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição da reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. São Paulo: Record, 1999.

_____. **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: editora Unesp, 2007, 615p.

GORTZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. **Terceira Via políticas educacionais: um novo mantra para a educação.** RBPAE – v.24, n.2, p. 215-233, mai./ago. 2008. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19251. Acesso em: 12 de março. 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____.**O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia. **Desafios Teóricos-Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola**. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Trabalho e Escola: a Flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf Acesso em: 2 de junho. 2017.

LATHAM, Mark. **"A terceira via: um esboço"**. GIDDENS, Antony (org). *O* debate global sobre a terceira via. São Paulo: Unesp. 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In. NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo. Xamã, 2005.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa socia**l. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTIM, Roger L; OSBERG, Sally R. **Dois fatores-chave para o empreendedorismo social sustentável**. Harvard Business Review Brasil, 2015.

MARTINS, J.C, PASQUALINI, L.M. **Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822015000200362&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 de maio. 2016

MARX, Karl. C**ontribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do Capital. São Paulo**: Boitempo Editorial, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. **Teoria do Capital Humano**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verbcteoriadocapitalhumano.htm Acesso em: 25 de maio. 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo De onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NEVES, Lúcia. **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175795X.2011v29n1p229/19422 . Acesso em: 03 de março. 2017.

OCDE; CEPAL; CAF. **Perspectivas Económicas de América Latina 2017: Juventud, Competencias y Emprendimiento**. Paris, 2017. Disponível em: https://www.oecd.org/dev/americas/E-book_LEO2017_SP.pdf Acesso em: 23 de maio. 2017.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias**. Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: http://fae.edu/servicos/revista-fae.vm Acesso em: 02 de junho. 2017.

PEREIRA. **Luiz Carlos Bresser. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em perspectiva, v.20, n.3, p. 5-24. 2006.

_____. **"A Nova esquerda: uma visão a partir do sul". GIDDENS, Antony (org). O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Unesp. 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política **Educacional e Papel do Estado no Brasil dos Anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado.** In: Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2.pdf. Acesso em: 15 de março. 2017.

_____. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Paulo: Oikos, 2015.

_____. **Implicações da relação público-privada para a Democratização da Educação**. Tese (Apresentada como requisito parcial para a promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica e normativa da Relação Público-Privada no Brasil na promoção do direito à Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.

PNUD; OIT. **Promoção do Empreendedorismo e da Inovação Social Juvenil para a América Latina – 2016**. Panamá, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro lima/documents/publication/wcms_536479.pdf Acesso em: 22 de maio. 2017.

RAMOS. Marise, Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br Acesso em: 21 de maio. 2016.

RODRIGUES, Romir de Oliveira; SANTOS, Maurício Ivan dos. **O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – PRONATEC: um olhar a partir das relações entre o público e o privado**. PERONI, Vera Maria Vidal (org). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado-providência**. Goiânia, GO: Ed. UFG/Brasília, DF: Ed. UNB, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAUL, Renato Paulo. **Giddens: da antologia social ao programa político, sem retorno**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 142-173. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a06.pdf. Acesso em: 29 de maio. 2016.

SEMERARO, Giovanni. **Da Sociedade de Massa à Sociedade Civil: a concepção da subjetividade em Gramsci**. Educação & Sociedade: Rio de Janeiro, nº 66, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Creative Economy Report.** USA, 2013. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf Acesso em: 23 de Maio. 2016.

UNESCO. **PRELAC, uma trajetória para a educação para todos**. Revista PRELAC ano 1/n.0/agosto de 2002. Santiago do Chile. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137293por.pdf. Acesso em: 5 de mar. 2017.

VASCONCELLOS, L. H. R.; DELBONI, D. P. **Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empresárias no estado de São Paulo**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, v. 4, n. 1, 2015.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed. 2007.

_____. **A social-democracia, longo caminho até a terceira via**. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 182-203, maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/vieira.pdf Acesso em: 21 de Maio. 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.